

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E
APRENDIZAGEM

VIVIANE TERRES RIBEIRO

O ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA, GENITORES E AVÓS:
VINCULAÇÃO E PRÁTICAS PARENTAIS

Bauru
2012

VIVIANE TERRES RIBEIRO

**O ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA, GENITORES E AVÓS:
VINCULAÇÃO E PRÁTICAS PARENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lígia Ebner Melchiori

Bauru
2012

Ribeiro, Viviane Terres.

O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós: vinculação e práticas parentais / Viviane Terres Ribeiro, 2012

137 f.

Orientador: Lígia Ebner Melchiori

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2012

1. Adolescente em conflito com a lei. 2. Família.
3. Intergeracionalidade. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE BAURU
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VIVIANE TERRES RIBEIRO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DO(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU.

Às 28 (vinte e oito) dias do mês de abril do ano de 2012, às 09:00 (nove horas) Antecedente da Pós-Graduação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. LÍCIA EBNER MELCHIORI (do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru); Prof. Dr. RINALDO CORRÊA (do(a) Setor de Psicologia de Gestão de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade do Sagrado Coração); Profa. Dra. OLGA MARIA P. ROLIM RODRIGUES (do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru), sob a presidência da primeira, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VIVIANE TERRES RIBEIRO, intitulada "O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós: vinculação e práticas parentais". Após a exposição, a docente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido e concedido final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. LÍCIA EBNER MELCHIORI

Prof. Dr. RINALDO CORRÊA

Profa. Dra. OLGA MARIA P. ROLIM RODRIGUES

VIVIANE TERRES RIBEIRO

**O ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA, GENITORES E AVÓS:
VINCULAÇÃO E PRÁTICAS PARENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. **Área de Concentração:** Desenvolvimento: Comportamento e Saúde. **Orientadora:** Prof. Dra. Lígia Ebner Melchiori.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dra. Lígia Ebner Melchiori – UNESP – Bauru
Orientadora – Presidente da banca

Dr. Rinaldo Correr – USC – Bauru
1º Examinador

Dra. Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues – UNESP – Bauru
2ª Examinadora

Dissertação defendida em 26/04/2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que em alguma etapa do seu ciclo de vida sentiu a dor do desamparo, da ausência ou do não pertencimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Às famílias que aceitaram participar desta pesquisa, por me permitirem entrar em seus lares e compartilharem suas histórias de vida;

Aos profissionais do CREAS II de Foz do Iguaçu-PR por me acolherem na sua rotina de trabalho e me auxiliarem grandemente com esta pesquisa;

À minha orientadora Profa. Dra. Lígia Ebner Melchiori pela afeição e comprometimento a mim despendidos, sem a qual não seria possível concretizar esta produção;

Ao meu parceiro Alexandre Nonato pelo apoio pleno nesta escolha pessoal, pelo afeto e compreensão nos momentos difíceis advindos desta. Com você ficou mais agradável esta caminhada;

Aos meus genitores, Maria Dileta Terres Ribeiro e Celso Ribeiro. À minha mãe, pelo exemplo de mulher forte e determinada. E ao meu pai, pela convicção de que priorizando os estudos ganha-se algo que ninguém é capaz de tirar. Vocês são referências fundamentais em minha vida.

Aos meus irmãos, Patrícia Aparecida Terres Ribeiro e Fernando Otávio Ribeiro, pelo acolhimento e troca, e que mesmo à distância estiveram na torcida para que eu concluísse meu objetivo;

Aos meus familiares, tia Marilda, Diogo e Graziela, que me receberam incondicionalmente em sua convivência contribuindo para a materialização deste empreendimento com cuidados, atenção e afeto.

“Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado”.

Herbert de Souza (Betinho)

RESUMO

O aumento crescente de adolescentes em conflito com a lei no contexto brasileiro pode indicar uma falha tanto nas relações sociais e no desenvolvimento familiar. Com o objetivo de tentar elucidar alguns aspectos deste fenômeno, os objetivos desta pesquisa foram: (a) caracterizar as famílias dos adolescentes em liberdade assistida; (b) descrever o tipo de vínculo de apego estabelecido entre os participantes das três gerações (avós, mães/pais e adolescentes); (c) identificar as relações afetivas de adolescentes em diferentes contextos (família, escola, amigos e outros); e (d) descrever as práticas educativas de três gerações - avós, genitores e adolescentes - considerando como foram educados e como educaram, no caso dos adultos. Os participantes foram 10 jovens inseridos no programa do CREAS II e seus familiares de mais duas gerações: genitores (mãe e/ou pai ou padrasto) e avós maternas ou paternas. Para atingir os objetivos propostos foram utilizados vários instrumentos: o Inventário de Estilos Parentais (IEP) e a Medida de Estilo de Apego foram utilizados com todos os participantes; a Técnica do Modelo Esquemático do Tapete foi utilizada com os adolescentes; e o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar com as mães. Dentre as características familiares destaca-se que as configurações foram as mais diversas, que a rede social de apoio às mães é pequena e se concentra em figuras femininas, em especial as avós. A maioria dos genitores são citados como usuários de algum tipo de substância psicoativa. Verificou-se na média das respostas dos participantes a prevalência de práticas educativas Regulares Abaixo da Média e Regulares Acima da Média entre as três gerações, explicitando que para muitas das práticas educativas investigadas houve indícios de transmissão intergeracional. A maioria dos adolescentes referiu apego Seguro com suas mães, o que se contrapõe aos valores do índice de estilo parental em relação a elas, que foi negativo; quanto aos pais, os adolescentes tiveram metade das respostas como Apego Seguro e a outra metade como Inseguro, sendo que dois adolescentes se recusaram responder este instrumento, apontando dificuldades com estas figuras. Os índices de estilo parental (*iep*) para os pais foram positivos na média, tendendo a reforçar a ideia de idealização quanto à esta figura, uma vez que a maioria tem maior convivência com as mães. Mais da metade das mães referiram apego Inseguro com relação aos avós, com valores do *iep* negativos, mostrando congruência. Em relação aos avós, as mães referiram mais apego Seguro, com *iep* positivos, tendendo a apontar também para idealização desta figura, uma vez que a maioria foi ausente na vida delas. Os vínculos sociais dos adolescentes no ambiente familiar têm destaque para as mães, citadas como figuras que eles amam na família, seguidos em menor número de pai, avós, tias, irmãs e irmãos. No âmbito escolar, aparece o afeto positivo para com alguns professores, serventes e amigos. No entanto, neste ambiente, metade dos adolescentes refere não ter pessoas com quem tenham sentimentos positivos. Pode-se concluir desta pesquisa que a população pesquisada tem fatores de risco presentes e concordantes com a literatura da área: baixa escolaridade; vínculos afetivos fragilizados; rede de apoio social às mães pouco sólida e escassa; contato com substâncias psicoativas; convívio com consequências geradas por aspectos de pobreza; transmissão intergeracional de algumas práticas negativas, entre outros. Alguns aspectos de fatores de proteção também estão presentes, de acordo com indicações da literatura especializada: prática de atividade esportiva; vínculos de afeto positivo com figuras de autoridade no âmbito escolar; melhora de padrões de comportamento dos genitores em algumas práticas educativas positivas, entre outros, mas não suficientes para protegê-los das práticas de ato infracional.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; família; intergeracionalidade.

ABSTRACT

The increasing number of young offenders in the Brazilian context may indicate a failure in both human development and in family development. In order to elucidate some aspects of this phenomenon, the objectives of this research were: (a) characterize the families of adolescents in probation, (b) describe the type of attachment relationship established between the participants of the three generations (grandparents, parents and adolescents), (c) identify the emotional relationships of adolescents in different contexts (family, school, friends and others) and (d) describe the educational practices of three generations - grandparents, parents and adolescents - considering how they were educated and how they educated (the adult ones). The participants were 10 young people from CREAS II program, and their families of over two generations - their parents (mother and/or father or stepfather) and paternal or maternal grandmothers. To achieve the objectives, the instruments Parental Styles Inventory and Attachment Style Measure were used with all participants. The Carpet Schematic Model Technique was used with the adolescents and the Family System Characteristics Questionnaire with their mothers. Some aspects are highlighted: diverse settings among the family characteristics, the mother's social support network is small and focuses on female figures, especially grandmothers. Most parents were users of some kind of psychoactive substance. In the average responses, the prevalence of regular educational practices *below average* and *above average* between the three generations, explaining that for many of the educational practices investigated there were no indications of intergenerational transmission. Most teens reported Secure attachment to their mothers, which is opposed to the values of the index of parenting style in relation to them, which was negative; related to the parents, adolescents had half of the responses as Secure Attachment, and half as Insecure. Two adolescents refused to answer the instrument, pointing out difficulties with these figures. The indexes of parenting style for the parents were positive on average, tending to reinforce the idea of idealization to this figure, since most have greater interaction with their mothers. More than half of the mothers reported Insecure attachment regarding grandmothers, with negative values on the Parental Styles Index, showing consistency. As for grandfathers, the mothers reported more secure attachment with positive Parental Styles Index, also tending to point to the idealization of this figure, since most was absent in their lives. The social bonds of teenagers in the family environment is especially to mothers, cited as figures they love in the family, followed by fathers, grandmothers, aunts, sisters and brothers. In the school, there was a positive affection toward some teachers, servants, and friends. But in this environment, half of adolescents reported not having people with whom they have positive feelings. It can be concluded that the population of this research presents risk factors and is consistent with this field literature (low education; emotional bonds weakened; social support network for mothers scarce; contact with psychoactive substances; living with the consequences of poverty; intergenerational transmission of negative practices, among others). Some aspects of protective factors are also present, according to specialized literature (practice of sports; positive affection bonds with authority figures at school, improvement of parents' behavior in some positive educational practices, among others) but not sufficient to protect them from the practices of offense.

Keywords: adolescents in conflict with the law, family, intergenerations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de feltro construído para aplicação do instrumento Técnica do Modelo Esquemático do Tapete	52
Figura 2 – Avaliação dos adolescentes sobre como foram educados por suas mães (<i>iep</i>).	68
Figura 3 – Avaliação das mães sobre como educaram os adolescentes (<i>iep</i>).	69
Figura 4 – Avaliação das mães sobre como seus genitores as educaram (<i>iep</i>).	69
Figura 5 – Avaliação das avós maternas sobre como educaram suas filhas (<i>iep</i>).	70
Figura 6 – Avaliação dos adolescentes sobre como foram educados pelos seus pais ou padrastos (<i>iep</i>).	71
Figura 7 – Avaliação do pai e do padrasto sobre como educaram os adolescentes (<i>iep</i>)	72
Figura 8 – Avaliação do pai e do padrasto sobre como seus genitores os educaram (<i>iep</i>)	72
Figura 9 – Avaliação das avós paternas sobre como educaram seus filhos (<i>iep</i>)	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolarização dos adolescentes.....	48
Tabela 2 – Escolaridade dos genitores/padrasto e avós	48
Tabela 3 – Ocupação dos participantes da pesquisa	50
Tabela 4 – Condições de moradia.....	58
Tabela 5 – Móveis e aparelhos domésticos/eletrônicos encontrados nas residências	59
Tabela 6 – Média do índice de estilo parental (<i>iep</i>) dos participantes.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipo de ato infracional.....	49
Quadro 2 – Aplicação dos instrumentos nos participantes.....	54
Quadro 3 – Tipologia das famílias com quem os adolescentes habitam	57
Quadro 4 – Atividades sociais e de lazer das famílias, segundo as mães.....	59
Quadro 5 – Pessoas ou instituições com quem as mães podem contar em caso de necessidade	60
Quadro 6 – Doenças presentes no contexto familiar	60
Quadro 7 – Tipos de substâncias utilizadas por familiares.....	61
Quadro 8 – Eventos importantes ocorridos com os adolescentes segundo as percepções maternas.....	62
Quadro 9 – Eventos marcantes para a família como um todo segundo as percepções maternas	62
Quadro 10 – Padrões de apego dos participantes em relação a seus genitores	63
Quadro 11 – Vínculos afetivos dos adolescentes (01 a 05) em diferentes contextos	65
Quadro 12 – Vínculos afetivos dos adolescentes (06 a 10) em diferentes contextos.....	66
Quadro 13 – Percepção do estilo parental (IEP) dos genitores avaliado pelos adolescentes e de como seus genitores avaliam que o educaram.....	75
Quadro 14 – Como as mães avaliam o estilo parental de seus genitores e como as avós avaliam que educaram suas filhas (mães dos adolescentes).....	76
Quadro 15 – Pai/padrasto sobre o estilo parental de seus genitores e avós paternas sobre o próprio filho.....	77
Quadro 16 – Percepção dos adolescentes em relação às práticas educativas positivas recebidas de seus genitores e a percepção de seus genitores em relação às práticas positivas utilizadas na educação dos adolescentes.....	78
Quadro 17 – Percepção das mães em relação às práticas educativas positivas recebidas de seus genitores e a percepção de suas genitoras em relação às práticas positivas utilizadas na educação de suas filhas.....	80
Quadro 18 – Percepção do pai/padrasto em relação às práticas educativas positivas recebidas de seus genitores e a percepção de suas mães em relação a como utilizaram essas práticas na educação de seus filhos.....	81
Quadro 19 – Percepção dos adolescentes em relação às práticas educativas negativas	

recebidas de seus genitores e a percepção de seus genitores em relação à utilização destas práticas na educação dos adolescentes	83
Quadro 20 – Percepção das mães em relação às práticas educativas negativas recebidas de seus genitores e a percepção das suas genitoras em relação à utilização destas práticas na educação de suas filhas.....	87
Quadro 21 – Percepção do pai/padrasto em relação às práticas educativas negativas recebidas de seus genitores e a percepção das avós em relação à utilização destas práticas na educação de seus filhos quando estes eram adolescentes.....	91

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	18
O ciclo vital e as relações intergeracionais.....	18
Abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner	25
As relações iniciais e o apego.....	26
As práticas parentais e seus desdobramentos	29
O adolescente em conflito com a lei: legislação e encaminhamentos.....	34
MÉTODO	47
Participantes	47
Instrumentos	50
Procedimento de coleta de dados	53
Procedimentos de análise de dados	54
RESULTADOS.....	57
Caracterização das famílias	57
Relações afetivas	63
Práticas educativas parentais	68
DISCUSSÃO	94
Os adolescentes e suas famílias.....	94
Relações afetivas	97
Práticas educativas parentais	100
O que os dados desta pesquisa revelam.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	123
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Adolescente	124
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável	125
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das avós.....	126
ANEXOS	127
Anexo A – Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) adaptado (aplicado nas avós do adolescente) – Auto-aplicação.....	128
Anexo B – Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) adaptado (aplicado na mãe e	

pai/padrasto do adolescente) – Práticas parentais maternas	130
Anexo C – Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) adaptado (aplicado na mãe e pai/padrasto do adolescente) – Práticas parentais paternas	132
Anexo D – Questionário de Caracterização do Sistema Familiar adaptado de Dessen (2009)	134
Anexo E – Autorização do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Unesp (processo nº 1123/46/01/10).....	138

APRESENTAÇÃO

A graduação de Psicologia me possibilitou contato com áreas até então pouco conhecidas por mim, em especial a disciplina de Psicologia Criminal, que proporcionou discussão e visita ao sistema penitenciário do estado de São Paulo. Essa experiência foi fundamental para despertar o meu interesse pela compreensão do sofrimento humano em pessoas privadas de liberdade.

Anos depois, já na atuação profissional, na rede de atendimento ao adolescente na cidade de Foz do Iguaçu-PR, especificamente em um abrigo, observei histórias de vida de crianças e adolescentes permeadas por intensas experiências de abandono, negligência e/ou maus tratos. Eles foram acolhidos e encaminhados pela justiça em busca de uma proteção e de melhoria de perspectiva de vida. Ao atender as famílias dessas crianças e adolescentes observei que elas também estavam de algum modo abandonadas, negligenciadas e mal tratadas enquanto cidadãos possuidores de direitos e deveres.

A trajetória em meio acadêmico, ministrando disciplinas no curso de graduação de Psicologia e Direito, me levaram a uma busca detalhada e técnica dessa dinâmica que permeia o universo familiar e da infância e juventude, voltando o olhar para os adolescentes, em especial aos que se encontram na situação de terem sido flagrados cometendo atos infracionais.

A produção desta pesquisa culmina com o encontro satisfatório entre os anseios pessoais desta autora e um programa de mestrado que tem como linha a Psicologia do Desenvolvimento, em especial com a orientadora Profa. Dra. Lígia Ebner Melchiori que tem experiência no campo de estudo das relações familiares.

INTRODUÇÃO

Uma preocupação crescente no Brasil é com os adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2007; UNICEF, 2011). As relações dos adolescentes com seus familiares e amigos, apresentam peculiaridades bastante complexas, que remetem à necessidade de refletir a respeito de perspectivas do desenvolvimento humano e suas influências na compreensão deste fenômeno. Esta introdução está subdividida em cinco tópicos. No primeiro apresenta-se o ciclo de vida familiar, com destaque à fase da família com filho adolescente, enfatizando as relações entre as gerações. Posteriormente, apresenta-se uma breve descrição da abordagem bioecológica de Bronfenbrenner, uma vez que esta pesquisa baseia-se nessa visão teórica. A seguir, descreve-se a importância das relações iniciais e vínculos de apego entre filhos e genitores, seguido de uma apresentação de práticas parentais e suas consequências. Por último, aborda-se as legislações e encaminhamentos quando o adolescente comete ato infracional.

O ciclo vital e as relações intergeracionais

A família, seja ela biológica ou substituta, atua como fator de referência à criança desde seu nascimento. É o cuidador principal, em geral a mãe biológica ou alguém que a substitua, que se torna, segundo Bowlby (1997), a principal base segura e o quadro de referências para este sujeito que está aprendendo a se diferenciar dela, está constituindo seu mundo interno a partir do conhecimento do mundo externo que lhe é apresentado.

As relações estabelecidas na família, consanguínea ou não, e as relações com outros sistemas, como a escola e os amigos, influenciarão a maneira do indivíduo lidar com o mundo (BOECKEL; SARRIERA, 2006). O âmbito familiar geralmente é o primeiro espaço de vivências relacionais e de aprendizagens, espaço onde a criança inicia suas relações sociais com as pessoas de seu convívio mais próximo, por exemplo, sua mãe, pai, irmãos, avós, primos, tios ou outros.

A família é um sistema complexo, composto por vários subsistemas que, por sua vez, são separados por fronteiras e constituídos por regras e limites próprios dos membros que o compartilham. À medida que as pessoas se unem elas formam um grupo através do qual, com o passar do tempo, desenvolvem padrões de interação característicos, constituindo assim uma

estrutura familiar própria, que governa o funcionamento dos membros daquela família (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Em um olhar sob o conceito moderno de família, Petzold (1996) define que “família é um grupo social especial, caracterizado por relações íntimas e intergeracionais entre seus membros” (p. 39). O grupo familiar independe de fatores como consanguinidade ou moradia sob o mesmo teto, mas depende do vínculo de intimidade que se estabelece entre as pessoas envolvidas (DESSEN, 2010). Desse modo é importante pensarmos a família e o indivíduo dentro desta visão sistêmica, integrando os fatores família, desenvolvimento individual e a cultura para compreensão das interações e relações mantidas entre os membros deste grupo (DESSEN; BRAZ, 2005).

A família passa por diferentes estágios, ao longo do tempo, considerados na literatura como ciclos de vida familiar. Abordar o tema do ciclo de vida familiar, segundo Ceverny e Berthoud (1997) é tratar a ideia de passagem, significando um momento de transpor etapas, o que pode ocorrer sem necessariamente implicar em uma crise no grupo familiar. A crise implica em dificuldades, tensões ou complicações para os envolvidos, porém a passagem de um estágio familiar para outro pode ocorrer de maneira relativamente tranquila, com um nível de estresse menor. Todavia, em grupos onde as tarefas dos ciclos anteriores não foram integralmente cumpridas, ocorre uma maior dificuldade em lidar com as mudanças inerentes ao novo estágio, podendo gerar situações de crise para todos os membros familiares.

As relações intergeracionais são abordadas por Carter e McGoldrick (1995) nos estágios de vida da família. Essas autoras consideram que o processo de mudança ocorre para as diferentes gerações da mesma família em uma dimensão linear do tempo. Por exemplo, uma família com filho adolescente pode estar passando pela adaptação de conviver com um filho mais independente e, ao mesmo tempo, tendo que lidar com adaptações em termos de aceitar a velhice de seus próprios genitores, algumas vezes tendo que funcionar como cuidadores dos pais adoecidos.

Carter e McGoldrick (1995) definem seis etapas no ciclo de vida familiar e, em cada uma delas, consideram um princípio chave referente ao processo emocional da transição, pelo qual os membros passam (primeira ordem), além de algumas mudanças que são fundamentais para que o grupo familiar continue seu desenvolvimento. Essas alterações exigem dos familiares uma adaptação para que consigam seguir em frente no processo de desenvolvimento da vida familiar, chamadas pelas autoras de mudanças de segunda ordem. O quadro abaixo apresenta um resumo dos estágios do ciclo de vida familiar, em famílias de classe média norte-americana (CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p.17), incluindo o processo

emocional de transição e as mudanças de segunda ordem.

Os estágios do ciclo de vida familiar

Estágio de Ciclo de Vida Familiar	Processo Emocional de Transição - Princípio-chave	Mudanças de Segunda Ordem no Status Familiar necessárias para se prosseguir desenvolvimentalmente
1. Saindo de casa: Jovens solteiros	Aceitar a responsabilidade emocional e financeira pelo eu	a. Diferenciação do eu em relação à família de origem b. Desenvolvimento de relacionamentos íntimos com adultos iguais c. Estabelecimento do eu com relação ao trabalho e independência financeira
2. A união de famílias no casamento: O novo casal	Comprometimento com um novo sistema	a. Formação do sistema marital b. Realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas e os amigos para incluir o cônjuge
3. Famílias com filhos pequenos	Aceitar novos membros no sistema	a. Ajustar o sistema conjugal para criar espaço para os filhos b. Unir-se nas tarefas de educação dos filhos, nas tarefas financeiras e domésticas c. Realinhamento dos relacionamentos com a família ampliada para incluir os papéis de pais e avós
4. Famílias com adolescentes	Aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos e as fragilidades dos avós	a. Modificar os relacionamentos progenitor-filho para permitir ao adolescente movimentar-se para dentro e para fora do sistema b. Novo foco nas questões conjugais e profissionais do meio da vida c. Começar a mudança no sentido de cuidar da geração mais velha
5. Lançando os filhos e seguindo em frente	Aceitar várias saídas e entradas no sistema familiar	a. Renegociar o sistema conjugal como díade b. Desenvolvimento do relacionamento adulto-para-adulto entre os filhos crescidos e seus pais c. Realinhamento dos relacionamentos para incluir parentes por afinidade e netos d. Lidar com incapacidades e morte dos pais (avós)
6. Famílias no estágio tardio da vida	Aceitar a mudança dos papéis geracionais	a. Manter o funcionamento e os interesses próprios e/ou do casal em face do declínio fisiológico b. Apoiar um papel mais central da geração do meio c. Abrir espaço no sistema para sabedoria e experiência dos idosos, apoiando a geração mais velha sem superfuncionar por ela d. Lidar com a perda do cônjuge, irmãos e outros iguais e preparar-se para a própria morte. Revisão e integração da vida.

(CARTER; MCGOLDRICK, 1995, p.17)

Apesar dos estágios do ciclo de vida familiar descritos se referirem à famílias de classe média norte-americana, eles podem explicitar características e perfis válidos para famílias em

geral que tem um casal que se une e gera filhos. Esses perfis são úteis para a análise dos dados levantados por este trabalho uma vez que as famílias participantes possuem filhos na quarta etapa “Famílias com filhos Adolescentes”, exigindo que os pais ou responsáveis aumentem a flexibilidade das fronteiras familiares. Nessa etapa os filhos vão em direção à relações sociais mais fortes fora do grupo familiar nuclear (CARTER; McGOLDRICK, 1995). Além disso, os avós são citados pelas autoras, referindo-se a possível fragilidade dos mesmos, embora muitas vezes, no contexto brasileiro, são principalmente as avós que auxiliam as mães dos adolescentes. Oliveira (2007) afirma que os avós são fontes de importante apoio familiar em termos emocionais, financeiros e instrumentais, especialmente no contexto de nascimento de novos filhos, seus netos.

Em termos de “mudanças de segunda ordem” (CARTER; McGOLDRICK, 1995, p.17), aquelas necessárias para o grupo familiar seguir em frente no ciclo de vida, espera-se deste estágio que os pais consigam modificar o relacionamento com os filhos adolescentes, permitindo que se relacionem com outros sistemas, além do grupo familiar nuclear. Isto nem sempre é fácil de ser realizado em termos da população de adolescentes em conflito com a lei. Pode-se verificar que muitas vezes a relação genitores-filho já tinha falhas e dificuldades antes mesmo dele se tornar adolescente, o que dificulta com que nessa etapa se consiga uma boa relação, em que os pais se adaptem ao novo *status* social do filho (GOMIDE, 2006).

Quando os filhos crescem e se tornam adolescentes, essa etapa se caracteriza pelo início do estabelecimento de relações sociais mais intensas, fora do grupo familiar nuclear. Segundo Bock et al. (2005, p.203) é nesta etapa “que nos constituímos e nos reconhecemos como sujeito único”. O adolescente busca se diferenciar e adquirir uma identidade própria, se agrupa entre pares, procurando algo que normalmente destoe do seu grupo familiar nuclear. Schoen-Ferreira et al. (2010) destacam que a adolescência, para a sociedade contemporânea ocidental, passou a ter um sentido em si mesma, sendo um estágio do ciclo vital, reforçando a importância de se debruçar sobre seus aspectos peculiares. O grupo de companheiros ao qual o jovem se filia passa a exercer uma forte influência sobre seu comportamento, pois tem sua própria cultura, valores sobre assuntos como sexo, drogas, álcool, maneira de vestir, futuro, entre outros. A família passa a interagir com esse forte sistema competitivo a que seu filho adolescente está submetido, tendo que lidar com questões de autonomia e controle (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

O adolescente flutua neste período entre a dependência e a independência extrema e só mais tarde, adquirindo maturidade, aceita ser independente dentro de um limite, conseguindo passar a conviver melhor com sua família de origem (ABERASTURY; KNOBEL, 1992).

Estes autores acrescentam que esse “é um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar e social” (p. 13), muitas vezes confundido com crises e estados patológicos. Os adolescentes que entram em conflito com a lei terão acrescidos a esse processo, inerente da etapa de desenvolvimento, outros elementos complicadores, por exemplo, a transgressão concreta da lei e a responsabilização perante a lei especial do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). Estes aspectos serão detalhados mais à frente neste trabalho.

Ressalta-se que a família pode ser considerada o sistema mais influente e com amplo poder no que tange a prevenção de problemas de comportamento em crianças (RIOS; WILLIAMS, 2008), no entanto, na medida em que as diferentes etapas do ciclo de vida familiar não são vencidas a contento, a família pode ser um dos fatores de risco e não de promoção do desenvolvimento de seus membros.

Sarti (2003) destaca que é comum encontrar famílias estendidas nas classes mais desfavorecidas, compostas por mães, avós, tios e sobrinhos, não sendo incomum a ausência da figura paterna no contexto familiar. Os avós são uma fonte importante de apoio, de acordo com Dessen e Braz (2000). Pesquisando acerca da influência deles na vida familiar e no desenvolvimento dos netos, estas autoras concluíram que 47% das mães e 73% dos pais consideram que os avós interferem nos padrões, condutas e regras transmitidas em casa, com destaque especial para orientação na rotina da casa e na educação e criação dos filhos, sendo que eles também são os responsáveis por transmitir informações e regras intrafamiliares.

Outros membros da família, além dos genitores, também podem ser considerados importantes figuras de apoio para crianças e adolescentes. Em pesquisa acerca da percepção das figuras parentais com crianças e adolescentes institucionalizados verificou-se que, na maioria dos casos, as figuras parentais foram percebidas como importante ou principal fonte de apoio das crianças e adolescentes. Além da família nuclear, a família extensa, incluindo tios, primos e avôs/avós, evidenciando que muitos deles se responsabilizam pela educação das crianças e dos jovens (SIQUEIRA et al., 2009).

Fulmer (1995) refere que, principalmente em famílias de baixa renda e monoparentais, há maiores dificuldades das mães exercerem seu papel com os adolescentes. É frequente nesses casos a avó ter mais autoridade do que sua filha, que geralmente foi mãe na adolescência, no entanto, na medida em que os netos crescem, tende a ocorrer essa transição da autoridade da avó para a mãe e a avó se envolve cada vez menos no cuidado direto do neto. Uma tarefa transicional deste período é transferir essa autoridade da avó para a mãe e isso pode ser conflituoso à medida que os filhos viram a mãe mais como uma irmã mais velha,

podendo haver dificuldade dos filhos em aceitá-la como autoridade. Este autor ainda destaca que há casos em que os filhos foram criados alguns anos de sua vida por terceiros que não a avó, por exemplo, em instituições ou por outra família. Esse processo é dificultado quando a mãe não assume totalmente a tarefa de disciplinar os filhos adolescentes e se a avó adotar uma postura de frequente crítica em relação à mãe do adolescente.

A transição da infância para a adolescência demarca a perda da criança para os membros da família e comumente os pais sentem essa perda quando o adolescente manifesta-se mais independente deles. Quando está ausente ou falho um sistema de apoio familiar aos pais, as dificuldades dessa transição podem ser maiores, de maneira que os pais tendem a querer controlar arbitrariamente seus filhos ou então desistem completamente do controle sobre eles. No caso de desistência, os pais podem transferir os cuidados aos filhos para terceiros por exemplo às autoridades judiciais. Não é incomum que pais que foram abusados ou negligenciados tendam a repetir esse padrão com seus filhos, quando perdem o controle sobre eles ou sentem-se impotentes para educá-los (PRETO, 1995).

Em revisão de literatura, Jordão e Ramires (2010) apontam que há uma relação entre o histórico familiar e a personalidade com organização *borderline*¹ de adolescentes. Em geral, essas famílias têm sua história marcada por desamparo, fragilidades no suporte familiar, vivências de abusos de diferentes ordens, com predominância de estilos de apego inseguro. Somado aos aspectos mencionados acima, os autores também destacam a indiferenciação entre as gerações, em que o poder se encontra descentralizado nas relações familiares e também as referências parentais fragilizadas, com dificuldade na colocação de limites e regras.

Atualmente é frequente observar mulheres divorciadas, mães solteiras ou mães com produção independente que não tem disponível nem o apoio de sua família original (GOMIDE, 2009), o que leva à reflexão sobre a etapa em que os filhos dessas mulheres tornam-se adolescentes. Elas passarão pela adaptação desse estágio do ciclo de vida familiar de maneira a rever sua atividade profissional e até mesmo rever sua vida afetiva, eventualmente com um novo parceiro, que não o genitor de seu filho, novos elementos a serem considerados nesse processo de adaptação.

Um estudo com foco na avaliação de risco psicossocial entre adolescentes apontou que, dentre a população pesquisada de 852 jovens, a família destacou-se como importante

¹ Pelo DSM-IV (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1995) para caracterizar o Transtorno de Personalidade Borderline observa-se, entre outros, padrão de relacionamentos interpessoais instáveis e intensos; impulsividade; ameaças suicidas; instabilidade afetiva; sentimentos crônicos de vazio; raiva e dificuldade para controlar a raiva.

referência de apoio e afeto (BRASIL et al., 2006). A respeito da composição familiar destes adolescentes, a maioria das genitoras (92,7%) coabitavam com seus filhos, em contrapartida a 69,6% de genitores (gênero masculino) que viviam no mesmo lar que o adolescente, evidenciando importante dado sobre as figuras parentais, com as mulheres assumindo mais a responsabilidade e os cuidados cotidianos com os filhos.

A literatura aponta uma tendência dos vínculos afetivos serem estáveis dentro do grupo familiar, independente do caráter biológico de sua constituição original. Por este motivo, o perfil de comportamento do adolescente indica a qualidade ou a natureza das relações e dos vínculos que estabeleceu com familiares ao longo dos anos de vida (LIMA et al., 2006), reforçando a importância da pesquisa trigeracional, que é o caso deste trabalho.

Com um olhar para as interações familiares, a transmissão intergeracional refere-se à passagem de padrões de uma geração à outra, ainda que esse padrão possa ter características de patologias ou perturbações (LISBOA et al., 2007), relaciona-se também com a história e os laços estabelecidos entre as pessoas daquele grupo (RUIZ CORREA, 2000).

Com o objetivo de estudar as relações entre estilos parentais e traços de personalidade ao longo de três gerações (avós/genitores/crianças) em crianças de idade escolar (entre o quinto e o nono ano), Kitamura et al. (2009) verificaram que os estilos parentais e as características de personalidade são transmitidos de geração a geração e que os estilos parentais tem influência direta na formação da personalidade. Fonagy (1999) acrescenta que as mães continuam reproduzindo o mesmo padrão de trocas que tiveram em sua própria infância e isso pode influenciar as práticas educativas e os relacionamentos parentais.

Weber et al. (2006) investigaram a transmissão intergeracional de estilos parentais, avaliando diferentes aspectos da interação familiar em sete famílias compostas por avó, mãe e filha, concluíram que os aspectos negativos como punição inadequada, modelos inconsistentes, comunicação negativa, clima conjugal negativo, entre outros, permaneceram nas três gerações avaliadas. No entanto, em relação aos aspectos positivos como mais envolvimento, mais afeto e uma maior comunicação entre mães e filhas não foram transmitidos, tendo sido essa mudança positiva, uma vez que esses aspectos melhoraram de uma geração para outra. Ebenézer et al. (2002) apontaram que as experiências mais positivas ou normalizadoras do desenvolvimento não ficaram tão caracterizadas na transmissão intergeracional entre avós e mães quanto às práticas de risco. Eles realizaram um estudo longitudinal com atenção aos efeitos dos estilos parentais autoritário versus democrático-recíproco, entre mães e avós maternas. Observaram que quando prevalece o estilo autoritário nas avós maternas e nas mães, associada a atitudes conjugais conflituosas das mães, esse

quadro torna-se fator de risco para influenciar comportamentos de externalização (ex: agressão verbal ou física, destruição de objetos, mentira, entre outros) nas crianças pré-escolares (EBENÉZER et al., 2002).

Para estudar esse universo familiar, procurou-se uma abordagem que aumentasse a visibilidade e a compreensão de inúmeros fatores que afetam a dinâmica familiar e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano. A abordagem bioecológica é descrita sucintamente a seguir.

Abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner

A abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner proporciona a compreensão do desenvolvimento humano considerando as características biopsicológicas das pessoas, que engloba as estabilidades e mudanças pelas quais se passa ao longo da vida (BRONFENBRENNER, 1996).

As interações que ocorrem entre organismo e ambiente são denominadas como Processos Proximais, que consideram quatro aspectos multidirecionais interrelacionados: a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo (PPCT) (BRONFENBRENNER, 1996).

O constructo PPCT considera a Pessoa em relação aos aspectos das convicções, níveis de atividade, temperamento, metas e motivações; o Processo envolve os papéis e as atividades diárias; o Tempo, também considerado como um cronossistema envolve o processo microgenético de interação que ocorre no dia a dia; e o tempo histórico, que interfere na cultura e exerce pressões na pessoa em desenvolvimento. Em relação ao fator Contexto, este se refere ao ambiente imediato de convivência da pessoa e é subdividido em sistemas interdependentes, de maneira que o desenvolvimento do indivíduo encontra-se no centro de um grupo de contextos todos interconectados: o micro, meso, exo e o macrossistema (BRONFENBRENNER, 1996, 2000).

Tanto no micro quanto no mesossistema há influência bidirecional, ou seja, o indivíduo influencia o ambiente e é influenciado. O *microsistema* “é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento”, no ambiente mais imediato onde ela interage face a face, por exemplo, família, grupo de pares, casa, creche, *playground* (BRONFENBRENNER, 1996, p.18). O *mesossistema* “inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento

participa ativamente” (BRONFENBRENNER, 1996, p.21), por exemplo quando a criança interage com amigos da escola, família e vizinhos.

Já o *exossistema* “se refere a um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo” (BRONFENBRENNER, 1996, p.21), porém os eventos que ali ocorrem a afetam, por exemplo, quando o adolescente recebe a decisão do juiz de incluí-lo em algum tipo de medida socioeducativa e tem sua vida modificada por esta decisão.

O *macrossistema* “se refere a consistências, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro-, meso- e exo-) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências” (BRONFENBRENNER, 1996, p.21), ou seja, refere-se aos padrões que são constituídos pelos demais níveis ecológicos. Por exemplo, as instituições em um dado país funcionam de modo muito semelhante entre si, pertencem à mesma cultura, mas podem diferir de seus equivalentes em outros países, pois estão sob outra influência cultural.

Souza et al. (2011) descrevem a conquista de mudanças de comportamentos de um grupo de adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, a partir de um programa de intervenção de inserção ecológica. Assim, constitui-se um novo microsistema (o projeto no qual os adolescentes participaram) gerando transformações nos demais sistemas que esses jovens pertenciam: a família, a escola e sua comunidade.

Para tentar aumentar a compreensão das relações que ocorrem no microsistema faz-se necessário pesquisar as relações de apego dos familiares envolvidos. O próximo item procura explicitar os subsídios teóricos para essa investigação.

As relações iniciais e o apego

As relações que se estabelecem no início da vida do indivíduo constituem o modelo de apego com o qual a criança irá se relacionar com as demais figuras de importância que surgirão ao longo de sua história (BOWLBY, 1997, 1976). Percebe-se, então, que o atributo confiança ou desconfiança na disponibilidade das figuras de apego vai sendo construído ao longo do tempo, desde a fase de bebê até a adolescência, segundo Bowlby (1976), e as expectativas que são desenvolvidas ao longo desses anos tendem a persistir praticamente inalteradas durante o resto da vida. Desse modo, gradualmente, o apego seguro e/ou o inseguro torna-se uma característica da estrutura da personalidade, contribuindo, assim, para a

estabilidade do comportamento na dimensão temporal através das diferentes relações (BOSMA; GERLSMA, 2003).

A teoria do apego destaca que um bebê humano consegue desfrutar da companhia de outro ser humano, interagindo desde os primeiros dias de vida, demonstrando reações quando são acariciados, levados ao colo, quando conversam com ele ou mesmo quando pessoas se movimentam a sua volta. Sobre este comportamento o autor salienta que “as respostas de balbuciar e sorrir em bebês aumentam de intensidade quando um adulto lhes responde de um modo puramente social” (BOWLBY, 2002, p. 268), ou seja, se o bebê recebe um investimento de atenção por parte de seu cuidador este já inicia alguns indícios de retribuição deste comportamento, de modo a interagir sem interesses secundários como receber alimentação, por exemplo. A interação dos filhos com os pais tem um papel significativo no processo de socialização e no estabelecimento das relações afetivas dos filhos em outros contextos diferentes da família (PENAGOS et al., 2006).

Partindo da ideia inicial de que o cuidador principal, em geral, é a mãe, reflete-se sobre o conceito de sensibilidade materna, desenvolvido por Ainsworth et al. (1978), em relação aos cuidados oferecidos pela mãe ao bebê, através de respostas pontuais e eficazes, ou não, diante das necessidades físicas e emocionais do seu filho (GOSSELIN, 2000). Observa-se uma relação entre a qualidade do apego e a sensibilidade materna, de modo que a literatura destaca que esse comportamento decorre de habilidades da mãe de reconhecer os sinais do bebê, ter sincronia e coerência entre a solicitação e a resposta dada por ela. Sendo assim, a relação poderá vir a ser mais ou menos prazerosa, dependendo dessas trocas, estabelecendo, assim, o vínculo entre ambos (MELCHIORI; DESSEN, 2008).

Ainsworth et al. (1978), estudando o desenvolvimento das relações iniciais de apego destacaram três padrões de apego característicos: Apego Seguro; Apego Inseguro Evitativo e Apego Inseguro Ambivalente. No Apego Seguro, as mães são geralmente sensíveis aos sinais, ou seja, elas conseguem interagir socialmente com seus bebês nesta etapa inicial de vida. Os bebês recebem com alegria o retorno de suas mães e exploram o ambiente. No Apego Inseguro Evitativo, as mães cuidam de seus filhos com menos afeto e são menos sensíveis aos seus sinais, tendo pouca interação, uma dedicação com menor investimento social e afetivo para com eles. Por outro lado, os bebês as procuram menos, evitando o contato. No Apego Inseguro Ambivalente, os filhos buscam contato corporal com as mães, mas mostram muitas vezes raiva e uma conduta resistente. As mães são inconsistentes na sua sensibilidade aos sinais que os filhos emitem, ora sendo afetivas e calorosas, ora sendo agressivas ou apáticas.

A qualidade da relação entre a criança e seu cuidador contribui para o

desenvolvimento de habilidades ou inabilidades das crianças para organizarem seus comportamentos e regularem suas emoções (KREPPNER, 2003). Quando se forma o apego seguro, tem-se um desenvolvimento de modelos internos caracterizados por valorização e apoio (BOWLBY, 1984). Neste tipo de relação, as crianças adquirem, antecipadamente, expectativas sociais positivas e um entendimento rudimentar de trocas recíprocas. Já na formação do apego inseguro verifica-se que não há predomínio de sentimento de segurança e valorização, pois a criança desenvolve expectativas negativas em torno da disponibilidade dos outros, durante momentos de necessidades e estresse, o que pode culminar em insensibilidade, raiva, agressão e falta de empatia em suas relações posteriores.

Outro fator que se destaca na fase da adolescência é a evolução da capacidade cognitiva. Estudos indicam que há associações longitudinais entre as influências positivas do apego seguro mãe-criança e a competência escolar posterior (AVIEZER et al., 2002; MOSS; ST-LAURENT, 2001). Crianças classificadas com apego evitante e ambivalente apresentaram dificuldades no engajamento cognitivo (MOSS; ST-LAURENT, 2001). Vale ressaltar que, embora a classificação do apego esteja associada a diferenças na performance acadêmica, estas relações também são mediadas pelas experiências educacionais e pelo contexto exploratório no qual a criança e o adolescente estão inseridos, reforçando a importância da qualidade do ambiente educacional.

Segundo Bowlby (2002), o adolescente está em uma etapa do desenvolvimento em que utiliza os modelos internos de apego, desenvolvidos nas relações iniciais com seus genitores. Por isso, dependendo dos padrões iniciais de apego estabelecidos em sua vida, ele pode conseguir formar sua personalidade de maneira sólida e estável na medida em que puder contar com a disponibilidade e apoio das figuras de apego primárias, mas o oposto também ocorre (PENAGOS et al., 2006).

Um estudo realizado com uma população de 246 estudantes norte-americanos (M= 18,6 anos) aponta que o apego seguro aos pais foi relacionado à autoestima na adolescência e que o apego seguro com os pares foi mediado pela capacidade de empatia e comportamento pró-social (LAIBLE et al., 2004).

Foi verificada a representação do apego em três adolescentes, institucionalizadas por medidas de proteção, e observou-se que todas demonstravam relações de apego primário do tipo ansioso e evitativo. Porém, o abrigo em que elas estavam institucionalizadas há alguns anos, revelou-se muito positivo disponibilizando fatores de proteção, através dos quais elas conseguiram estabelecer novas relações microsociais positivas, participando de atividades construtivas no ambiente da instituição (DALBEM; DELL'AGLIO, 2008). As três

adolescentes mostraram-se resilientes ao seu processo, ativando o enfrentamento das situações estressantes, estabelecendo autoestima e reorganizando suas relações de apego.

Gosselin (2000) alerta que a sensibilidade materna, tão importante para o estabelecimento do vínculo de apego, corresponde ao domínio empático no início do curso de vida do bebê, necessária para assegurar sua sobrevivência. Já no período pré-escolar e escolar, os objetivos empáticos são acrescidos dos socializantes para a criança se adaptar a novos ambientes, sem a presença dos cuidadores principais. Na adolescência, os genitores continuam com objetivos empáticos e socializantes, a relação de assimetria entre a díade deve se atenuar e mais tarde dar lugar a uma parceria simétrica e igualitária. O tópico a seguir, tem como ênfase os objetivos socializantes, ou seja, quais as práticas educativas que os genitores utilizam com seus filhos para socializá-los.

As práticas parentais e seus desdobramentos

À medida que a criança vai crescendo, ela coloca o ambiente em que vive sob teste, incluindo seus pais ou cuidadores, com comportamentos de agressividade, desobediência, destruição, entre outros (WINNICOTT, 2005). A criança busca um quadro de referências para poder se sentir livre e ser capaz de se expressar tranquilamente, pois nestes anos iniciais a relação da criança com a realidade está em formação.

Se faltar à criança estas referências e limites, ela deixa de se sentir livre, afirma Winnicott (2005), tornando-se angustiada e buscando fora de casa o limite, o referencial, procurando uma estabilidade externa. Isto é o que ocorre com a criança que tem comportamentos antissociais, ela está recorrendo à família ou à escola em busca de estabilidade emocional. O suporte familiar é entendido por Boeckel e Sarriera (2006) como fator relevante na construção do bem-estar psicológico, sendo que sua ausência tem sido relacionada até mesmo a diferentes níveis de psicopatologia.

Segundo Gomide (2006), as práticas educativas parentais são técnicas e estratégias utilizadas pelos pais para criar os filhos; o conjunto dessas práticas caracteriza os estilos parentais. Desse modo, compreende-se que Estilo Parental é um “conjunto de práticas educativas parentais ou atitudes parentais utilizadas pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento de seus filhos” (GOMIDE, 2006, p.7).

Pensando no comportamento dos pais ou responsáveis, a sinergia entre controle e afeto em seu comportamento diante dos filhos é destacada por Baumrind (1966) como sendo

atitudes típicas do estilo de comportamento parental *Autoritativo*. Os pais que conseguem equilibrar controle associado a afeto na educação, tendem a ter filhos com maior nível de competência psicossocial, menor índice de comportamentos disfuncionais e melhor índice de autoestima. Baumrind (1968) compara o estilo de comportamento parental *Autoritativo* com o *Autoritário*, destacando que, neste último, os pais costumam educar seus filhos de acordo com padrões de conduta que se baseiam em sua autoridade. Os filhos aprendem a obedecer a autoridade parental, tão somente, sem necessariamente compreender o motivo pelo qual devem ou não agir de determinada maneira. Já no comportamento parental *Autoritativo*, a educação ocorre de maneira mais racional e orientada, de modo que a criança possa raciocinar sob a maneira como os pais agem, ou seja, privilegiando o desenvolvimento da capacidade de discernir a respeito do que deve ou não ser feito.

Baumrind (1966) refere também o estilo de pais permissivos que se comportam de maneira não punitiva e receptiva diante dos filhos, desse modo não funcionam como um modelo, pois não moldam ou direcionam seus comportamentos. Weber et al. (2004) destacam que este estilo parental permissivo foi desmembrado em dois: estilo indulgente e negligente, pelos autores Maccoby e Martin (1983 apud WEBER et al., 2004).

Se o Estilo Parental for positivo, as práticas educativas positivas prevalecem sobre as negativas, mas se o Estilo Parental for negativo, as práticas negativas se sobrepõem às positivas, podendo corroborar para o surgimento de comportamentos antissociais nos filhos (GOMIDE, 2006). Duas práticas educativas positivas contribuem com os comportamentos pró-sociais: a Monitoria Positiva e o Comportamento Moral. São definidos como:

Monitoria positiva - envolve uso adequado da atenção e a distribuição de privilégios, o estabelecimento de regras, a distribuição contínua e segura do afeto, o acompanhamento e a supervisão das atividades escolares e lazer (GOMIDE, 2006, p.8).

Comportamento moral - atitudes que oferecem condições favoráveis ao desenvolvimento das virtudes como: empatia; senso de justiça; responsabilidade; trabalho; generosidade e do conhecimento do certo e do errado quanto ao uso de drogas, álcool, sexo seguro, seguido sempre do exemplo dos pais (GOMIDE, 2006, p.8).

Em termos das práticas educativas positivas verifica-se que a atenção adequada, as regras, o afeto, o acompanhamento dos pais em relação aos filhos são favoráveis. O exemplo socialmente adequado dos pais também favorece a aquisição do comportamento moral nos filhos, por exemplo, quando demonstram gosto pelo trabalho que desempenham, ou ainda, orientam e esclarecem sobre o uso de drogas lícitas ou ilícitas. É válido ressaltar que os pais

diferenciem o comportamento de fiscalização dos filhos *versus* o real interesse pela vida e atividades cotidianas deles, ou seja, esse interesse real vai implicar aos pais ou responsáveis a disponibilidade de ouvir, ter empatia e se dispor a ajudar quando necessário (CARVALHO; GOMIDE, 2005).

Pode-se ponderar, conforme Paiva e Ronzani (2009) em uma revisão de literatura, que adolescentes que receberam maior monitoramento parental (saber onde o filho está, com quem, conhecer seus amigos, se interessar por suas atividades cotidianas, entre outros) apresentam menores taxas de envolvimento com drogas (álcool, cigarro e outras drogas) destacando a relevância da presença saudável da família na vida do jovem.

Prust e Gomide (2007) destacam a correlação entre as taxas elevadas de comportamento moral entre pais e filhos, sendo que o oposto também é verdadeiro, ou seja, quando os pais manifestaram baixos índice de comportamento moral os filhos também o demonstraram.

O desenvolvimento do comportamento antissocial pode se relacionar, entre outros aspectos, com cinco práticas educativas: Negligência, Abuso Físico, Disciplina Relaxada, Punição Inconsistente e Monitoria Negativa (GOMIDE, 2006, p.8), definidas a seguir:

Negligência – ausência de atenção e de afeto;

Abuso físico e psicológico – caracterizado pela disciplina através de práticas corporais negativas, ameaça e chantagem de abandono e de humilhação do filho;

Disciplina relaxada – compreende relaxamento das regras estabelecidas;

Punição inconsistente – é quando os pais se orientam pelo humor na hora de punir e reforçar e não pelo ato praticado;

Monitoria negativa – é composta pelo excesso de instruções independente do cumprimento, o que gera um ambiente de convivência hostil.

(GOMIDE, 2006, p.8).

Os pais ou responsáveis, ao manifestarem um comportamento pouco afetuoso, com práticas disciplinares que geram dor física ou moral aos filhos, com excesso de fala e regras sem se preocuparem em fazê-las cumprir, entre outros pontos expostos, acabam contribuindo para que haja um ambiente de contato familiar empobrecido e desagradável. O filho comumente passa a procurar proteger-se da interação com os pais, tendo maior possibilidade de vir a manifestar comportamentos antissociais ao longo do seu desenvolvimento (GOMIDE, 2006).

Em um estudo longitudinal, com 88 adolescentes expostos a altos índices de violência,

observou-se que os fatores mais significantes para o surgimento ou a continuidade de comportamentos antissociais dos adolescentes foram, em primeiro lugar, sofrer punição física grave no ambiente doméstico, seguidos de outros dois fatores de exposição indireta à violência urbana que são: ter um amigo que foi estuprado e ter um amigo que foi ferido (SÁ et al., 2009).

A presença de altos índices de práticas educativas de Negligência foram encontradas em 41 famílias de adolescentes em conflito com a lei e esse fator é vastamente apontado como prejudicial ao desenvolvimento dos filhos (CARVALHO; GOMIDE, 2005).

Uma pesquisa sobre profissão e estilo parental materno apontou que as mães, independente da profissão que desempenham, se utilizam pouco das práticas educativas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e, frequentemente, utilizam as práticas educativas negativas (abuso físico e supervisão estressante) para tentar controlar seus filhos. Observou-se também a presença forte da prática negativa negligência, de modo que os filhos não se sentem cuidados por estas mães (GOMIDE, 2009).

Um estudo com 102 mães e seus filhos, realizado em Lisboa, aponta que, além dos conflitos conjugais, a parentalidade disfuncional relaciona-se com problemas para seus filhos, enfatizando que há uma importância significativa na atenção aos diferentes níveis de inserção dos genitores em vários contextos da vida de seus filhos (CALHEIROS; MONTEIRO, 2007). As mesmas autoras referem que o nível socioeconômico mostrou-se como um preditor importante dos comportamentos de negligência com a criança e a estrutura familiar, contribuindo para comportamentos de maus tratos infantis observado em famílias reconstituídas e com acontecimentos negativos experienciados no último ano.

Araújo (2003) efetuou uma análise da influência dos estilos educativos parentais na saúde mental dos filhos, na fase adulta. O autor concluiu que as práticas com características de menor apoio emocional, de ambos os genitores, parecem relacionar-se com a presença de perturbações depressivas no filho já adulto. Deste modo, observou-se que esses filhos perceberam o comportamento dos genitores como mais disfuncionais do que as pessoas do grupo controle, que não tinham depressão.

Verificou-se que aspectos ligados às práticas parentais de punição corporal avaliadas em pais, mães e filhos revelam que o modelo de aprendizagem social está presente na transmissão intergeracional, influenciando o comportamento agressivo nos filhos (MÜLLER et al., 1995).

O estilo parental Abuso Físico inclui a punição física como prática disciplinar de modo que reafirme o poder sobre os filhos, porém, desse modo, observa-se um desequilíbrio nas

relações parentais e na interação afetiva entre eles, eliciando sentimentos negativos nos filhos, aumentando o nível de ansiedade por medo da punição ou da ameaça de ser punido (CECCONELLO et al., 2003).

Em revisão de literatura sobre maus tratos infantil, Trickett et al. (2011) ressaltam que, embora já se saiba que para a maioria das crianças vítimas de maus tratos associa-se um desenvolvimento mal adaptado na adolescência, as pesquisas na área nos últimos dez a quinze anos são ainda genéricas. Sabe-se ainda pouco sobre como as diferentes formas de maus tratos e as diferentes idades em que as crianças foram vítimas estão ligadas aos problemas de desenvolvimento decorrentes deste sofrimento. Ainda assim os autores reconhecem importante melhora na qualidade das pesquisas envolvendo o tema.

Um estudo longitudinal com mães e filhos, abordando a temática de maus tratos infantil, verificou que há uma associação direta entre as experiências de maus tratos na infância das mães e comportamentos de maus tratos delas em seus filhos. Os autores apontaram que o isolamento social dessas mães também contribuiu, entre outros fatores, com a repetição do padrão de maus tratos em seus filhos (BERLIN et al., 2011).

A rede de apoio social é importante em todas as etapas do ciclo vital. Nesse sentido, Rapoport e Piccinini (2006) verificaram que o apoio social à mãe tende a aumentar a responsividade delas em relação aos cuidados parentais, deste modo, beneficiando tanto a relação mãe-bebê quanto a relação conjugal dessa mãe.

Um estudo com mães investigou situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê, evidenciando que há necessidade de apoio social (incluindo família, amigos e profissionais) para as mães conseguirem lidar com as situações que envolvem as mudanças quando ocorre o nascimento do filho. Esse apoio, de fato, auxiliou as mães a estarem mais tranquilas e desse modo exercerem a maternagem de modo adequado e saudável (RAPOPORT; PICCININI, 2011).

A literatura retrata que muitas mães que não tem apoio social adequado pensam que são incapazes de educar seus filhos meninos, que eles precisariam de uma pessoa com maior contundência para fazê-lo em seu lugar. Nesse momento pedem ajuda, por exemplo, a seu atual parceiro, solicitando que disciplinem fisicamente seus filhos adolescentes do sexo masculino (FULMER, 1995). Esse comportamento materno tende a ter consequências ruins para os envolvidos, tanto pelo fato de disciplina física ser inadequada para educar o filho adolescente, quanto o fato desse jovem só aceitar ser educado por alguém que ele aceite como autoridade. Sendo assim, é importante que a própria genitora consiga relacionar-se com seu filho, ao invés de gerar um relacionamento conflituoso entre o adolescente e seu padrasto, por

exemplo (FULMER, 1995).

Branco et al. (2008), tendo como um dos objetivos a identificação de características da rede social de apoio de adolescentes internos no Rio Grande do Sul, relataram que nenhum dos cinco adolescentes avaliados preencheu o quadrante Escola/Trabalho, referindo-se a esta área em sua vida atual, deixando-o em branco, e que três preencheram os quadrantes Família e Amigos. A família ocupou de 14% a 50% dos mapas da rede social, sendo que a figura materna sempre foi a primeira a ser lembrada, seguida dos irmãos. Já os amigos foram vistos com ressentimento, por terem os abandonados logo após terem sido pegos no ato infracional, mesmo sendo quem os influenciaram a cometer esse tipo de ato.

Em estudo com adolescentes, de famílias originais e reconstituídas, com o objetivo de verificar quem eles consideravam membros de sua família, concluem, dentre vários outros aspectos, que os sentimentos de perda da figura paterna nas famílias reconstituídas leva a idealização da mesma, o que parece ocultar uma carência por parte dos jovens (WAGNER; FÈRES-CARNEIRO, 2000).

O adolescente em conflito com a lei: legislação e encaminhamentos.

Abordados alguns aspectos gerais da adolescência e do grupo familiar, faz-se necessária a reflexão sobre quem são esses adolescentes, quais os comportamentos infracionais que cometem e como eles são vistos pela lei brasileira.

Para delimitação da faixa etária que compreende a adolescência tem-se pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (1965) que abrange a segunda década da vida, dos 10 aos 20 anos, critério este adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2012). Para o ECA (BRASIL, 1990), a adolescência vai dos 12 aos 18 anos.

Dados demográficos recentes apontam que há 21 milhões de adolescentes brasileiros com idades entre 12 e 17 anos (10.716.158 do gênero masculino e 10.367.477 feminino), sendo no Estado do Paraná 1.117.938 adolescentes (UNICEF, 2011). Este mesmo documento se refere a um levantamento nacional de 2009 que apontou a existência de 17,8 mil adolescentes cumprindo medida socioeducativa no Brasil, sendo que a maioria (16,2 mil) era do sexo masculino, ressaltando-se a prevalência da medida socioeducativa de internação, com 11,9 mil adolescentes (UNICEF, 2011).

Quanto ao estado do Paraná, o total de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, em levantamento de 2006, era de 2.427 jovens, sendo que 709 estavam cumprindo medidas no interior do estado e 1.718 jovens cumprindo medidas na capital (BRASIL, 2007), não havendo disponível relatório mais recente até o momento.

Segundo Vargas e Marinho (2008), os adolescentes em liberdade assistida de Belo Horizonte-MG eram em sua maioria do gênero masculino (92%), sendo que 89% estavam na faixa de 14 a 18 anos. Eles ocupavam uma posição social caracterizada por baixa escolaridade, baixa inserção no trabalho remunerado, baixa renda familiar e quase 40% tinham apenas a mãe como responsável. Esses jovens provinham de comunidades caracterizadas por desvantagens sociais, com alta percepção de ocorrência de eventos violentos como: presença frequente de pessoas armadas, barulhos de tiros, conhecimento de eventos de homicídio, consumo de drogas ilegais em locais públicos, presença de gangues e de pessoas ligadas ao tráfico de drogas nos bairros em que residem.

Outro estudo que caracterizou adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medida de internação e suas famílias, apontou que a maioria das famílias tinha condições socioeconômicas precárias, apresentando baixo nível de escolaridade, profissão e renda, além do abuso de tabaco, álcool e outras drogas, tendo algum dos membros familiares envolvidos com a justiça, além do jovem em questão, em especial as figuras do sexo masculino (ZANE, 2010).

Vários estudos têm identificado qual a faixa etária mais exposta a risco de praticar atos infracionais. Gomide (2000), por exemplo, aponta a faixa de 15 a 17 anos e Cruz-Neto e Moreira (1998) apontam a população entre 10 e 18 anos.

Segundo Aredes e Moraes (2007), em pesquisa realizada em São José do Rio Preto-SP com adolescentes privados de liberdade, os atos infracionais mais comuns são: roubo, furto, tentativa de homicídio e tráfico de entorpecentes. Uma análise em nível nacional, realizada com adolescentes também privados de liberdade, aponta roubo, homicídio, outros (porte de arma, sequestro, tentativa de homicídio, descumprimento de sanções aplicadas anteriormente), furto, tráfico de drogas, latrocínio, estupro e lesão corporal como atos infracionais mais frequentes, na sequência apresentada (SILVA; GUERESI, 2003).

Grupos de jovens, sobretudo do sexo masculino, são cada vez mais vítimas e também autores de atos infracionais segundo Aredes e Moraes (2007). Pesquisa realizada no município de Ribeirão Preto-SP, entre 1974 e 1996, revelou grande aumento de atos infracionais cometidos por adolescentes nesse período (SILVA, 1999). O homicídio foi o ato infracional com maior crescimento nos índices: quarenta vezes maior em 1996 do que em

1974, segundo o mesmo autor. Pesquisa aponta o perfil sociodemográfico de jovens cumprindo medida de internação, em uma instituição do estado de São Paulo: a maioria cursou ensino fundamental incompleto, foram evadidos da escola, sem trabalho e residentes em uma região da cidade considerada de menor poder socioeconômico, além de a maioria fazer uso de tabaco, maconha, álcool e crack; suas famílias com baixo nível socioeconômico, baixa escolaridade e profissionalização, além da presença do abuso de álcool (AREDES; MORAES, 2007).

Já em pesquisa realizada em Belo Horizonte-MG, mais da metade das infrações cometidas por adolescentes em liberdade assistida foram contra o patrimônio (furto e roubo). No entanto, também ocorreu porte de arma, tráfico, vias de fato (brigas), lesão corporal e homicídio (VARGAS; MARINHO, 2008).

A busca pela convivência em grupo faz parte do que Aberastury e Knobel (1992) chamam de “adolescência normal”, mas, o fato de estar em grupo pode facilitar a conduta psicopática do adolescente, por exemplo, com atitudes que indicam desafeto, crueldade com objetos, indiferença, falta de responsabilidade. Esse comportamento que vai contra as regras sociais pode ser, em parte, esperado nessa etapa. O problema é quando essas condutas vão se agravando, culminando em atos infracionais mais graves e, quando adultos, em atos criminosos.

Em uma discussão do conceito de comportamento antissocial, Pacheco et al. (2005) destacam que parece haver uma tendência a ocorrer um agravamento dos comportamentos antissociais na transição entre a infância e a adolescência. Para estes autores o papel do ambiente é forte preditor para aquisição e manutenção deste padrão de conduta.

Atos delinquentes, indisciplinas e transgressões podem ser compreendidos, de algum modo, como um reflexo das dificuldades da família em aceitar as mudanças próprias da adolescência ou ainda, uma via de expressão de algo que não pode ser dito, por exemplo, carências no sistema familiar ou desigualdades e injustiças no sistema social. Portanto, pode ser entendido como uma consequência de aspectos anteriores no seu desenvolvimento que culminaram na prática desses atos (JACOBINA; COSTA, 2007). O ato infracional pode indicar que alguma esperança de recuperação ainda existe dentro daquele jovem, que através desses atos está em busca de ajuda (WINNICOTT, 2005). Se o grupo familiar mais próximo tem dificuldade em fornecer o limite e o afeto em doses adequadas é possível que a criança ou o adolescente passe a se comportar transgredindo regras e limites sociais, buscando dessa maneira fazer um pedido efetivo e concreto de ajuda a seus cuidadores.

Um estudo longitudinal realizado por Sá et al. (2009), na periferia da cidade de São

Paulo, com 93 adolescentes, constatou que os jovens, oriundos de ambientes familiares violentos, mantiveram, ao longo da pesquisa, o mesmo padrão de comportamento antissocial. Os resultados demonstram o quanto a família contribui para os padrões de comportamento dos filhos.

Os mais diversos tipos de violência intrafamiliar são destacados em estudo realizado por Lima et al. (2006), em população de 120 adolescentes, educandos que se encontravam cumprindo medida socioeducativa de internação na Bahia. Neste estudo destacou-se que 92% dos adolescentes já haviam experimentado, pelo menos uma vez, algum tipo de violência no âmbito familiar. O meio mais utilizado (89,6%) era a forma mecânica de agressão como “surras, golpes na cabeça, emprego de palmatória, beliscões e pontapés, além de mordidas ou ataques provocados por cães” (p.20). A mesma população também referiu outros tipos de violência recebida dos familiares tais como “surras com cabo elétrico dobrado, pedaço de madeira, sandália, cinturão, correia, cabo de machado, corrente, mangueira e garrafa” (p.20). Os adolescentes citam os agressores mais frequentes: o pai (38 casos), seguido pela mãe (22 casos), avós ou avôs (20 casos), padrasto (15 casos), madrasta (sete casos), seguidos por tio, irmão e cunhado (seis casos cada um).

É necessário destacar a existência de outros fatores de risco para a conduta infracional, considerando-se fatores de risco como as condições que oferecem alta probabilidade de ocorrer resultados negativos ao desenvolvimento humano, podendo comprometer a saúde, o bem-estar e o desempenho social do indivíduo (GALLO; WILLIAMS, 2005). Pesquisas apontam que fatores de risco para o comportamento violento dos adolescentes são decorrentes da associação de fatores biológicos e ambientais, sendo que os ambientais prevalecem sob os biológicos. Destacam-se como fatores de risco na infância e adolescência, a dificuldade de aprendizagem e baixa escolaridade; violência na família; violência no meio social; consumo de drogas e pobreza; e a presença de genitores que cometem atos infracionais (GALLO; WILLIAMS, 2005; PASSAMANI; ROSA, 2009; SCHENKER; MINAYO, 2005); *deficits* nas habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001); a dificuldade da ausência da mãe por motivos laborais; afastamento do pai; mortes e doenças de familiares; dinâmica familiar conflituosa, permeada por agressões, diálogo precário ou inexistente entre familiares ou ainda dificuldade das figuras parentais imporem limites ou disciplinas aos filhos (ASSIS; CONSTANTINO, 2005). A esses fatores a UNICEF (2011) acrescenta outros, além de alguns já citados, que vem comprometendo gravemente o desenvolvimento dos adolescentes brasileiros, ou seja, a pobreza e a pobreza extrema; a exploração do trabalho infantil; a privação da convivência familiar e comunitária; a gravidez na adolescência; a exploração e o

abuso sexual; e a DST/Aids. Através do exposto fica explícito o quanto esses fatores ambientais têm forte poder de interferência na predição do comportamento violento dos jovens que acabam entrando em conflito com a lei.

Fatores de risco relativos ao uso de drogas devem ser considerados multicausais, Schenker e Minayo (2005) destacam a ocorrência de uma *síndrome do comportamento de risco* que remete à complexidade das formas de adesão ao uso de drogas na adolescência. Essa síndrome refere-se ao fato de que comportamentos de risco dos jovens variam e estão interrelacionados, considerando que todo indivíduo está inserido em um contexto sociocultural e histórico. Ainda assim, as autoras destacam que a família tem um papel crucial e que quando este grupo atua com manifestações afetivas adequadas e com padrão comunicativo presente passa a ter mais chances de promover um desenvolvimento saudável aos seus filhos.

Vargas e Marinho (2008) destacam que quando adolescentes em conflito com a lei foram questionados a respeito da utilização de drogas ilícitas, apenas 10% declararam afirmativamente. No entanto, através de dados produzidos pela equipe que trabalha com esses adolescentes, que coletaram informações sobre o uso de drogas em diversos momentos ao longo do atendimento, esse percentual subiu para 64%, o que pode indicar que nem sempre os adolescentes falam abertamente sobre esse uso.

O governo federal brasileiro mantém, desde 2009, um Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) que objetiva preservar a vida das crianças, adolescente e seus familiares. Dados deste programa indicam que o perfil das pessoas que estão sob proteção do programa é de: meninos da raça negra, na faixa etária entre 15 e 17 anos, com ensino fundamental incompleto, tendo como principal referência familiar a genitora e que em 60% dos casos o principal motivo é o envolvimento com tráfico de drogas (BRASIL, 2012b).

Pensando em fatores que dificultam ou neutralizam os fatores de risco, estão os de proteção, como o frequentar escola, viver em um ambiente livre de violência intrafamiliar e receber educação com supervisão, diálogo, afeto e limites (GALLO; WILLIAMS, 2005).

Os fatores de proteção para o uso de drogas devem considerar a promoção de uma vida saudável, incluindo a família, a escola, o grupo de pares, a comunidade e a mídia no entorno ao qual a criança ou o adolescente estão inseridos de modo que a criança e o jovem possam ter oportunidades de crescimento e desenvolvimento saudável (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Um desempenho adequado das habilidades sociais demonstra que esse conjunto de

fatores pode vir a prevenir comportamentos de risco à saúde de adolescentes, pois pode permitir que eles decidam por si mesmos, diante de situações sociais, sem agir em função do grupo (SILVA; MURTA, 2009).

Um estudo que traçou o perfil de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas em uma cidade do interior de São Paulo constatou, entre outros pontos, que os adolescentes com nível de escolaridade maior viviam com ambos genitores, em contrapartida aqueles com nível de escolaridade mais baixo viviam em famílias monoparentais. Uma explicação para este fato advém da possibilidade de que famílias monoparentais passam por um nível de estresse maior, muitas vezes pelo fato de haver uma associação de fatores como um baixo poder aquisitivo, a falta de rede de apoio social e violência intrafamiliar (GALLO; WILLIAMS, 2008).

A atitude dos adolescentes em relação à escola, em famílias de baixa renda, não tem o mesmo significado de estágio de lançamento para uma nova fase de vida como em famílias de trabalhadores pertencentes a uma classe profissional considerando que nos casos de família de baixa renda comumente os empregos não expressam uma crença em relação a si mesmo, não dando um significado especial à esta atividade no sentido de uma “carreira” profissional, de modo que a escola não é um foco central para os filhos dessas famílias (FULMER, 1995, p.479). Este autor destaca que, em termos de gênero, não se espera que os meninos necessariamente concluam o segundo grau e ele levanta a possibilidade, dentre outros fatores, de que o fato de muitos meninos abandonarem a escola pode ter relação com a necessidade deles se distanciarem mais de suas mães na etapa da adolescência, como sendo uma maneira de desafiar um desejo da mãe, desobedecendo-a (FULMER, 1995).

Adolescentes cumprindo medida de liberdade assistida participaram de uma pesquisa e pode-se evidenciar que a escolarização desses jovens é permeada por conflitos, transferências compulsórias de escola e até expulsões. O estudo identificou uma dificuldade de a escola lidar com alunos entendidos como problema, que geralmente estão envolvidos com situações de indisciplina e atos violentos no ambiente escolar, como é o caso dos jovens que cumprem liberdade assistida (SILVA; SALLES, 2011).

Um estudo com adolescentes cumprindo medida de internação utilizou um instrumento que mapeia a rede social dos jovens em quatro quadrantes (família, amigos, escola-trabalho e comunidade) de modo que o adolescente insira pessoas que são mais próximas e mais distantes de si. Os pesquisadores chamaram atenção para o fato de que nenhum dos adolescentes preencheu o campo Trabalho e Escola, mesmo frequentando uma escola eles não julgaram importante citar pessoas de seu convívio neste ambiente (BRANCO;

WAGNER, 2009). Isso leva à reflexão de que frequentar a escola pode não ser prazeroso, que é uma obrigação a ser cumprida perante a justiça e, assim que possível, não mais o farão por interesse próprio.

Na procura da promoção de fatores protetivos a adolescentes, cumprindo medidas de internação, Costa e Assis (2006) destacam a relevância da promoção de fatores como fortalecimento de vínculos que envolvem o jovem, da autonomia em suas atividades e de se trabalhar um projeto de vida futuro.

Um estudo sobre lazer e uso de substâncias psicoativas fez uma comparação entre um grupo de jovens usuários e um grupo de jovens não usuários de substâncias psicoativas, evidenciando que a diferença mais significativa entre esses dois grupos em termos de lazer foi nos itens: *ir à Igreja ou serviço religioso, praticar esportes e sair com a família* como mais frequentes entre os adolescentes não-usuários; em contrapartida, os itens: *frequentar clubes/praias, sair com amigos e frequentar bares* foram os mais frequentes entre os adolescentes usuários (PRATTA; SANTOS, 2007).

Assis e Constantino (2005) apontam a existência de programas de prevenção baseados em intervenções na comunidade. Estes programas incluem, entre outros itens, investimento em atividades de lazer e cultura. Ainda sobre proteção, não se pode deixar de considerar a necessidade de investir na orientação dos cuidadores e não focalizar somente a criança em si, uma vez que eles são parte importante do ambiente em que as crianças e adolescentes vivem (RODRIGUES; MELCHIORI, no prelo, 2012).

No que tange aos cuidados oferecidos à criança e ao adolescente, até o ano de 1990 no Brasil, seguia-se a Doutrina da Situação Irregular com base no Código de Menores que passou por duas versões: a de 1927 e, posteriormente e a de 1979. O Código de Menores legislava sobre crianças e adolescentes:

[...] em estado de abandono, quando não possuísem moradia certa, tivessem pais falecidos ou que fossem declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem vagabundos, mendigos, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir a necessidade de seus filhos (ESPÍNDULA; SANTOS, 2004, p.359).

A reforma do Código de Menores para versão de 1979 criou a Funabem (Fundação Nacional do Bem-estar do Menor) e as Febens (Fundações Estaduais de Bem-estar do Menor) incorporando um atendimento mais autônomo de cada estado e mais assistência aos menores.

Um olhar sob a lei auxilia no entendimento deste contexto. Em 1990 promulgou-se a lei 8.069/90, instituindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mudança que

caracterizou um olhar diferente à criança e ao adolescente, destacando a existência de necessidades específicas pelo desenvolvimento etário, adotando-se a Doutrina de Proteção Integral. Ou seja, crianças e adolescentes passaram a ser definidos como cidadãos, possuidores de direitos, algo que antes não era entendido com esta clareza, uma vez que as práticas anteriormente tinham um cunho mais paternalista e higienista.

Neste contexto, Ciarallo e Almeida (2009) expõem que a nova legislação aboliu o uso do termo *menor* com intenção de demarcar as profundas mudanças estruturais na política de atendimento à infância e à adolescência uma vez que:

[...] o estigma associado à expressão *menor*, *ainda* está presente no imaginário social uma exclusão simbólica, impedindo que jovens em situações de risco social sejam percebidos enquanto crianças e adolescentes (CIARALLO; ALMEIDA, 2009, p.615).

O ECA (BRASIL, 1990) preconiza a garantia de proteção integral de crianças e adolescentes, conferindo-lhe prioridade absoluta, sobretudo na elaboração e implementação de políticas públicas. Esta lei prevê direitos e deveres de cidadania, determinando à família, sociedade e Estado a responsabilidade pela proteção integral, de modo que todas as instâncias passam a ser responsáveis direta ou indiretamente, buscando envolver a sociedade nesse processo.

O ECA (BRASIL, 1990) dispõe em seu 3º artigo que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando todas as oportunidades e facilidades que facilitem seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Esta lei deixa claro, em seu 4º artigo, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Do mesmo modo, a Constituição Federal, também preconiza em seu artigo 227 os direitos voltados às crianças e adolescentes:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Um dos fatores necessários para que o ECA (BRASIL, 1990) seja efetivamente cumprido é o fortalecimento das famílias. Dessen (2010) destaca que ao se debruçar em pesquisas no âmbito das famílias é de grande relevância um olhar para as relações familiares que se estabelecem ao longo das gerações, além da observação atenta ao contexto social, histórico e cultural ao qual estão inseridos. Com dados de pesquisa fica mais claro evidenciar que a implementação de políticas de prevenção e de tratamento são necessárias junto às famílias brasileiras.

Este presente estudo desenvolveu-se com famílias que residem em uma região de tríplice fronteira, Foz do Iguaçu-PR. Esta é uma cidade localizada no oeste do estado do Paraná, fazendo fronteira com os países Paraguai (Cidade do Leste) e Argentina (Porto Iguaçu), possuindo 250.918 mil habitantes, população estimada pelo censo demográfico do IBGE (2010). O estado do Paraná está entre os dez estados da federação mais violentos do país (UNICEF, 2011) e a cidade de Foz do Iguaçu está em quarto lugar entre as cidades mais violentas do estado do Paraná (GRPCOM, 2012).

A presença de tríplice fronteira gera peculiaridades sociais que interferem sobremaneira na vivência da infância e adolescência na região. Foz do Iguaçu-PR tem o maior índice de homicídios na adolescência entre os municípios brasileiros com mais de 200 mil habitantes de acordo com os dois últimos relatórios (BRASIL, 2009; 2010). Nesse contexto depara-se com inúmeras oportunidades de envolvimento dos adolescentes com atos ilegais que, associados a aspectos sociais das famílias, decorre uma grande quantidade de jovens cumprindo medidas socioeducativas.

Em relatório anual da Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu (FOZ DO IGUAÇU, 2011) tem-se que no ano de 2010 o total de adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida foi de 164 adolescentes e em 2011 houve um decréscimo para 105 adolescentes em Liberdade Assistida. Dados desse órgão referem ter passado pelo programa do Centro de Referência Especializada de Assistência Social II - CREAS II (medida de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço à Comunidade) mais de três mil adolescentes, desde sua abertura, no ano de 1996.

O ato infracional constitui, segundo o ECA (BRASIL, 1990, art.103), “conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Logo, quando um adolescente comete ato infracional, essa conduta tem seu equivalente previsto no Código Penal (BRASIL, 1940), na Lei de Contravenção Penal (BRASIL, 1941) ou nas demais leis esparsas, contudo ele não é passível de receber uma penalidade mas sim uma responsabilização, segundo a lei especial do ECA, devido a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

De acordo com o Código Penal, há uma lista de infrações e suas definições. A seguir destacam-se algumas que são pertinentes a este trabalho. Entende-se *Furto* como “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (BRASIL, 1940, art. 155); entende-se *Roubo* como “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (BRASIL, 1940, art. 157). A *Receptação* é entendida como “Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte” (BRASIL, 1940, art.180); já o *Porte de armas*, se caracteriza por carregar ou manter sob sua guarda, bem como acessório ou munição, “sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar” (BRASIL, 2003, art.14). E o *Porte de drogas e Tráfico* se caracteriza por:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 2006, art.33).

Por fim, o ato de *Briga na escola* constitui “Praticar vias de fato contra alguém” (BRASIL, 1941, art. 21), não deixando lesão corporal grave, mas envolvendo atos como empurrões, rasgar roupas, puxar cabelo, arrancar parte do vestuário entre outros.

As pessoas menores de 18 anos são compreendidas perante a legislação brasileira como inimputáveis (BRASIL, 1988, art.228; BRASIL, 1990, art. 104), sendo incapazes de compreender o caráter ilícito do seu ato e de portarem-se de acordo com ele.

O adolescente que está na condição de conflito com a lei cometeu algum ato infracional, tendo transgredido alguma regra ou norma social e está sendo responsabilizado por seus atos perante a justiça. Dentre as medidas de socioeducação, destinadas aos adolescentes que entram em conflito com a lei, estão: advertência verbal; obrigação de reparar danos; prestação de serviço gratuito à comunidade; liberdade assistida (acompanhamento periódico); semiliberdade (atividades externas) e internação (BRASIL, 1990). O responsável pela atribuição da medida socioeducativa é o juiz da Vara de Infância e Juventude que levará em conta a capacidade do jovem de cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração.

A medida socioeducativa de Liberdade Assistida é detalhada no artigo 118 do ECA (BRASIL, 1990, art.118) que afirma:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

(BRASIL, 1990, art.118)

Desse modo observa-se que o adolescente precisa estar inserido em um programa de atendimento e receberá acompanhamento de um educador, que tem atribuições versadas pelo ECA (BRASIL, 1990) em seu artigo 119:

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

(BRASIL, 1990, art. 119)

O adolescente que cumpre medida de liberdade assistida está em uma condição fragilizada, mas ao mesmo tempo com uma oportunidade significativa de alterar suas perspectivas futuras a depender de uma série de fatores para que a medida seja de fato socioeducativa. Para isso, Passamani e Rosa (2009) destacam em pesquisa com educadores de um programa de cumprimento de Liberdade Assistida, que tem um baixo índice de reincidência dos jovens, que os fatores positivos deste programa em especial são: possuírem uma boa proposta pedagógica; estarem em uma equipe engajada e motivada para concretizar um trabalho de ressocialização; o acolhimento do jovem que é incluído no programa; além da rede de serviços que apoia o programa como escolas, posto de saúde, conselho tutelar e associação de moradores.

A presente pesquisa teve como foco os adolescentes cumprindo Liberdade Assistida e inseridos no Programa do Centro de Referência Especializada em Assistência Social II (CREAS II), responsável pelo gerenciamento das medidas socioeducativas de Prestação de

Serviço à Comunidade (PPSC) e Liberdade Assistida (LA). Nesta condição os jovens estão em liberdade, porém sob a atenção e acompanhamento da justiça, uma vez que têm que prestar serviços gratuitos e, periodicamente, serem atendidos pela equipe técnica composta por psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais, além da frequência nas aulas da educação formal.

Mostra-se necessário o esclarecimento acerca da política pública que o programa CREAS II está inserido. Esta é uma unidade pública estatal cuja mantenedoria é realizada pelo poder municipal de Foz do Iguaçu, ligada à Secretaria de Assistência Social. Neste local prestam-se serviços especializados de média complexidade, integrando normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 1993, 2011b).

O SUAS (BRASIL, 1993, 2011b) é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e organiza os serviços socioassistenciais de maneira descentralizada ao longo do território brasileiro, de modo que se articule as ações dos três níveis de governo (Federação, Estado e Município) (BRASIL, 1993, 2011b).

Esse sistema organiza as ações em duas grandes categorias: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo a primeira destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais; e a segunda destinada a situações de risco e direitos violados. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) promove as ações básicas, da primeira categoria; e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) promove ações para o segundo grupo, situações de risco e direitos violados. O CREAS II de Foz do Iguaçu é o local onde se efetivou esta pesquisa, ambiente que atende exclusivamente situações de adolescentes que estejam cumprindo Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço à Comunidade. O foco das ações é voltado tanto para o adolescente quanto para suas famílias (BRASIL, 1993, 2011b).

A presente pesquisa tem sua relevância científica a medida que coloca atenção na relação entre três gerações: adolescentes, genitores e avós. E pode contribuir para reflexões acerca do tema família e das possibilidades de ações da sociedade diante dos fatores que circundam a temática liberdade assistida, ato infracional, violência, relações parentais e intergeracionais. Diante do quadro de violência e desamparo, envolvendo o adolescente brasileiro em conflito com a lei e sua família, essa pesquisa teve como objetivos:

1. Caracterizar as famílias dos adolescentes em Liberdade Assistida;
2. Descrever o tipo de vínculo de apego estabelecido entre os participantes das três gerações (adolescentes, mães/pais e avós);
3. Identificar as relações afetivas de adolescentes em Liberdade Assistida em diferentes

contextos (família, escola, amigos e outros); e

4. Descrever as práticas educativas de três gerações (adolescentes, mães/pais e avós) em Liberdade Assistida, considerando como foram educados e como educaram, no caso dos adultos.

MÉTODO

O papel da metodologia na produção do conhecimento científico é o de avaliar a adequação dos procedimentos adotados, analisando a sua coerência com os conceitos teóricos, até o valor de ambos para a elaboração das conclusões pretendidas ou apresentadas (TOMANIK, 2004). Com uma abordagem predominantemente qualitativa, esta pesquisa visa o estudo exploratório, interpretativo e descritivo, buscando identificar fatores contribuintes ou determinantes para o fenômeno investigado. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2008), proporciona maior familiaridade com o problema a ser investigado, envolvendo a análise de exemplos que melhorem a compreensão do contexto dos sujeitos, conforme proposto neste trabalho.

Participantes

Seleção dos participantes

A triagem das famílias participantes ocorreu durante três meses, em um sistema de plantão da pesquisadora no CREAS II, com sede no Fórum Estadual da cidade de Foz do Iguaçu-PR. Os educadores sociais deste programa auxiliaram a pesquisadora indicando as famílias dos adolescentes com o perfil necessário. Os critérios para participação dos envolvidos foram: (a) ser adolescente em conflito com a lei que frequentasse o CREAS II de Foz do Iguaçu; (b) ter mãe e/ou pai biológico; (c) ter um avô ou avó ou ambos, que morem na mesma cidade.

A pesquisadora conversava com o adolescente, após ser apresentada a ele por um dos educadores sociais, explicava os objetivos da pesquisa e verificava a possibilidade e interesse deste em participar. Quando o adolescente aceitava, procedia-se a um pré-agendamento de entrevista e já pedia sua autorização para entrar em contato com seus genitores e avós. Esses contatos eram realizados através de telefone pessoal ou de recado. Na falta do telefone, solicitava-se que o adolescente contasse para sua mãe sobre a pesquisa e que, no próximo retorno ao CREAS II, geralmente a cada 15 dias, ela comparecesse com ele. Houve muita dificuldade em selecionar adolescentes cujos pais ou padrastos aceitassem participar da pesquisa, seja pela indisponibilidade deles ou por não participarem da vida do filho.

Os participantes

Os participantes da pesquisa foram 10 jovens inseridos no programa do CREAS II da cidade de Foz do Iguaçu-PR, por terem cometido algum tipo de ato infracional e familiares de mais duas gerações: seus genitores (10 mães, um pai e um padrasto) e 10 avós, totalizando 32 pessoas.

Todos os adolescentes eram do gênero masculino², com idade entre 15 e 18 anos (média=16 anos), sendo que nove estavam estudando em função de obrigatoriedade judicial e um dava continuidade a seus estudos por imposição da mãe, uma vez que já havia parado de estudar no ano anterior. Eles cursavam da terceira a oitava³ série, sendo que a maioria cursava a 5ª série, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Escolarização dos adolescentes

	3ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Por ordem judicial	1	5	1	1	1
Continuidade dos estudos					1

As 10 mães participantes tinham entre 33 e 49 anos (média=37 anos) e escolaridade entre terceira e oitava série do Ensino Fundamental. Participaram também um pai com 37 anos e um padrasto (que criou o adolescente) com 29 anos, ambos com Ensino Fundamental completo. Participaram também 10 avós, com faixa etária entre 51 e 71 anos (média=62 anos) e escolaridade entre não alfabetizadas até oitava série completa. Na Tabela 2 pode-se verificar a escolaridade dos genitores/padrasto e avós. Metade das mães cursou o Ensino Fundamental de forma incompleta e a maioria das avós era analfabeta ou não concluiu o Ensino Fundamental.

Tabela 2 – Escolaridade dos genitores/padrasto e avós

	Analf.	E. F. i	E. F. c	E.M.i	E.M.c
Mães	1	5	1	1	2
Pai/Padrasto					2
Avós	4	5	1		

Analf=Analfabeto; E.F.i=Ensino Fundamental incompleto; E.F.c=Ensino Fundamental completo; E.M.i=Ensino Médio incompleto; E.M.c=Ensino Médio completo.

² Embora no CREAS II houvessem adolescentes do gênero feminino, em proporção bem menor do que o gênero masculino, elas não preencheram os pré-requisitos para esse estudo.

³ Considerou-se a nomenclatura utilizada pelos adolescentes e não a atual, que considera o Ensino Fundamental completo com duração de nove anos.

Todos os participantes moram em bairros com alto índice de violência. Dados da Polícia Militar do Paraná (POLÍCIA MILITAR, 2012) apontam números referentes a crimes ocorridos na cidade de Foz do Iguaçu, em 2011, do qual se destaca: 567 casos de lesão corporal e 1.105 casos de ameaça, entre outros crimes, não sendo possível acessar dados que divida os crimes por bairros.

Tipo de ato infracional cometido pelo adolescente

Os adolescentes participantes desta pesquisa estão inseridos no programa que acompanha o cumprimento de medidas socioeducativas ordenadas pelo juizado da Infância e Juventude. O Quadro 1 apresenta os tipos de atos infracionais cometidos por estes jovens.

Quadro 1 – Tipo de ato infracional

Adolescente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Roubo/furto	X	X	X			X			X	X
Tráfico				X	X			X		
Receptação de objetos roubados					X					
Briga na escola						X				
Porte droga/arma							X			

O ato infracional mais presente entre os jovens pesquisados foi o furto e roubo, cometido por seis adolescentes, seguido do tráfico de entorpecentes. Pode-se constatar que dois adolescentes (Ad 5 e Ad 6) respondem por dois atos infracionais.

Renda familiar e ocupação

A renda familiar variou de 400 a 2.700 reais mensais⁴ (média=1.160 reais). A renda *per capita* variou de 57 a 450 reais (média=195 reais).

A ocupação dos participantes é apresentada na Tabela 3. Metade dos adolescentes está sem atividade laboral, quatro fazem serviços esporádicos e um está inserido no programa aprendiz e vai iniciar atividade laboral em uma das empresas conveniadas com o CREAS II.

4 A Lei PR 16.807/2011 (BRASIL, 2000) estabelece quatro pisos salariais para grupos de categorias profissionais diferentes. Na presente pesquisa foi considerado o salário de R\$736,00 que engloba trabalhadores empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Trabalhadores de Reparação e Manutenção.

Tabela 3 – Ocupação dos participantes da pesquisa

	Adolescentes	Mães	Pai/Padrasto	Avós
Aprendiz através do CREAS II	1			
Artesã		1		
Balconista		1		
Cabeleireira		1		
Camareira				1
Cozinheira		2		
Desempregado/a	5	1		
Do lar/aposentada				8
Eletricista			1	
Faxineira		1		1
Motorista/vigia			1	
Produção de salgados		1		
Serviço esporádico	4	1		
Venda de verduras		1		

Observa-se que a maioria das mães exerce alguma atividade laboral de prestação de serviços em geral, como balconista, cozinheira, entre outros, destacando-se que duas delas têm negócio próprio como salão de cabeleireira e confecção de salgados. O pai participante da pesquisa é eletricista e o padrasto tem duas ocupações concomitantes, vigia e motorista. A maior parte dentre as avós (oito) exercem atividades do lar e ou estão aposentadas de suas atividades laborais.

Instrumentos

Foram utilizados cinco instrumentos de coleta de dados:

1. Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) que avalia, através de 42 questões, as sete práticas educativas positivas e negativas das práticas parentais, contendo duas versões: uma para o genitor ou genitora (Práticas Educativas Maternas e Paternas) e outra para os filhos (Práticas Parentais Maternas e Práticas Parentais Paternas).

O IEP foi aplicado na versão original quando se verificou como os genitores consideram que educam seus filhos adolescentes e também com os adolescentes para verificar como eles consideram que sua mãe e seu pai os educam. Esse instrumento foi adaptado para ser utilizado com as avós, tendo os verbos sido colocados no passado, se referindo a como educaram sua filha/filho quando estes eram adolescentes (Anexo A); foi aplicado nos genitores dos adolescentes também com os verbos no passado, se referindo a como eles consideram que foram educados por seus pais quando adolescentes (Anexo B – versão materna e Anexo C – versão paterna). Na aplicação, a pesquisadora leu as questões e as possibilidades de respostas,

dando a oportunidade para que todos acompanhassem as alternativas lidas, assinalando diante de cada um deles as respostas obtidas.

2. Instrumento Medida de Estilo de Apego (*Attachment Style Measure*), de Hazan e Shaver (1986), com tradução para essa pesquisa, que consiste nas seguintes questões:

a) Ela(e) geralmente foi amorosa(o) e presente em minha vida. Ela(e) foi capaz de reconhecer quando eu precisava de apoio e quando devia deixar-me agir sozinho(a). Nossa relação foi quase sempre boa e eu me sinto bem em falar sobre isso.

b) Ela(e) foi fria(o) e distante. Eu não era alta prioridade dela(e), suas preocupações estavam frequentemente em outro lugar. É possível que ela(e) não quisesse que eu fosse seu filho(a).

c) Ela(e) agia de diferentes formas comigo, algumas vezes era amorosa(o) e outras não. Seus compromissos influenciavam na forma dela(e) responder as minhas necessidades. Ela(e) realmente me ama, mas nem sempre demonstrou isso da melhor forma.

Segundo os autores, estas questões se referem aos três tipos de apego propostos por Ainsworth (1969) e seus colegas (AINSWORTH; BELL; STAYTON, 1971): Seguro, Inseguro Ambivalente e Inseguro Evitativo. Esse instrumento foi aplicado individualmente em todos os participantes, que deveriam escolher qual das frases descrevia melhor como cada um deles percebia como era/foi tratado pelos genitores.

A pesquisadora apresentava as três frases digitadas ao participante, pedia que ele escolhesse o parágrafo que melhor descrevia seus sentimentos em relação a sua mãe, conforme instrução dos autores (HAZAN; SHAVER, 1986), lia os parágrafos, cuja leitura era acompanhada pelos participantes e assinalava, sob suas vistas, a resposta escolhida. Em seguida, o mesmo procedimento era seguido, agora em relação ao pai. Embora este instrumento seja muito simples, optou-se por utilizá-lo porque ele é uma medida geral de avaliação da prática parental e poderia ser comparado com a avaliação do IEP. Este instrumento também foi utilizado por Collins e Read (1990).

3. Técnica do Modelo Esquemático do Tapete (*Four Field Map*) adaptado de Dunn e Deater-Deckard (2001) que consiste em um tapete com três círculos concêntricos divididos em quatro partes. O círculo central é reservado para o participante-alvo se colocar; os demais círculos representam níveis de afeto: amo, gosto, não gosto. Na versão original havia cinco níveis de afeto, incluindo o amo muito e gosto muito, que foram reduzidos nos três citados

para tornar mais objetiva a tarefa dos participantes. Essa técnica foi utilizada com os adolescentes e a divisão em quatro partes refere-se a: família, escola, grupo de amigos e outro contexto de escolha do participante.

O objetivo do uso deste instrumento foi verificar os vínculos sociais e afetivos do adolescente e, em todos os casos, foi aplicado pela pesquisadora, que colocava o tapete confeccionado em feltro e os bonecos de EVA com características de mulher ou de homem sobre uma mesa. O adolescente escolhia as pessoas (representadas pelos bonecos de EVA) e colocava sobre o feltro. A pesquisadora anotava as respostas e ao final fotografava sob a mesa a construção do mapa. No Brasil, este instrumento também foi utilizado por Almeida et al. (2011). A Figura 1 ilustra o instrumento utilizado.



Figura 1 – Mapa de feltro construído para aplicação do instrumento Técnica do Modelo Esquemático do Tapete

4. Questionário de Caracterização do Sistema Familiar adaptado de Dessen (2009) para caracterizar a família dos adolescentes. O instrumento é composto por três partes: (a) questões de identificação da família em estudo; (b) dados demográficos da família, incluindo

informações sobre escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, condições de moradia e constelação familiar; (c) dados relativos à caracterização do sistema familiar, incluindo informações sobre atividades de lazer, rotina diária e rede de apoio social. Ele foi utilizado com as genitoras dos adolescentes e foi a base para a caracterização das famílias pesquisadas. Em todos os casos, o questionário foi lido pela pesquisadora, que assinalava as respostas obtidas de cada genitora (Anexo D).

Além desses instrumentos, também foi realizada uma consulta ao Prontuário dos adolescentes no CREAS II que contém informações sobre a história de vida deles: escolarização; conflito com a lei cometido e medidas socioeducativas recebidas; ocupação; e os resumos de atendimentos realizados pelos técnicos do CREAS II. Esses dados foram utilizados para complementar a caracterização dos adolescentes, principalmente no que se refere ao ato infracional. A consulta foi realizada na sala de arquivos do CREAS II.

Procedimento de coleta de dados

O primeiro passo foi a submissão do projeto à coordenadora do CREAS II, seguido da submissão ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Unesp (processo nº 1123/46/01/10 - Anexo E). Após as devidas aprovações, o passo seguinte foi contatar os adolescentes que foram selecionados da forma descrita no item “Seleção dos participantes”. É importante esclarecer que somente diante da permissão dos adolescentes é que seus genitores e avós foram consultados. Os objetivos da pesquisa foram explicitados também aos familiares dos adolescentes e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices A, B e C – versão do adolescente, dos responsáveis e das avós, respectivamente) foi devidamente assinado por todos os envolvidos.

Com os adolescentes, a coleta de dados ocorreu na sede do CREAS II, em uma única sessão individual. Com os genitores e avós, os dados foram coletados, na maioria dos casos, em visitas domiciliares combinadas previamente com eles. Em cerca de metade dos casos, a pesquisadora teve que retornar de duas a cinco vezes, recombinação novo encontro, através de recado ou telefone, por não encontrar a mãe ou avó agendadas. Duas mães e uma avó compareceram ao CREAS II para a coleta de informações.

No Quadro 2 pode-se verificar os instrumentos que foram aplicados com os adolescentes, com as mães, com os pais e com as avós. Todos foram aplicados

individualmente.

Quadro 2 – Aplicação dos instrumentos nos participantes

	Inventário de Estilos Parentais						Medida de Estilo de Apego	Técnica do Modelo Esquemático do Tapete	Questionário de Caracterização do Sistema Familiar
	Versões do IEP								
	Práticas Parentais Maternas	Práticas Parentais Paternas	Práticas Educativas Maternas e Paternas	Práticas Educativas Maternas adaptado	Práticas Educativas Paternas adaptado	Práticas Educativas Maternas e Paternas adaptado			
Adolescente	X	X					X	X	
Mãe			X	X	X		X		X
Pai/padrasto			X	X	X		X		
Avós						X	X		

Destaca-se o Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) que foi utilizado nas duas versões apresentadas pela autora e adaptado para a aplicação com os genitores (Como eles consideram que foram educados) e com as avós (Como elas educaram sua filha/o), conforme descrito no item “Instrumentos”.

Nos adolescentes, os instrumentos foram apresentados na seguinte sequência: Medida de Estilo de Apego, o Inventário de Estilos Parentais e a Técnica do Modelo Esquemático do Tapete. Com as mães, iniciava-se com o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, seguido da Medida de Estilo de Apego e do Inventário de Estilos Parentais. Com o pai/padrasto e as avós, iniciava-se com a Medida de Estilo de Apego, seguida do Inventário de Estilos Parentais.

Procedimentos de análise de dados

A seguir apresenta-se a descrição de como cada instrumento utilizado foi analisado:

1) Inventário de Estilos Parentais

A análise do Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) foi realizada de acordo com as instruções do próprio instrumento, ou seja, os dados foram registrados em folha de resposta que contém as sete práticas educativas descritas. Posteriormente foi feito o cálculo do índice de estilo parental (*iep*) e a interpretação dos resultados com os percentuais do IEP, bem

como a média das práticas parentais. Foram definidos os seguintes critérios, não explicitados pela autora, para encontrar os valores percentuais correspondentes a cada prática:

(a) quando não existia na tabela do instrumento (GOMIDE, 2006, p. 58), o número exato do IEP, optou-se por escolher o valor mais próximo, exemplo: IEP = -1 (menos um), optou-se por escolher o valor 0 (zero).

(b) quando o valor do IEP ficou entre dois números igualmente próximos optou-se pelo valor maior, exemplo: IEP = -1 (menos um) optou-se pelo valor na tabela 0 (zero).

(c) quando se repetia na tabela do instrumento mais de uma vez o mesmo valor para uma prática educativa optou-se por escolher o percentual maior, exemplo: prática Monitoria Positiva = 12, optou-se pelo percentual equivalente 99.

Após as correções iniciais, foram avaliados os estilos parentais identificados a partir do relato dos participantes. O *iep* (Índice de Estilo Parental) é o resultado da somatória das práticas positivas (monitoria positiva e comportamento moral), subtraído da somatória das práticas negativas (negligência, disciplina relaxada, abuso físico, punição inconsistente, monitoria negativa). Quando esse resultado é positivo (+) tem-se a prevalência de práticas educativas positivas na família, com maiores chances de desenvolvimento de comportamentos pró-sociais nos filhos; quando o resultado do *iep* é negativo (-) há prevalência de práticas parentais negativas, com maior presença de comportamentos antissociais nos adolescentes (CARVALHO; GOMIDE, 2005; GOMIDE, 2006). Considerando os percentuais do Inventário de Estilos Parentais (IEP) interpretava-se o resultado delimitando os estilos parentais como Ótimo (percentuais do IEP de 80 a 99), Regular Acima da Média (percentuais do IEP de 55 a 75), Regular Abaixo da Média (percentuais do IEP de 30 a 50) e Risco (percentuais do IEP de 1 a 25).

2) Medida de Estilo de Apego

Quanto ao instrumento Medida de Estilo de Apego (HAZAN; SHAVER, 1986), a análise foi realizada de forma a identificar o tipo de apego que cada um dos participantes estabeleceu com sua mãe e com seu pai, em função da escolha do parágrafo que melhor descreve a interação que ocorreu entre cada um deles com os genitores, durante o período da infância. O primeiro parágrafo [*Ela(e) geralmente foi amorosa(o) e presente em minha vida ...*] corresponde ao apego Seguro. O segundo [*Ela(e) foi fria(o) e distante. Eu não era alta prioridade...*] se refere ao estilo de apego Inseguro Evitante e o terceiro [*Ela(e) agia de diferentes formas comigo*] ao Inseguro Ambivalente.

3) Técnica do Modelo Esquemático do Tapete

A Técnica do Modelo Esquemático do Tapete, adaptado de Dunn e Deater-Deckard (2001) foi analisada de forma quantitativa e qualitativa. Verificou-se as pessoas citadas em cada contexto, se são familiares ou extra-familiares, o grau de parentesco, em quais contextos mais pessoas são citadas, qual o contexto não especificado previamente que cada adolescente escolheu ou se isso não ocorreu, e as ligações afetivas que o adolescente revela com cada uma das pessoas mencionadas, procurando identificar as relações que o participante estabelece com as pessoas a sua volta.

4) Questionário de Caracterização do Sistema Familiar

Os dados obtidos através do Questionário de Caracterização do Sistema Familiar adaptado de Dessen (2009) foram analisados conforme sugestão da autora. As perguntas fechadas foram analisadas com base nas alternativas que equivaliam às categorias já definidas pela autora.

Após a análise de todos os instrumentos descritos, acrescidos das informações extraídas do prontuário dos adolescentes no CREAS II, os dados foram analisados para se obter uma visão geral das famílias participantes em todos os aspectos pesquisados.

RESULTADOS

Para melhor visualização e compreensão dos dados coletados, os resultados foram divididos em três seções. A primeira seção se refere à caracterização das famílias dos adolescentes e a segunda aos vínculos de apego trigeracionais e as relações afetivas dos adolescentes em diferentes contextos. Na terceira seção descreve-se as práticas educativas trigeracionais.

Caracterização das famílias

Tipologia das famílias

Foram definidas seis tipologias diferentes de família para abarcar as diferentes configurações familiares com quem os adolescentes participantes habitam (ver Quadro 3). Verificou-se que em três famílias os adolescentes não convivem no mesmo teto com suas mães ou pais. Em três famílias (Nuclear e a Extensiva Original), os adolescentes vivem na mesma casa que seus genitores. Em três famílias (Recombinada e Extensiva Recombinada) os adolescentes vivem com a mãe, o padrasto e outros familiares. Uma família é monoparental.

Quadro 3 – Tipologia das famílias com quem os adolescentes habitam

Tipologia	Definição de famílias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nuclear	Genitores e filhos				X						X
Monoparental	Somente a mãe e filhos							X			
Recombinada	A mãe tem um novo parceiro e filhos de seus relacionamentos anteriores ou também filhos com o parceiro atual	X					X				
Extensiva Original	Formação nuclear acrescida de outros familiares como avôs, tios, primos desta mesma família		X								
Extensiva recombinação	Família recombinação acrescida de outros familiares: avôs, tios, primos									X	
Sem genitores	O adolescente vive com avó, tios/as, sobrinhos (mãe habita em outra casa, pai falecido ou separado)			X		X			X		

Atividade religiosa

Seis famílias definiram-se praticantes da religião evangélica e quatro se definiram como católicos, embora uma família afirmou frequentar atividades evangélicas

concomitantemente. Uma é adventista.

A maioria das mães (09) frequenta as atividades religiosas, sendo que, duas delas foram categóricas em afirmar que todos os membros da família vão ao culto religioso. Quatro mães relataram que frequentam a igreja semanalmente, de duas a três vezes por semana ou diariamente. No geral, sete adolescentes não frequentam a igreja, um frequenta semanalmente e dois o fazem esporadicamente. O padrasto participante da pesquisa também participa do culto religioso. E o pai não.

Condições de moradia

A Tabela 4 apresenta as condições de moradia dos adolescentes. Mais da metade deles vive em casa própria, sendo sete de alvenaria, duas que misturam alvenaria e madeira e uma de madeira. Todas as casas têm água encanada, banheiro dentro de casa e pouco mais da metade tem rede de esgoto. A avaliação das condições de moradia, segundo as mães, é razoável (seis), seguida de boa (três) e muito boa (uma).

Tabela 4 – Condições de moradia

<i>Residência</i>	<i>Tipo</i>			<i>Material</i>			<i>Água</i>	<i>Esgoto</i>	
	Alugada	Cedida	Própria	Alvenaria	Madeira	Mista	Encanada	Sim	Não
Quantidade de famílias	2	2	6	7	1	2	10	6	4
	<i>Banheiro</i>			<i>Avaliação qualitativa das condições de moradia</i>					
	Dentro da casa			Muito boa		Boa		Razoável	
Quantidade de famílias	10			1		3		6	

Na Tabela 5 detalham-se tipos de móveis e aparelhos domésticos/eletrônicos encontrados nas residências dos adolescentes. Na cozinha, todos possuem armário, a maioria possui mesa e cadeiras. Na sala da casa a maioria possui sofá e estante. Em relação ao quarto ou quartos da residência todos possuem cama e a maioria tem guarda roupa. Em relação aos aparelhos domésticos e eletrônicos todas as famílias referiram possuir fogão, geladeira e aparelho de TV, seguida da maioria que possui também aparelho de som e aparelho de DVD ou vídeo cassete, encontrados em seis residências e a minoria possui computador.

Tabela 5 – Móveis e aparelhos domésticos/eletrônicos encontrados nas residências

Móveis	Cozinha			Sala			Quarto	
	Armário	Mesa	Cadeira	Sofá	Mesa	Estante	Cama	Guarda roupa
Famílias	10	9	8	9	1	8	10	9
Aparelhos domésticos e eletrônicos								
	Fogão	Geladeira	TV	Som	DVD / vídeo		Computador	
Famílias	10	10	10	8	6		2	

Obs: nos casos em que o adolescente não mora com sua mãe considerou-se aspectos da residência em que ele vive. Ex: residência da avó.

Atividades sociais e de lazer

As atividades sociais e de lazer caracterizam em mais detalhes as interações familiares e sociais das pessoas pesquisadas. No Quadro 4 encontra-se a descrição dessas atividades nas famílias em questão.

Quadro 4 – Atividades sociais e de lazer das famílias, segundo as mães

Tipo de atividade	Famílias									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Religiosas							X	X		
Encontro sociais com familiares e/ou amigos: pesca, festa, jantar, circo, parques de diversão		X	X	X	X	X		X	X	
Festa na escola (só crianças participam)										X
Não têm atividades de lazer	X						X			X

Dentre as respostas a este tema fornecidas pelas mães, sete famílias têm como atividade social o encontro entre familiares e/ou amigos, seguido de duas famílias que comparecem a atividades de cunho religioso. Dentre as dez famílias pesquisadas, três mães referem que suas famílias nunca têm atividade de lazer. A participação dos membros familiares nas atividades sociais e de lazer é variada. As mães referiram que as atividades de lazer são realizadas em geral no final de semana, exceto nas situações de festas na escola que eventualmente ocorrem durante a semana.

Rede de apoio social

A rede de apoio social materna indica com quem ela pode contar em momentos de necessidade, o que pode funcionar como um fator de proteção a todos os familiares. O Quadro 5 apresenta esses dados.

Quadro 5 – Pessoas ou instituições com quem as mães podem contar em caso de necessidade

		Mães									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Familiar	Avós	X	X	X		X	X	X	X	X	X
	Tios				X	X			X		
	Tias				X	X		X			X
	Cunhada					X					
Extrafamiliar	Vizinhas	X	X	X							
	Pastor				X						
	Amigos					X					X
	Ninguém						X	X	X	X	
Instituições	Igreja			X							
	Bolsa família					X					X
	CREAS II								X		
	Nenhuma	X	X		X		X	X		X	

Dentre as pessoas do convívio familiar, pode-se verificar a grande participação das avós como fonte de apoio de quase a totalidade das mães, seguida de tias/tios e cunhada. No contexto extrafamiliar, quatro mães referiram não ter ninguém que as ajude e outras se referiram às vizinhas, amigos e uma ao pastor da igreja que frequenta.

Em relação às instituições, chama atenção o fato de seis mães responderem que não contam com nenhum tipo de apoio social vindo de instituições. Outras citaram o programa Bolsa Família, a Igreja ou o CREAS II.

Dados de saúde da família

Os dados de saúde da família são indicadores relevantes para observar a qualidade de vida da família. No Quadro 6 pode-se observar dados detalhados de cada uma das famílias participantes sobre os tipos de doenças que existem no contexto familiar.

Quadro 6 – Doenças presentes no contexto familiar

Doenças	Famílias									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Cardiovascular	avó	mãe		avó			avó			
Alergias								mãe		
Diabetes								tios/as		
Depressão			Tias							
Deficiência/Síndrome								tia		
Nenhuma					X	X			X	X

Dentre os tipos de doenças citados pelas mães entrevistadas, as doenças cardiovasculares foram as mais presentes, tendo ocorrido em geral com os avós dos adolescentes. Eles recorrem a tratamentos médicos ou psicológicos. Quatro mães relataram que não há problemas de saúde em suas famílias. Apesar da mãe 10 estar entre estas, a avó materna referiu que o adolescente em questão sofre de crises nervosas de choro e depressão e constatou-se essa informação também em consulta ao prontuário dele no CREAS II.

No Quadro 7 encontra-se os tipos de substâncias lícitas ou ilícitas que são utilizadas por familiares, segundo a percepção das mães.

Quadro 7 – Tipos de substâncias utilizadas por familiares

Tipos de Substância	Famílias									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Cigarro		Mãe	Tia	Tio Ado	Mãe	Mãe Ado		Avó pai	Ado	Pai
Álcool	Pai	Pai		Pai	Pai	Mãe Pai	Pai			Pai
Outras drogas									Ado	

Legenda: Ado = adolescente

O cigarro de tabaco foi o mais citado, seguido de álcool, sendo que alguns familiares utilizam ambos. Apenas uma mãe relatou que seu filho adolescente faz uso de maconha. Observa-se que no relato de todas as mães houve referência a utilização de alguma substância, seja lícita ou ilícita.

O evento mais citado foi a morte de familiares: sete mães referiram esse fato como marcante a todos da família, seguido da separação dos genitores do adolescente e do uso/abuso de álcool e outras drogas por familiares. Os fatores conflito com a lei por outros familiares, agressão entre os genitores do adolescente, mãe demitida nos últimos anos ou problemas financeiros familiares, seguido de hospitalização de familiares foram citados por três famílias cada um. Os fatores que menos apareceram foram o conflito com a lei do próprio adolescente e a mudança de país referida por uma família, que se mudou do Paraguai para o Brasil.

Relações afetivas

Vínculos iniciais de apego

Os vínculos iniciais de apego foram avaliados nas três gerações: adolescentes, genitores e avós. O Quadro 10 apresenta os resultados dos padrões de apego (Seguro, Inseguro Evitante ou Ambivalente) de cada um dos participantes da pesquisa em relação a seus genitores.

Quadro 10 – Padrões de apego dos participantes em relação a seus genitores

Participantes	Em relação a quem	Famílias									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Adolescente	Genitora	S	S	IA	IA	S	S	S	S	S	S
	Genitor (ou padrasto)	IA	IA	-	IA	-	S	S	IE	S	S
Mãe	Genitora	IA	IA	S	IE	S	S	IA	IA	S	IA
	Genitor	S	S	S	S	S	-	IE	IE	IA	IA
Pai ou Padrasto	Genitora	S	-	-	-	-	-	-	-	IA	-
	Genitor	IA	-	-	-	-	-	-	-	IA	-
Avó	Genitora	S	S	S	S	S	IA	IA	S	IA	S
	Genitor	S	IA	S	IE	S	IA	IA	S	IE	S

Legenda: S= Seguro; IA= Inseguro Ambivalente; IE= Inseguro Evitante

Pode-se verificar que a maioria dos adolescentes (1, 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) escolheu o parágrafo que indica um apego Seguro em relação às suas mães. Já em relação ao pai/padrasto, quatro referiram apego Seguro (6, 7, 9 e 10) e quatro Inseguros (1, 2, 4, e 8),

com predomínio do Inseguro Ambivalente. É importante destacar que dois adolescentes (3 e 5) não quiseram responder em relação ao padrasto e não tinham convivência com o pai biológico a ponto de responderem as questões.

Seis mães escolheram parágrafos que caracterizavam apego Inseguro com suas genitoras (1, 2, 4, 7, 8 e 10), com predomínio do Ambivalente, e quatro escolhas foram caracterizadas como se referindo ao Apego Seguro (3, 5, 6 e 9). Em relação ao genitor, cinco dentre nove respostas maternas foi caracterizada como pertencente ao Apego Seguro (1, 2, 3, 4 e 5), quatro Inseguros (7, 8, 9 e 10) e uma não quis responder sobre seu padrasto e não teve convivência com seu pai biológico (6).

O pai e o padrasto que participaram da pesquisa referiram ou o apego Seguro em relação a sua genitora (1) ou o Inseguro Ambivalente (9). Já em relação ao genitor ambos referiram apego Inseguro Ambivalente (1 e 9).

Na avaliação das avós participantes, a maioria referiu apego Seguro em relação a figura materna (1, 2, 3, 4, 5, 8 e 10) e, em relação a figura paterna, metade se referiu a apego Seguro (1, 3, 5, 8 e 10) e metade ao Inseguro Ambivalente ou Evitante (2, 4, 6, 7 e 9).

Relações afetivas dos adolescentes

Foi investigado com os adolescentes quem eles amam, gostam ou não gostam na Família, na Escola, entre os Amigos, acrescido de outro contexto que ficou a critério do adolescente escolher, em função de ser um ambiente que ele frequentava e no qual ele estabelecia relações sociais. Nos Quadros 11 e 12 observa-se um panorama geral dos adolescentes e as referências às pessoas nos diferentes contextos de sua vida.

Quadro 11 – Vínculos afetivos dos adolescentes (01 a 05) em diferentes contextos

	01			02			03			Ad 4			Ad 5		
	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG
Família	Mãe Pai Avó p	Comp. mãe Irmã Tio	Avó m	Pai Mãe	Avó p	-	Avó m	Irmão	Padrasto	Mãe	Avó m	-	Mãe Avó m	-	Primo
Escola	2 ♀	4 ♂	1 ♂	-	-	-	-	3 ♂	-	-	amigos ♂	-	Namorada	-	Colegas ♂
Amigos	1 ♂ (falecido)	1 ♀	1 ♂	1 ♀	1 ♂	-	1 ♂ (primo)	1 ♂	1 ♂ (da rua)	-	1 ♂	-	1 ♂	1 ♂	-
Outros*	Jesus	1 ♂	1 ♂	-	1 ♀ 1 ♂	-	-	Amigos ♂	Ex amigos ♂	-	-	-	Tia	Irmãos da igreja ♂ ♀	-

*Obs: Em relação ao quarto espaço que frequentam: Ad 1 e 5 escolheram “Igreja”; Ad 2, escolheu “Quadra ou Centro esportivo” do bairro; Ad 3 escolheu “Outro bairro onde vivia com sua mãe”; Ad 4 considera que não frequenta outro local. Legenda: NG= Não Gosta; Avó m= avó materna; Avó p= avó paterna.

Quadro 12 – Vínculos afetivos dos adolescentes (06 a 10) em diferentes contextos

	06			07			Ad 8			Ad 9			Ad 10		
	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG	Ama	Gosta	NG
Família	Mãe	2 irmãos	-	Pai 6 tias 2 irmãs Mãe Avó m	2 irmãos	Cunhado	Pai	-	-	Mãe 4 irmãos	Pai	-	3 irmãos Pai Mãe	Avó m Tio Tia Prima	-
Escola	-	Amigos ♂	Inimigos	Servente Professores	-	Colegas ♂	Amigos da escola ♂	Professores	Zeladora	1 ♂	-	-	-	-	-
Amigos	Primos ♂	-	Maus caminhos ♂ **	-	1 ♂	-	-	Camaradas ♂	1 ♂	1 ♂	Tio	-	Ex-cunhado	-	-
Outros*	Professor	Amigos ♂	-	Amigos com quem joga ♂	-	-	Professor	1 ♂	Colegas futebol ♂	Irmão	-	Patrão	Ex-cunhado	-	Bêba dos

*Obs: Em relação ao quarto espaço que frequentam: Ad 7 e 8 escolheram “Quadra ou Centro Esportivo” do bairro; Ad 6 escolheu “Projeto de Futsal”; Ad 9 escolheu “Trabalho” e o Ad 10 escolheu “Bar”. Legenda: NG= Não Gosta; Avó m= avó materna.

** Procurou-se manter a denominação dos próprios adolescentes.

No contexto da Família, na categoria “ama”, oito adolescentes se referiram a mãe (1, 2, 4, 5, 6, 7, 9 e 10), cinco se referiram ao pai (1, 2, 7, 8 e 10) e quatro a avó materna ou paterna (1, 3, 5 e 7). Outras pessoas citadas foram tias, irmãs e irmãos (7, 9 e 10). Na categoria “gosta” as pessoas citadas foram: irmãos (1, 3, 6 e 7), tios (1 e 10), avós (2, 4 e 10), prima (10), companheiro da mãe (1) e pai (9). Na categoria “não gosta” foram citadas uma avó (1), padrasto (3), primo (5) e cunhado (7).

No contexto da Escola, na categoria “ama”, cinco adolescentes se referiram a meninas ou amigos, namorada e a servente e professores (1, 5, 7, 8 e 9). Na categoria “gosta” cinco adolescentes responderam que não tem ninguém que gostam na escola (2, 5, 7, 9 e 10) e quatro responderam que gostam dos amigos (1, 3, 4 e 6) e um dos professores (8). Cinco adolescentes responderam ninguém para a categoria “não gosto” (2, 3, 4, 9 e 10), e os outros quatro citaram outros garotos (1, 5, 6 e 7) e um se referiu a uma zeladora da escola (8).

Na categoria “amo”, três se referiram a amigos, sendo que um já havia falecido (1, 5 e 9), outras pessoas citadas foram: uma amiga, primos e ex-cunhado (2, 3, 6 e 10); três responderam não ter ninguém neste contexto (4, 7 e 8). Na categoria “gosto” as pessoas citadas foram do gênero masculino, se referindo a amigos (2, 3, 4, 5, 7 e 8), uma do gênero feminino (1) e um tio (9). Dois adolescentes não citaram ninguém nessa categoria (6, 10). Seis adolescentes responderam ninguém na categoria “não gosto” (2, 4, 5, 7, 9 e 10), e quatro fizeram referência a pessoas do gênero masculino (1, 3, 6 e 8).

O quarto contexto era escolhido pelos adolescentes. Quatro escolheram atividades esportivas (2, 6, 7 e 8), dois escolheram a Igreja (1 e 5). Os outros locais escolhidos foram: um outro bairro (3), o local de trabalho (9) e um bar (10). Apenas um não escolheu outro contexto (4). Na categoria “amo” foram citados dois professores (6 e 8), Jesus (1), tia e irmão (5 e 9), amigos (7) e ex-cunhado (10). Três não citaram ninguém nessa categoria (2, 3 e 4). Na categoria “gosto”, os citados foram: amigos (1, 2, 3, 6 e 8) e irmãos da igreja (5). Quatro não citaram ninguém (4, 7, 9 e 10). Na categoria “não gosto” metade dos adolescentes se referiu a pessoas do sexo masculino (1, 3, 8), tendo um referido os bêbados (10) e outro o patrão (9), a outra metade afirmou não ter alguém de quem não gostem nesses contextos (2, 4, 5, 6 e 7).

Práticas educativas parentais

Avaliação do iep

Foram também investigadas as práticas educativas parentais nas três gerações. A seguir são apresentados os cálculos do Índice de Estilo Parental (*iep*) que indica se há predomínio de práticas educativas positivas ou negativas.

Na Figura 2 observam-se os dados relativos ao *iep* das mães na avaliação dos adolescentes. Verifica-se que cinco adolescentes obtiveram índice positivo de estilo parental para suas mães (5, 6, 7, 8 e 10), e a outra metade negativo (1, 2, 3, 4 e 9). Nota-se também que os adolescentes das famílias 1, 3 e 4 avaliaram de forma muito negativa (>-10) o índice de estilo parental materno.

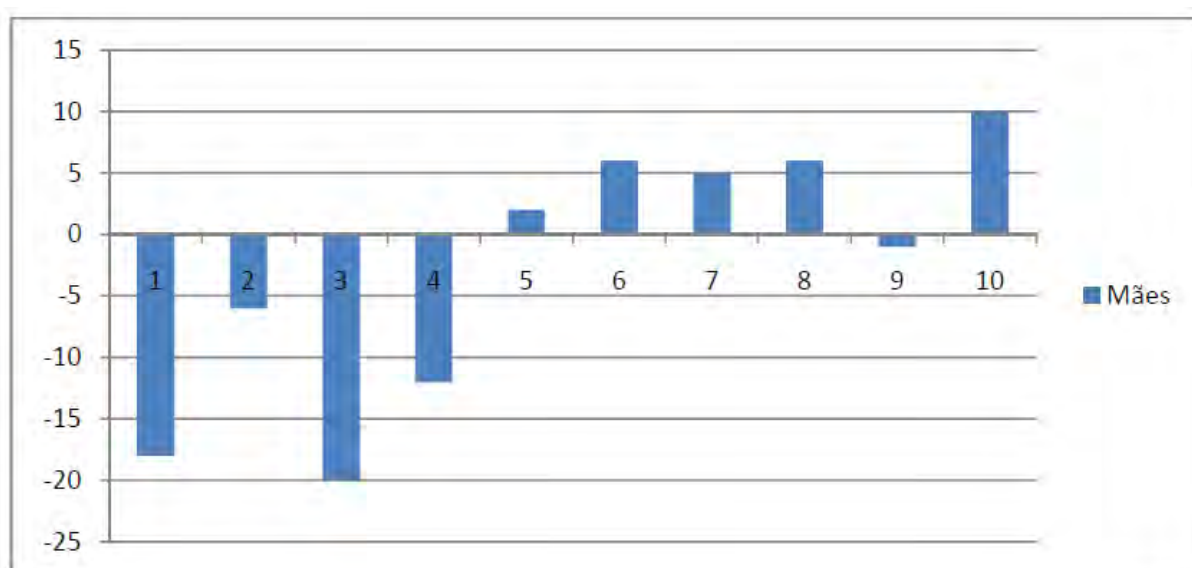


Figura 2 – Avaliação dos adolescentes sobre como foram educados por suas mães (*iep*).

Na Figura 3 tem-se a avaliação do *iep* das mães em sua própria avaliação em relação aos filhos adolescentes. Verifica-se que três mães (6, 8 e 9) avaliaram-se com índice positivo de estilo parental, em contrapartida tem-se sete mães (1, 2, 3, 4, 5, 7 e 10) avaliando-se com índice negativo de estilo parental, de maneira que prevalece em sua maioria as práticas educativas negativas na percepção dessas mães.



Figura 3 – Avaliação das mães sobre como educaram os adolescentes (iep).

Na Figura 4 tem-se o *iep* dos avós maternos na avaliação das mães, ou seja, como elas avaliam as práticas educativas de ambos os genitores em relação a elas. Observa-se quatro avós com prevalência de *iep* positivo de estilo parental (2, 3, 6 e 9), e as demais tiveram índice negativo de estilo parental (1, 4, 5, 7, 8 e 10). Em relação aos avós verifica-se que três mães não responderam (6, 8 e 9). Dos sete avós avaliados, cinco apresentaram índice negativo de estilo parental (3, 4, 5, 7 e 10) e dois com índice positivo de estilo parental (1 e 2).

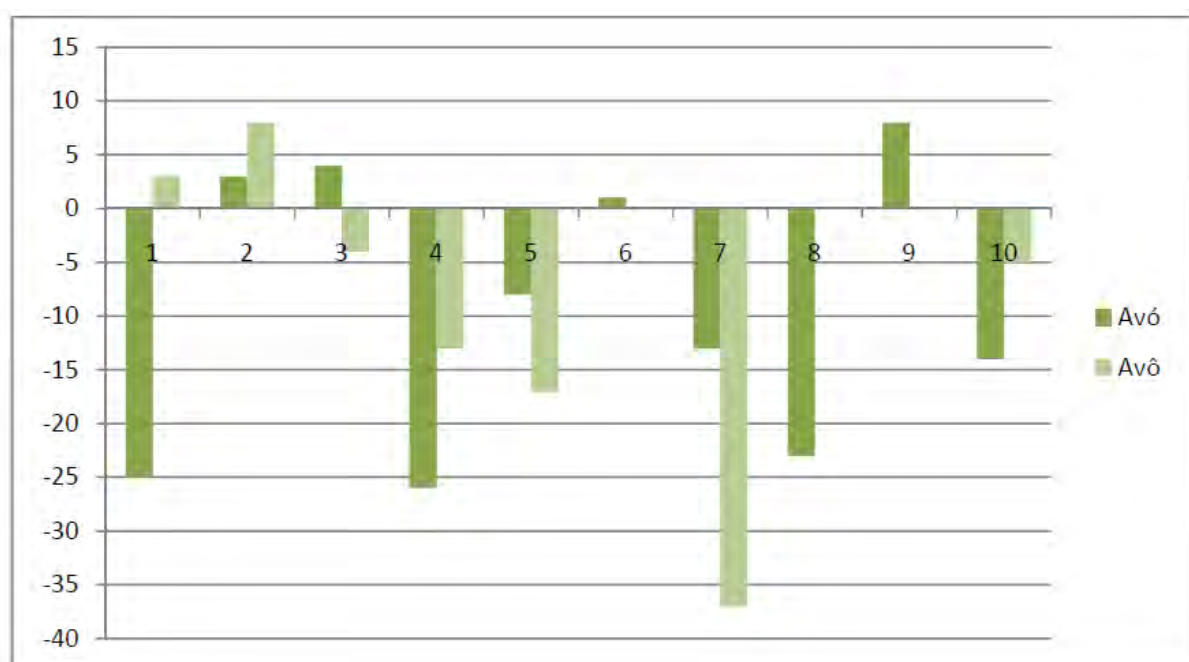


Figura 4 – Avaliação das mães sobre como seus genitores as educaram (iep).

Na Figura 5 verificam-se o *iep* das avós maternas avaliados por elas mesmas em relação às suas filhas, mães dos adolescentes. Duas avós participantes da pesquisa foram paternas, então não aparecem aqui (1 e 9). Dentre as demais, tem-se três avós com índice positivo de estilo parental (3, 4 e 10), as demais tem índice negativo de estilo parental (2, 4, 5, 6, 7, e 8), denotando que na sua maioria prevalecem as práticas parentais negativas.

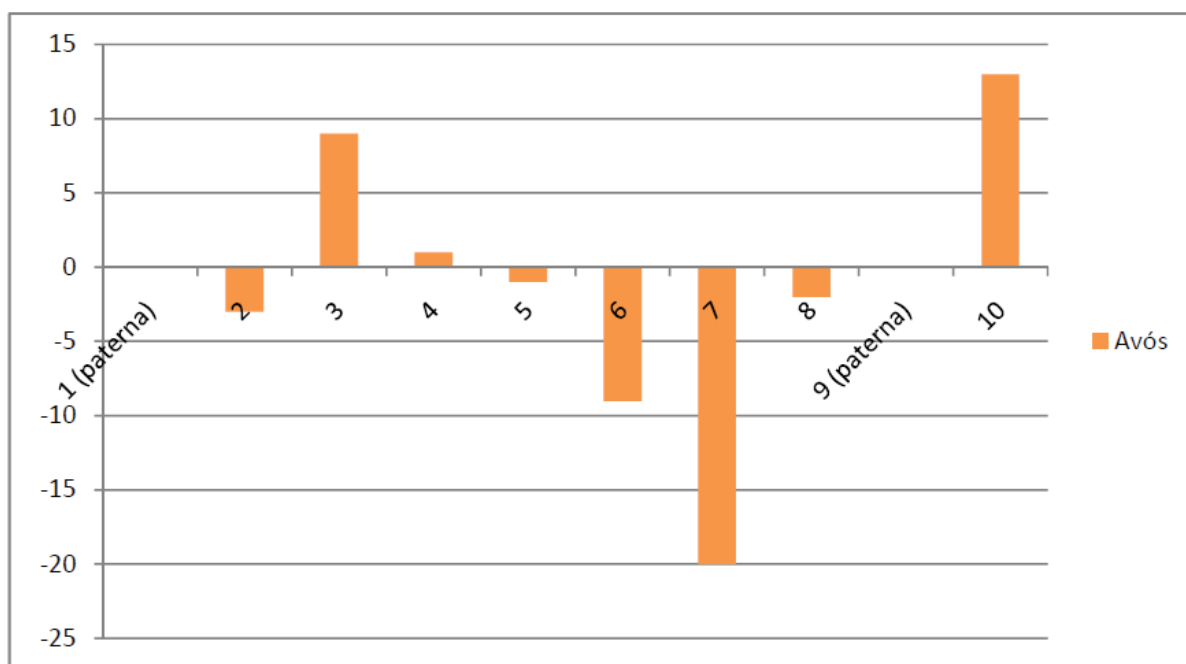


Figura 5 – Avaliação das avós maternas sobre como educaram suas filhas (*iep*).

Na Figura 6 verifica-se o *iep* dos pais/padrastos em relação aos adolescentes na avaliação dos próprios adolescentes. Três adolescentes não quiseram responder (3, 5 e 8), dentre os demais, quatro tiveram o *iep* positivo (2, 6, 9 e 10), e três o negativo (1, 4 e 7).

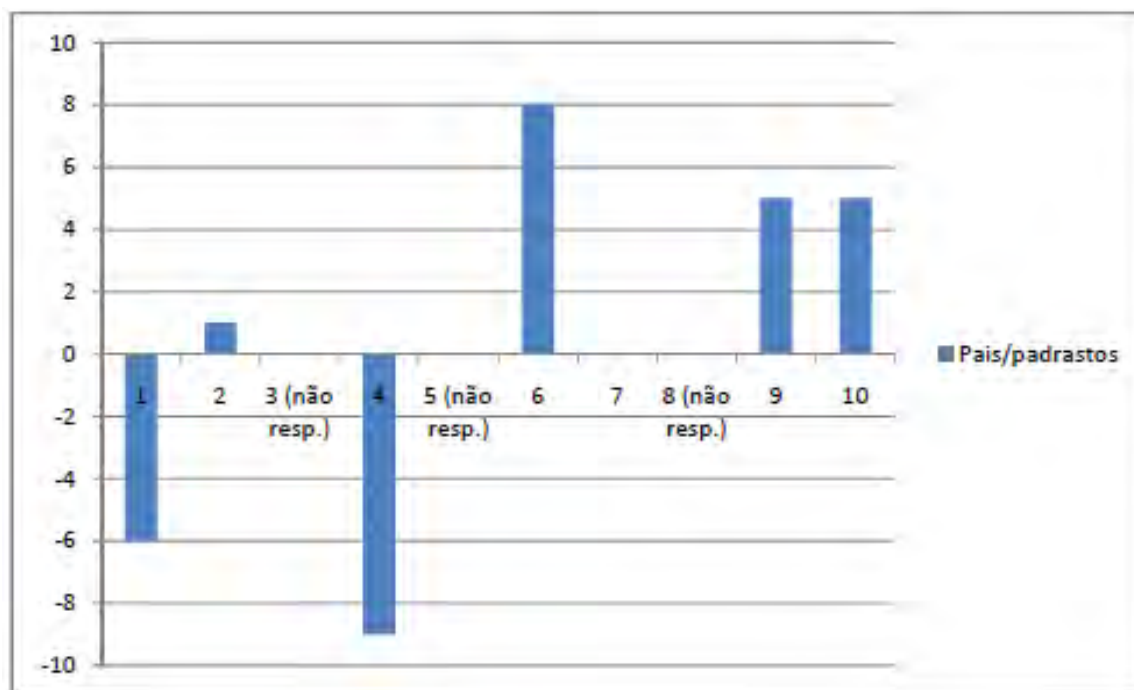


Figura 6 – Avaliação dos adolescentes sobre como foram educados pelos seus pais ou padrastos (*iep*).

Na Figura 7 tem-se o *iep* do pai e do padrasto participantes da pesquisa de como eles educaram seus filhos adolescentes. Verifica-se que o pai obteve um *iep* negativo (1) e o padrasto um índice positivo (9).

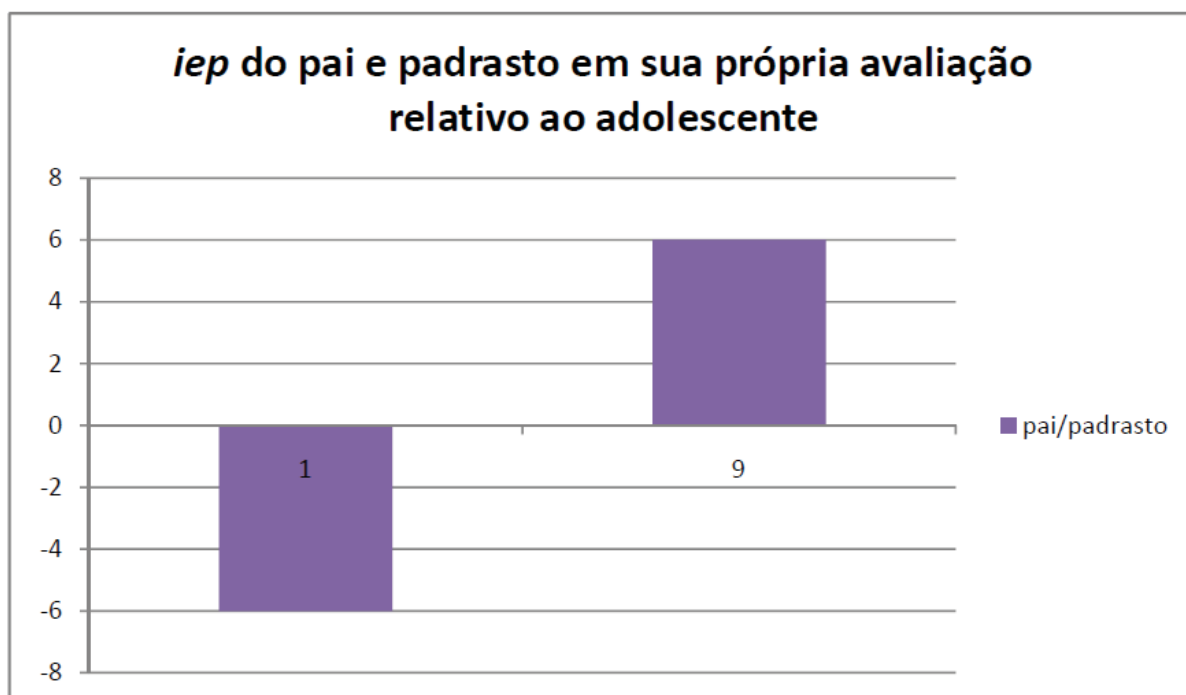


Figura 7 – Avaliação do pai e do padrasto sobre como educaram os adolescentes (*iep*)

Na Figura 8 tem-se o *iep* das avós e dos avôs paternos avaliados pelo pai e padrasto participantes da pesquisa (1 e 9). As avós tiveram índice positivo de estilo parental (1 e 9), já em relação aos avôs, um teve o *iep* positivo (1) e o outro negativo (9).

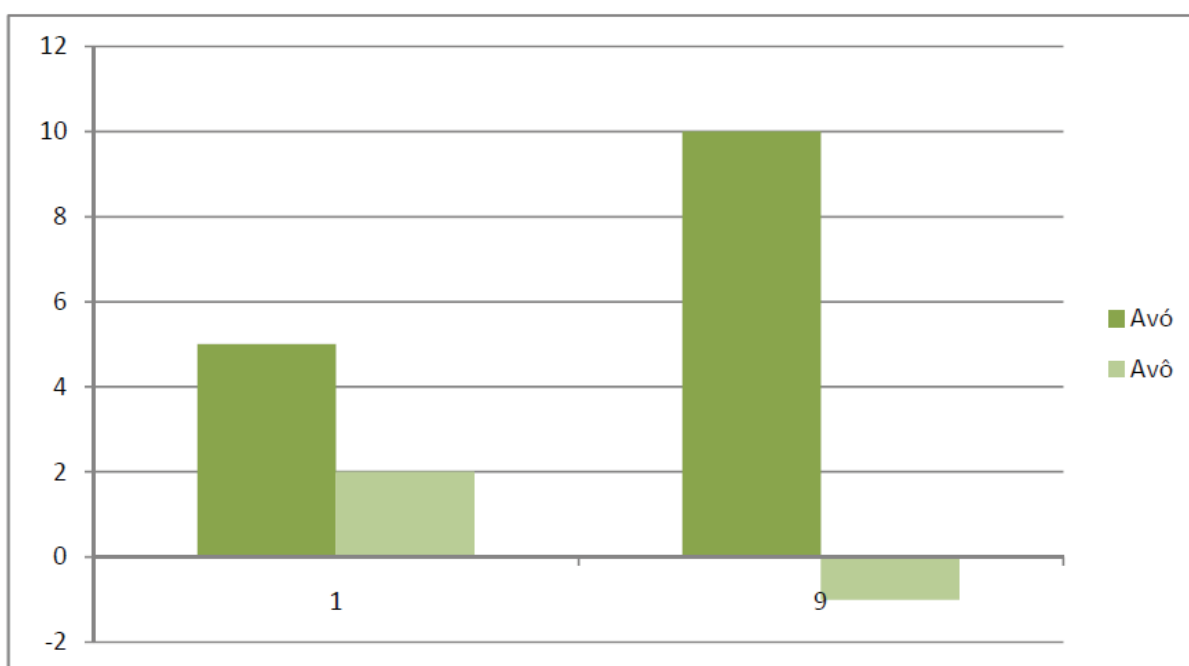


Figura 8 – Avaliação do pai e do padrasto sobre como seus genitores os educaram (*iep*)

Na Figura 9 avalia-se o *iep* das avós paternas em relação ao pai e padrasto, ou seja, como as genitoras paternas avaliam que educaram seus filhos. Ambas as avós julgaram-se com *iep* positivo.

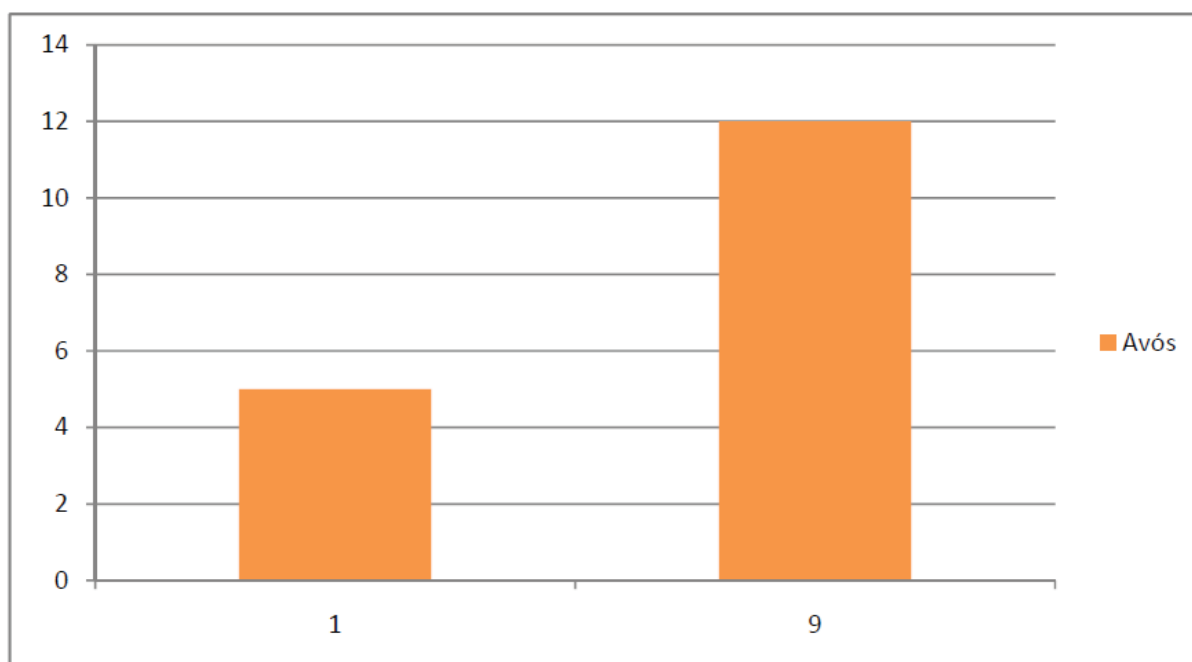


Figura 9 – Avaliação das avós paternas sobre como educaram seus filhos (*iep*)

Outra forma de apresentar os dados é através das médias e dos desvios padrões dos *ieps* obtidos das respostas dos participantes deste estudo a este instrumento. A Tabela 6 apresenta esses dados.

Tabela 6 – Média do índice de estilo parental (*iep*) dos participantes

	Em relação a:	Média do <i>iep</i>
Adolescentes	Suas mães	-2,8
	Seus pais	0,5
Mães	Aos adolescentes	-2,9
	Suas mães	-9,3
Pais	Seus pais	-9,2
	Aos adolescentes	0,0
Avós	Suas mães	7,5
	Seus pais	0,5
	Filhas	-1,5
	Filhos	8,5

Conforme já abordado anteriormente, o índice de estilo parental (*iep*) negativo indica prevalência de práticas parentais negativas que neutralizam ou se sobrepõem às práticas

educativas positivas. O oposto ocorre quando o *iep* é positivo, de modo que as práticas educativas positivas estão se sobrepondo às negativas naquela interação avaliada (GOMIDE, 2006).

Na média das respostas, os adolescentes avaliaram suas mães com *iep* negativo (-2,8) e seus pais com *iep* positivo (0,5). As mães avaliaram-se em relação às práticas que oferecem aos adolescentes com *iep* negativo (-2,9). Quanto às práticas que receberam de seus genitores, as respostas das mães classificaram a percepção das avós (-9,3) e os avôs com *iep* negativo (-9,2). O pai e o padrasto que participaram da pesquisa avaliaram-se quanto às práticas que oferecem aos adolescentes com classificação de *iep* positivo (zero); já em relação a como eles foram educados pelos genitores, as respostas foram classificadas com *iep* das avós (7,5) e dos avôs positivos (0,5). As avós maternas avaliaram como educaram suas filhas e classificou-se as respostas com *iep* negativo (-1,5), já as avós paternas, para essa avaliação, classificaram-se as respostas com *iep* positivo (8,5).

Percentuais do IEP e suas classificações

No Quadro 13 encontram-se os percentuais dos IEPs resultantes da percepção dos adolescentes em relação às práticas educativas recebidas por eles de seus genitores (ou padrasto) e também de como suas mães e pai/padrasto avaliam que os educaram. Encontra-se também, neste quadro, a classificação do IEP, ou seja, se o Estilo Parental é de Risco, Regular Abaixo da Média (RabM), Regular Acima da Média (RacM) ou Ótimo. Consta também o cálculo da média dos valores do IEP a partir da interpretação das respostas de cada participante.

Quadro 13 – Percepção do estilo parental (IEP) dos genitores avaliado pelos adolescentes e de como seus genitores avaliam que o educaram

Adolescentes em relação a seus genitores											Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Mãe	10 Risco	15 Risco	1 Risco	5 Risco	40 RabM	60 RacM	55 RacM	60 RacM	30 RabM	80 Ótimo	35,6 RabM
Pai	20 Risco	40 RabM	--	15 Risco	--	--	35 RabM	*	--	55 RacM	41,4 RabM
Padr.	--		*	--	*	70 RacM	--	*	55 RacM	--	
Mães em relação aos adolescentes											
Ad.	5 Risco	10 Risco	25 Risco	15 Risco	10 Risco	55 RacM	20 Risco	55 RacM	65 RacM	30 RabM	29 RabM
Pai/ Padrasto em relação aos adolescentes											
Ad.	20 Risco	--	--	--	--	--	--	--	60 RacM	--	40 RabM

* não quis responder.

-- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

Pode-se verificar que seis adolescentes avaliaram que, no geral, as práticas educativas maternas foram de Risco (1, 2, 3, 4) ou Abaixo da Média (5 e 9) e de sete pais/padrastos avaliados quatro também foram considerados nessas categorias (1, 2, 4, 7), segundo a visão dos adolescentes. No entanto, quatro adolescentes avaliaram que as práticas educativas maternas foram Acima da Média ou Ótima (6, 7, 8, 10).

Em relação às mães, sete responderam ao IEP de modo que seu estilo parental fosse classificado como sendo de Risco (1, 2, 3, 4, 5, 7) ou Abaixo da Média (10). Apenas um pai e um padrasto responderam ao questionário, sendo um classificado como estilo parental de Risco (1) e o outro Acima da Média (9).

Pode-se verificar também que seis adolescentes e suas mães (1, 2, 3, 4, 6, 8) tiveram resultados iguais na avaliação geral das práticas educativas, realizada pelos adolescentes ou pelas mães, sendo quatro de Risco e dois Acima da Média. Os resultados das avaliações de dois adolescentes (1 e 9) e do pai e padrasto também foram concordantes.

Em relação aos resultados divergentes entre as mães e os adolescentes (5, 7 e 10), todas se avaliaram pior do que seus filhos as avaliaram. Somente uma mãe (9) se avaliou melhor do que seu filho a avaliou.

Os cálculos das médias das respostas deste quadro demonstram que os adolescentes avaliaram as mães e os pais/padrastos no geral, com estilo parental Regular Abaixo da Média (35,6 e 41,4 respectivamente). Tanto as mães quanto o pai/padrasto também avaliaram suas práticas educativas com os adolescentes como Regular Abaixo da Média (29 e 40 respectivamente).

No Quadro 14 encontram-se os percentuais dos IEPs resultantes da percepção das

mães sobre como foram educadas pelos seus próprios pais e também como as avós perceberam que educaram suas próprias filhas. Encontra-se também, neste quadro, a classificação do IEP, ou seja, se é de Risco, Regular Abaixo da média (RabM), Regular Acima da média (RacM) ou Ótimo e as médias das respostas.

Quadro 14 – Como as mães avaliam o estilo parental de seus genitores e como as avós avaliam que educaram suas filhas (mães dos adolescentes)

	Mães em relação a seus genitores										Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Avós	0 Risco	45 RabM	50 RabM	0 Risco	10 Risco	35 RabM	5 Risco	1 Risco	70 RacM	5 Risco	22,1 Risco
Avôs	45 RabM	70 RacM	20 Risco	10 Risco	5 Risco	*	0 Risco	*	*	25 Risco	25 Risco
	Avós materna sobre suas filhas (mãe do adolescente)										
Mães	--	20 Risco	75 RacM	35 RabM	25 Risco	10 Risco	1 Risco	25 Risco	--	90 Ótimo	35,1 RabM

* não quis responder; -- não participou da pesquisa

Nove entre as dez mães participantes tiveram suas respostas no Inventário de Estilo Parental julgados como sendo de Risco (1, 4, 5, 7, 8, 10) ou Abaixo da Média (2, 3, 6). Em relação aos genitores, sete mães responderam a esse inventário e as demais (6, 8 e 9) não o fizeram por não terem convivido com o pai ou se recusarem a responder tendo em vista o padrasto. Das sete mães, seis avaliaram o estilo parental do genitor como sendo de Risco (3, 4, 5, 7, 10) ou Abaixo da Média (1).

Oito avós maternas também responderam ao IEP em relação às suas filhas e seis delas responderam ao instrumento de modo que a classificação ficou entre de Risco (2, 5, 6, 7 e 8) ou Abaixo da Média (4). Três mães e genitoras (5, 7 e 8) obtiveram resultados concordantes: estilo parental de Risco. Três avós julgaram-se melhores do que a percepção de suas filhas (3, 4, 10), sendo que a discrepância entre as percepções da mãe do adolescente (10) e da avó merecem destaque, uma vez que estão em polos opostos: Risco e Ótimo. Duas avós (2, 6) obtiveram classificação pior do que o julgamento de suas filhas, sendo que as avós não eram as mães biológicas, sendo uma a madrastra e outra uma tia paterna.

Os cálculos das médias das respostas deste quadro demonstram que as mães avaliaram as avós e os avôs, no geral, com estilo parental de Risco (22,1 e 25 respectivamente). As avós maternas avaliaram suas práticas educativas com as mães como Regular Abaixo da Média (35,1).

Foi investigada a percepção do pai/padrasto sobre como foram educados pelos seus próprios genitores e também como as avós paternas perceberam que educaram eles, dados

apresentados no Quadro 15. Os dados são apresentados em forma de percentuais dos IEPs, juntamente com suas classificações, ou seja, se é de Risco, Regular Abaixo da média (RabM), Regular Acima da média (RacM) ou Ótimo, além das médias das respostas.

Quadro 15 – Pai/padrasto sobre o estilo parental de seus genitores e avós paternas sobre o próprio filho

Pai/padrasto em relação a seus genitores											Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Avó	55 RacM	--	--	--	--	--	--	--	80 Ótimo	--	67,5 RacM
Avô	40 RabM	--	--	--	--	--	--	--	35 RabM	--	37,5 RabM
Avó paterna sobre seu filho (pai/padrasto do adolescente)											
Pai/padrasto	55 RacM	--	--	--	--	--	--	--	85 Ótimo	--	70 RacM

Legendas: RabM= Regular abaixo da média; RacM=Regular acima da média; -- não participou da pesquisa.

A percepção do estilo parental recebido pelo pai/padrasto em relação a suas próprias genitoras foi semelhante, sendo uma família com classificação Regular Acima da Média (1) e a outra família com classificação Ótima (9). Tanto o pai (1) quanto o padrasto (9) tiveram a percepção da educação recebida por seu próprio genitor como Regular Abaixo da Média. Uma avó avaliou-se como Regular Acima da média (1) e a outra como Ótimo (9).

Os cálculos das médias das respostas deste quadro demonstram que o pai e o padrasto avaliaram as avós como Regular Acima da Média e os avôs como Regular Abaixo da Média. As avós paternas avaliaram suas práticas educativas com seus filhos como Regular Acima da Média.

Práticas educativas positivas

As práticas educativas positivas são compostas pelas variáveis Monitoria Positiva (MP) e Comportamento Moral (CM). No Quadro 16 tem-se o resultado das percepções dos participantes entre si, ou seja, de como os adolescentes percebem as práticas educativas positivas que seus genitores utilizaram com eles e de como seus genitores percebem que utilizaram essas práticas na educação de seus filhos. Os dados são mostrados em termos de percentuais do IEP e de sua classificação.

Quadro 16 – Percepção dos adolescentes em relação às práticas educativas positivas recebidas de seus genitores e a percepção de seus genitores em relação às práticas positivas utilizadas na educação dos adolescentes

Como o adolescente percebe as práticas educativas positivas de seus genitores												Média
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Mãe	MP	5	5	<1	1	15	99	35	25	25	35	24,5
		Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Ótimo	RabM	Risco	Risco	RabM	Risco
	CM	<1	25	25	5	35	99	65	65	65	90	47,4
		Risco	Risco	Risco	Risco	RabM	Ótimo	RacM	RacM	RacM	Ótimo	RabM
Pai/ Padr.	MP	25	75	--	<1	*	65	50	*	5	<1	31,4
		Risco	Ótimo		Risco		RacM	RabM		Risco	Risco	RabM
	CM	85	30		10		99	55		70	45	56,2
		Ótimo	RabM		Risco		Ótimo	RacM		RacM	RabM	RacM
Como seus genitores percebem que utilizaram práticas educativas com os adolescentes												
Mãe	MP	35	55	75	15	75	55	75	75	75	5	54
		RabM	RacM	RacM	Risco	RacM	RacM	RacM	RacM	RacM	Risco	RacM
	CM	35	65	99	85	99	15	99	85	99	25	70,6
		RabM	RacM	Ótimo	Ótimo	Ótimo	Risco	Ótimo	Ótimo	Ótimo	Risco	RacM
Pai/ Padr.	MP	40	--	--	--	--	--	--	--	50	--	45
		RabM								RabM		RabM
	CM	45								70		57,5
		RabM								RacM		RacM

Legenda: MP= Monitoria Positiva; CM= Comportamento Moral ; RabM= Regular abaixo da média;

RacM=Regular acima da média;

* não quis responder; -- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

Na avaliação que os adolescentes fizeram das práticas educativas positivas de suas mães, a maioria julgou a Monitoria Positiva como sendo de Risco (1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9) ou Abaixo da Média (7 e 10) e metade deles julgou o Comportamento Moral como sendo de Risco (1, 2, 3 e 4) ou Abaixo da Média (5). No entanto, um adolescente avaliou que a prática materna da Monitoria Positiva e o Comportamento Moral como Ótima (6⁵).

Em relação ao pai/padrasto, sete adolescentes responderam a esse Inventário e os demais (3, 5 e 8) não o fizeram por não terem convivido com o pai ou se recusarem a responder tendo em vista o padrasto. Dos sete adolescentes, cinco avaliaram a prática Monitoria Positiva do pai/padrasto como sendo de Risco (1, 4, 9 e 10) ou Abaixo da Média (7). No entanto, quatro entre sete adolescentes avaliaram a prática Comportamento Moral do pai/padrasto como sendo Acima da Média (7 e 9) ou Ótima (1 e 6).

Na avaliação que as mães fizeram de suas próprias práticas educativas em relação a seus filhos adolescentes, sete se julgaram Acima da Média (2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9) em Monitoria Positiva e, em Comportamento Moral, também se avaliaram de forma positiva, como se comportando Acima da Média (2) ou Ótima (3, 4, 5, 7, 8 e 9).

Em relação ao pai/padrasto que participaram da pesquisa ambos (1 e 9) avaliaram a prática Monitoria Positiva como sendo Abaixo da Média. E em relação a prática

⁵ É importante destacar que este adolescente está no CREAS II por ter se envolvido em uma briga na escola, não apresentando outros tipos de atos infracionais.

Comportamento Moral um respondeu como sendo Abaixo da Média (1) e o outro (9) como sendo Acima da Média.

Resumindo, pode-se verificar que, no geral, os adolescentes avaliaram suas mães nas duas práticas positivas como sendo piores do que elas se avaliaram. Outro aspecto a ser destacado é que o Comportamento Moral, no geral, foi mais bem avaliado pelos adolescentes tanto em relação às mães quanto aos pais/padrastos do que a Monitoria Positiva. Embora as mães no geral tenham sido mal avaliadas nas práticas educativas positivas, todos os adolescentes realizaram o inventário a respeito delas, o que não ocorreu com os pais ou padrastos, uma vez que dois se recusaram e um não conviveu com o pai.

Em relação à média dos valores obtidos, com a interpretação das respostas deste quadro, verifica-se que os adolescentes avaliaram as mães com práticas educativas de Monitoria Positiva de Risco (24,5) e para as práticas educativas de Comportamento Moral Regulares Abaixo da Média (47,4). Já em relação aos pais/padrastos os adolescentes avaliaram para a prática educativa Monitoria Positiva como Regular Abaixo da Média (31,4) e para a prática educativa Comportamento Moral como Regular Acima da Média (56,2). As mães avaliaram suas práticas educativas de Monitoria Positiva e Comportamento Moral como Regular Acima da Média (54 e 70,6 respectivamente). Já o pai e o padrasto avaliaram a prática Monitoria Positiva como Regular Abaixo da Média (45) e a prática Comportamento Moral como Regular Acima da Média (57,5).

No Quadro 17 tem-se a descrição da percepção das mães em relação às práticas educativas parentais de seus genitores e das avós em relação a si mesmas, como avaliam que educaram seus filhos quando estes eram adolescentes. Os dados são mostrados em termos de percentuais do IEP e de sua classificação.

Quadro 17 – Percepção das mães em relação às práticas educativas positivas recebidas de seus genitores e a percepção de suas genitoras em relação às práticas positivas utilizadas na educação de suas filhas

Como as mães percebem as práticas educativas positivas utilizadas por seus genitores												Média
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Genitora	MP	<1	99	99	<1	5	5	5	25	55	<1	29,3
	CM	Risco	Ótimo	Ótimo	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	RabM
		10	65	60	1	35	5	35	5	35	35	28,6
		Risco	RacM	RacM	Risco	RabM	Risco	RabM	Risco	RabM	RabM	RabM
Genitor	MP	5	99	65	<1	20	*	1	*	--	<1	27,2
	CM	Risco	Ótimo	RacM	Risco	Risco		Risco			Risco	RabM
		30	99	70	5	70		10			25	44,1
		RabM	Ótimo	RacM	Risco	RacM		Risco			Risco	RabM
Como as avós percebem as práticas educativas positivas que utilizaram com suas filhas (mães dos adolescentes)												
Genitora	MP	--	55	25	5	50	5	1	99	--	35	34,3
	CM	--	RacM	Risco	Risco	RabM	Risco	Risco	Ótimo		RabM	RabM
			65	50	35	65	65	35	65		65	55,6
			RacM	RabM	RabM	RacM	RacM	RabM	RacM		RacM	RacM

Legenda: Legendas: RabM= Regular abaixo da média; RacM=Regular acima da média;

* não quis responder; -- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

Dentre as avaliações das mães sobre seus genitores verifica-se que sete delas avaliaram que a prática materna de Monitoria Positiva foi de Risco (1, 4, 5, 6, 7, 8 e 10) e dentre sete pais/padrastos, cinco tiveram a prática considerada de Risco (1, 4, 5, 7 e 10) segundo a visão das mães dos adolescentes. Quanto à prática Comportamento Moral, oito mães avaliaram suas genitoras como Abaixo da Média (5, 7, 9 e 10) ou Risco (1, 4, 6 e 8). Em relação aos pais/padrastos dentre os sete avaliados pelas mães, quatro foram percebidos como Abaixo da Média (1) ou Risco (4, 7 e 10).

No entanto, três mães avaliaram que a prática educativa materna Monitoria Positiva foi Acima da Média (9) ou Ótima (2 e 3). Quanto à prática Comportamento Moral duas mães as referiram como Acima da Média (2 e 3). Em relação aos pais/padrastos, a prática Comportamento Moral foi avaliada em três casos como Acima da Média (3 e 5) ou Ótima (2).

Em relação à avaliação das avós sobre como educaram suas filhas, observa-se que na prática Monitoria Positiva seis avaliaram Abaixo da Média (5 e 10) e Risco (3, 4, 6 e 7) e duas avaliaram esta prática como Acima da Média (2) e Ótima (8). Quanto à prática Comportamento Moral três avaliaram Abaixo da Média (3, 4 e 7) e cinco avaliaram como

Acima da Média (2, 5, 6, 8 e 10).

Pode-se verificar também que três mães e suas genitoras tiveram resultados de Risco, na avaliação da Monitoria Positiva (4, 6 e 7). Em relação aos resultados divergentes entre as avaliações das mães e suas genitoras, três avós se avaliaram melhor que suas próprias filhas (5, 8 e 10) e duas avós se avaliaram pior que as filhas (2 e 3) no que refere-se a prática Monitoria Positiva.

Verificou-se que duas mães e suas genitoras tiveram resultados iguais entre si na avaliação do Comportamento Moral (2 e 7). Em relação aos resultados divergentes entre as avaliações das mães e suas genitoras, cinco avós se avaliaram melhor que suas próprias filhas (4, 5, 6, 8 e 10) e uma avó se avaliou pior do que a filha a percebeu (3) no que refere-se a prática Comportamento Moral.

Em relação às médias dos valores interpretados a partir das respostas dos participantes para este quadro tem-se que as mães avaliaram as práticas educativas Monitoria Positiva e Comportamento Moral de seus genitores como Regular abaixo da Média, tanto para as avós (29,3 e 28,6 respectivamente), quanto para os avôs (27,2 e 44,1 respectivamente).

No Quadro 18 verifica-se as práticas educativas positivas avaliadas pelo pai e padrasto em relação a seus genitores e das suas genitoras em relação a seus filhos. Os dados são mostrados em termos de percentuais do IEP e de sua classificação.

Quadro 18 – Percepção do pai/padrasto em relação às práticas educativas positivas recebidas de seus genitores e a percepção de suas mães em relação a como utilizaram essas práticas na educação de seus filhos

Como o pai e padrasto percebem as práticas educativas positivas utilizadas por seus genitores				Média
		1	9	
Genitora	MP	55	55	55
		RacM	RacM	RacM
	CM	50	99	74,5
		RabM	Ótimo	RacM
Genitor	MP	40	5	22,5
		RabM	Risco	Risco
	CM	45	5	25
		RabM	Risco	Risco
Como as avós percebem as práticas educativas positivas que utilizaram na educação de seus filhos (pai/padrasto dos adolescentes)				
Genitora	MP	15	35	25
		Risco	RabM	Risco
	CM	5	65	35
		Risco	RacM	RabM

Legenda: Legendas: RabM= Regular abaixo da média; RacM=Regular acima da média;

* não quis responder; -- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

O pai e o padrasto avaliaram suas mães na prática Monitoria positiva como Acima da Média (1 e 9). Já os genitores foram avaliados por eles como Abaixo da Média (1) e Risco (9)

para a mesma prática. Na percepção das suas genitoras sobre como educaram seus filhos para a prática Monitoria Positiva uma referiu Risco (1) e a outra Abaixo da Média (9).

Para a prática Comportamento Moral, o pai e o padrasto avaliaram suas genitoras como abaixo da Média (1) e Ótimo (9); para a mesma prática avaliaram seus genitores como Abaixo da Média (1) e Risco (9). Suas genitoras avaliaram suas próprias práticas de Comportamento Moral como Risco (1) e Acima da Média (9). Para ambas as famílias (1 e 9), pai e padrasto avaliaram sua própria mãe melhor do que ela mesma no que tange a prática Monitoria Positiva e Comportamento Moral.

Em relação às médias feitas a partir da interpretação das avaliações respondidas pelos participantes a este quadro, tem-se que o pai e o padrasto avaliaram a prática educativa Monitoria positiva e Comportamento Moral das avós como Regular Acima da Média (55 e 74,5 respectivamente). Quanto aos avôs eles avaliaram a prática educativa Monitoria positiva e Comportamento Moral como de Risco (22,5 e 25 respectivamente). Já as avós paternas avaliaram sua prática Monitoria Positiva como Risco (25) e a prática Comportamento Moral como Regular Abaixo da Média (35).

Práticas educativas negativas

As práticas educativas negativas são compostas pelas variáveis: Punição Inconsistente (PI), Negligência (N), Disciplina Relaxada (DR), Monitoria Negativa (MN) e Abuso Físico (AF). No Quadro 19 tem-se o resultado das percepções dos adolescentes de como eles avaliam as práticas negativas recebidas de seus genitores e a avaliação dos genitores em relação às práticas educativas negativas que utilizaram na educação de seus filhos. Os dados são mostrados em termos de percentuais do IEP e de sua classificação, acrescido das médias.

Quadro 19 – Percepção dos adolescentes em relação às práticas educativas negativas recebidas de seus genitores e a percepção de seus genitores em relação à utilização destas práticas na educação dos adolescentes

Como os adolescentes percebem as práticas educativas negativas utilizadas por seus genitores												Média
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Mãe	PI	10	60	45	30	99	45	90	90	45	99	61,3
		Risco	RacM	RabM	RabM	Ótimo	RabM	Ótimo	Ótimo	RabM	Ótimo	RacM
	N	55	35	5	99	99	99	5	80	35	99	61,1
		RacM	RabM	Risco	Ótimo	Ótimo	Ótimo	Risco	Ótimo	RabM	Ótimo	RacM
	DR	5	55	35	35	35	75	99	75	55	99	56,8
		Risco	RacM	RabM	RabM	RabM	RacM	Ótimo	RacM	RacM	Ótimo	RacM
	MN	45	1	80	45	65	1	30	15	30	15	32,7
		RabM	Risco	Ótimo	RabM	RacM	Risco	RabM	Risco	RabM	Risco	RabM
AF	20	99	<1	5	5	20	99	99	20	45	41,2	
	Risco	Ótimo	Risco	Risco	Risco	Risco	Ótimo	Ótimo	Risco	RabM	RabM	
Pai/ Padr.	PI	25	70	*	55	*	85	85	--	40	99	65,5
		Risco	RacM		RacM		Ótimo	Ótimo		RabM	Ótimo	RacM
	N	65	45		99		30	15		85	99	62,5
		RacM	RabM		Ótimo		RabM	Risco		Ótimo	Ótimo	RacM
	DR	65	50		30		99	80		80	99	71,8
		RacM	RabM		RabM		Ótimo	Ótimo		Ótimo	Ótimo	RacM
	MN	45	20		65		30	10		90	65	46,4
		RabM	Risco		RacM		RabM	Risco		Ótimo	RacM	RabM
AF	<1	99		25		25	25		99	99	53,1	
	Risco	Ótimo		Risco		Risco	Risco		Ótimo	Ótimo	RacM	
Como os genitores percebem as práticas educativas negativas que utilizaram com seus filhos												
Mãe	PI	15	60	90	45	15	99	15	99	60	99	59,7
		Risco	RacM	Ótimo	RabM	Risco	Ótimo	Risco	Ótimo	RacM	Ótimo	RacM
	N	20	5	5	20	30	99	5	55	80	99	41,8
		Risco	Risco	Risco	Risco	RabM	Ótimo	Risco	RacM	Ótimo	Ótimo	RabM
	DR	5	5	99	20	5	85	35	20	99	55	42,8
		Risco	Risco	Ótimo	Risco	Risco	Ótimo	RabM	Risco	Ótimo	RacM	RabM
	MN	<1	5	1	1	1	15	5	1	5	45	7,9
		Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	RabM	Risco
AF	5	5	5	45	1	20	99	99	10	10	29,9	
	Risco	Risco	Risco	RabM	Risco	Risco	Ótimo	Ótimo	Risco	Risco	RabM	
Pai/ Padr.	PI	70	--	--	--	--	--	--	--	70	--	70
		RacM								RacM		RacM
	N	20								85		52,5
		Risco								Ótimo		RacM
	DR	99								30		64,5
		Ótimo								RabM		RacM
	MN	10								30		20
		Risco								RabM		Risco
AF	1								99		50	
	Risco								Ótimo		RabM	

Legenda: Legendas: RabM= Regular abaixo da média; RacM=Regular acima da média;

* não quis responder sobre o padrasto; -- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

Para a prática **Punição Inconsistente (PI)**, dentre os dez adolescentes, cinco tiveram suas respostas para a prática materna como sendo de Risco (1) ou Abaixo da Média (3, 4, 6 e 9) e dentre os sete adolescentes que responderam sobre as práticas paternas dois referiram

como sendo de Risco (1) ou Abaixo da Média (9). Cinco adolescentes referiram esta prática materna como Acima da Média (2) e Ótimo (5, 7, 8 e 10).

Em relação às respostas maternas sobre suas próprias condutas referentes a esta prática (PI), quatro responderam como Abaixo da Média (4) ou Risco (1, 5 e 7) e seis como sendo Acima da Média (2 e 9) e Ótimo (3, 6, 8 e 10).

Dentre as respostas semelhantes dos adolescentes e suas genitoras verificam-se cinco famílias (1, 2, 4, 8 e 10). Vale destacar que dentre as respostas divergentes três mães se avaliaram melhores e duas piores do que os adolescentes, nesse caso as percepções foram opostas (5 e 7).

Tanto o pai quanto o padrasto avaliaram como Acima da Média (1 e 9) a prática PI. Comparando as respostas dos adolescentes e do pai e padrasto, verifica-se que houve divergência em ambos os casos, os dois adolescentes avaliaram o pai ou o padrasto pior do que eles mesmos se avaliaram.

A média das respostas dos adolescentes para esta prática (PI) em relação às mães e aos pais/padrastos foi de Regular Acima da Média para ambos (61,3 e 65,5 respectivamente). As mães se avaliaram com esta prática (PI) em relação aos adolescentes também como Regular Acima da Média (59,7) e o pai e o padrasto também (70).

Para a prática **Negligência** (N), dentre os dez adolescentes quatro tiveram suas respostas para a prática materna como sendo de Risco (3 e 7) ou Abaixo da Média (2 e 9) e dentre os sete adolescentes que responderam sobre as práticas paternas três referiram como sendo de Risco (7) ou Abaixo da Média (2 e 6). Seis adolescentes referiram esta prática materna como Acima da Média (1) e Ótimo (4, 5, 6, 8 e 10) e para as práticas paternas quatro adolescentes referiram como Acima da Média (1) e Ótimo (4, 9 e 10).

Nas respostas maternas sobre suas próprias condutas referentes a esta prática (N), seis responderam como Abaixo da Média (5) ou Risco (1, 2, 3, 4 e 7) e quatro como sendo Acima da Média (8) e Ótimo (6, 9 e 10).

Dentre as respostas semelhantes entre adolescente e genitora verificam-se quatro famílias (3, 6, 7 e 10). Cinco mães se perceberam piores do que os filhos as avaliaram (1, 2, 4, 5 e 8), sendo que uma dessas teve avaliação totalmente oposta (4); uma mãe se avaliou melhor (9).

O pai se avaliou como de Risco (1) na prática Negligência e o padrasto como Ótimo (9), a avaliação também foi realizada pelo adolescente em relação ao padrasto. Quanto ao pai, seu filho o avaliou melhor do que ele o fez.

A média das respostas dos adolescentes para esta prática (N) em relação às mães e aos pais/padrastos foi de Regular Acima da Média para ambos (61,1 e 62,5 respectivamente). As mães se avaliaram nesta prática (N), em relação aos adolescentes, como Regular Abaixo da Média (41,8) e o pai e o padrasto como Regular Acima da Média (52,5).

Para a prática **Disciplina Relaxada** (DR), dentre os dez adolescentes quatro tiveram suas respostas para a prática materna como sendo de Risco (1) ou Abaixo da Média (3, 4 e 5) e dentre os sete adolescentes que responderam sobre as práticas paternas dois referiram como sendo Abaixo da Média (2 e 4). Seis adolescentes referiram esta prática materna como Acima da Média (2, 6, 8 e 9) e Ótimo (7 e 10) e para as práticas paternas cinco adolescentes referiram como Acima da Média (1) e Ótimo (6, 7, 9 e 10).

Nas respostas das mães sobre sua própria conduta referente a esta prática (DR), seis responderam como Abaixo da Média (7) ou Risco (1, 2, 4, 5 e 8) e quatro como sendo Acima da Média (10) e Ótimo (3, 6 e 9). Dentre as respostas semelhantes entre adolescente e genitora verifica-se uma família (1), mãe e filho consideraram Risco; dentre as divergentes, em seis famílias as genitoras se avaliaram pior do que os filhos as consideraram (2, 4, 5, 7, 8 e 10).

O pai se avaliou como Ótimo (1) na prática DR e o padrasto como Abaixo da Média (9). Comparando com as respostas dos filhos adolescentes, o pai se avaliou melhor do que o adolescente e o padrasto pior.

A média das respostas dos adolescentes para esta prática (DR) em relação às mães e aos pais/padrastos foi de Regular Acima da Média para ambos (56,8 e 42,8 respectivamente). As mães se avaliaram nesta prática (DR) em relação aos adolescentes como Regular Abaixo da Média (42,8) e o pai e o padrasto como Regular Acima da Média (64,5).

Para a prática **Monitoria Negativa** (MN), dentre os dez adolescentes oito tiveram suas respostas para a prática materna como sendo de Risco (2, 6, 8 e 10) ou Abaixo da Média (1, 4, 7 e 9) e dentre os sete adolescentes que responderam sobre as práticas paternas quatro referiram como sendo de Risco (2 e 7) ou Abaixo da Média (1 e 6). Dois adolescentes referiram esta prática materna como Acima da Média (5) e Ótimo (3) e para as práticas paternas três adolescentes referiram como Acima da Média (4 e 10) e Ótimo (9).

Todas as mães se avaliaram nesta prática (MN) como Abaixo da Média (10) ou Risco (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Dentre as respostas semelhantes entre adolescentes e genitoras verificam-se três famílias (2, 6 e 8), todos como de Risco. Vale destacar que dentre as sete respostas divergentes entre as famílias, em seis delas as mães se perceberam pior do que os

próprios filhos as avaliaram (1, 3, 4, 5, 7 e 9).

Na avaliação das respostas do pai e padrasto sobre suas próprias condutas referentes a esta prática (MN), os dois responderam Abaixo da Média (9) ou Risco (1). Observa-se que não ocorreram respostas semelhantes entre adolescentes e pai/padrasto, e para ambas famílias o pai/padrasto se avaliaram pior do que os adolescentes os perceberam.

A média das respostas dos adolescentes para esta prática (MN) em relação às mães e aos pais/padrastos foi de Regular Abaixo da Média para ambos (32,7 e 46,4 respectivamente). Tanto as mães quanto o pai e o padrasto se avaliaram nesta prática (MN) em relação aos adolescentes como Risco (7,9 e 20 respectivamente).

Para a prática **Abuso Físico** (AF), dentre os dez adolescentes, sete tiveram suas respostas para a prática materna como sendo de Risco (1, 3, 4, 5, 6, 9) ou Abaixo da Média (10) e dentre os sete adolescentes que responderam sobre as práticas paternas quatro referiram como sendo de Risco (1, 4, 6 e 7). Três adolescentes referiram esta prática materna como Ótimo (2, 7 e 8) e para as práticas paternas três adolescentes referiram como Ótimo (2, 9 e 10).

Das dez mães, oito se avaliaram como Abaixo da Média (4) ou Risco (1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10) e duas como Ótimo (7 e 8), nessa prática (AF). Dentre as respostas semelhantes entre adolescente e genitora verificam-se sete famílias (1, 3, 5, 6, 7, 8 e 9). Três famílias tiveram respostas divergentes entre mãe e filho (2, 4 e 10), dentre elas, uma família respondeu de maneira oposta (2), a mãe se percebeu pior do que o filho a avaliou.

O pai se avaliou como Risco (1) e o padrasto como Ótimo (9) nessa prática (AF). As avaliações dos genitores e dos adolescentes foram convergentes.

A média das respostas dos adolescentes para esta prática (MN) em relação às mães foi Regular Abaixo da Média (41,2) e em relação aos pais/padrastos foi de Regular Acima da Média (53,1). Tanto as mães quanto o pai e o padrasto se avaliaram nesta prática (AF) em relação aos adolescentes como Regular Abaixo da Média (29,9 e 50 respectivamente).

No Quadro 20 verificam-se as práticas educativas negativas, segundo avaliação das mães em relação a seus genitores, e das avós em relação a como educaram suas filhas quando eram adolescentes. Os dados são mostrados em termos de percentuais do IEP e de sua classificação.

Quadro 20 – Percepção das mães em relação às práticas educativas negativas recebidas de seus genitores e a percepção das suas genitoras em relação à utilização destas práticas na educação de suas filhas

Como as mães percebem as práticas educativas negativas utilizadas por seus genitores												Média
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Genitora	PI	10	45	45	15	15	90	10	5	30	5	27
		Risco	RabM	RabM	Risco	Risco	Ótimo	Risco	Risco	RabM	Risco	RabM
	N	35	35	99	5	20	55	5	10	55	20	33,9
		RabM	RabM	Ótimo	Risco	Risco	RacM	Risco	Risco	RabM	Risco	RabM
	DR	75	35	75	99	99	75	35	99	75	99	76,6
		RacM	RabM	RacM	Ótimo	Ótimo	RacM	RabM	Ótimo	RacM	Ótimo	Ótimo
	MN	15	45	25	95	15	95	15	1	99	80	48,5
		Risco	RabM	Risco	Ótimo	Risco	Ótimo	Risco	Risco	Ótimo	Ótimo	RabM
	AF	<1	20	5	<1	5	20	99	1	99	5	25,4
		Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Risco	Ótimo	Risco	Ótimo	Risco	Risco
Genitor	PI	99	85	15	99	15	*	1	*	--	55	52,7
		Ótimo	Ótimo	Risco	Ótimo	Risco		Risco			RacM	RacM
	N	45	65	99	99	5		1			65	54,1
		RabM	RacM	Ótimo	Ótimo	Risco		Risco			RacM	RacM
	DR	65	65	65	30	80		80			99	69,1
		RacM	RacM	RacM	RabM	Ótimo		Ótimo			Ótimo	RacM
	MN	99	10	10	75	10		5			90	42,7
		Ótimo	Risco	Risco	RacM	Risco		Risco			Ótimo	RabM
	AF	25	15	1	99	<1		1			10	21,5
		Risco	Risco	Risco	Ótimo	Risco		Risco			Risco	Risco
Como as avós percebem as práticas negativas que utilizaram na educação de suas filhas (mães dos adolescentes)												
Genitora	PI	--	10	80	60	90	45	30	30	--	99	55,5
			Risco	Ótimo	RacM	Ótimo	RabM	RabM	RabM		Ótimo	RacM
	N		99	99	80	10	1	1	55		99	55,5
			Ótimo	Ótimo	Ótimo	Risco	Risco	Risco	RacM		Ótimo	RacM
	DR		35	75	99	85	85	20	35		99	66,6
			RabM	RacM	Ótimo	Ótimo	Ótimo	Risco	RabM		Ótimo	RacM
	MN		1	90	65	30	80	5	1		95	45,8
			Risco	Ótimo	RacM	RabM	Ótimo	Risco	Risco		Ótimo	RabM
	AF		20	45	5	45	5	10	10		5	18,1
			Risco	RabM	Risco	RabM	Risco	Risco	Risco		Risco	Risco

Legenda: * não quis responder; -- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

Para a prática educativa **Punição Inconsistente** (PI) verifica-se que nove mães avaliaram a prática materna como Abaixo da Média (2, 3 e 9) ou Risco (1, 4, 5, 7, 8 e 10) e dentre sete pais/padrastos avaliados pelas mães dos adolescentes, três tiveram a prática considerada Risco (3, 5 e 7). No entanto, uma mãe avaliou essa prática materna como Ótima (6). Em relação aos pais/padrastos, esta prática foi avaliada em quatro casos como Acima da

Média (10) ou Ótima (1, 2 e 4).

Em relação à avaliação das oito avós sobre como educaram suas filhas, observa-se nesta prática (PI) que quatro avaliaram Abaixo da Média (6,7 e 8) ou Risco (2) e quatro avaliaram Acima da Média (4) ou Ótima (3, 5 e 10).

Pode-se verificar também que todas as mães e suas respectivas genitoras que participaram da pesquisa tiveram resultados divergentes entre si para esta prática (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10). Seis avós se avaliaram melhor que suas próprias filhas (3, 4, 5, 7, 8 e 10), sendo que dois desses casos (5 e 10) as avaliações foram opostas (Risco x Ótimo). Duas avós se avaliaram pior que as filhas (2 e 6).

Na média das interpretações das respostas desta tabela verifica-se que, no geral, as mães avaliaram as avós para esta prática (PI) como Regular Abaixo da Média (27) e os avôs como Regular Acima da Média (52,7). As avós se avaliaram para a mesma prática (PI) em relação às mães como Regular Acima da Média (55,5).

Para a prática educativa **Negligência** (N) verifica-se que oito mães avaliaram a prática materna como Abaixo da Média (1, 2 e 9) ou Risco (4, 5, 7, 8 e 10) e dentre sete pais/padrastos, três tiveram a prática considerada Abaixo da Média (1) e Risco (5 e 7) segundo a visão das próprias filhas. No entanto, duas mães avaliaram a prática materna Acima da Média (6) ou Ótima (3). Em relação aos pais/padrastos, esta prática foi avaliada em quatro casos como Acima da Média (2 e 10) ou Ótima (3 e 4).

Em relação à avaliação das avós sobre como educaram suas filhas, observa-se nesta prática (N) que três avós avaliaram Risco (5, 6 e 7) e cinco avaliaram Acima da Média (8) e Ótima (2, 3, 4 e 10).

Pode-se verificar também que três mães e suas genitoras tiveram resultados que receberam a mesma classificação (3, 5 e 7). Em relação aos resultados divergentes entre as avaliações das mães e suas genitoras, quatro avós se avaliaram melhor que suas próprias filhas (2, 4, 8 e 10), sendo que dois desses casos (4 e 10) as avaliações foram opostas (Risco x Ótimo). Uma avó se avaliou pior que a filha (6).

Na média das interpretações das respostas desta tabela verifica-se que, no geral, as mães avaliaram as avós para esta prática (N) como Regular Abaixo da Média (33,9) e os avôs como Regular Acima da Média (54,1). As avós se avaliaram para a mesma prática (N) em relação às mães como Regular Acima da Média (55,5).

Para a prática educativa **Disciplina Relaxada** (DR) verifica-se que duas mães

avaliaram a prática materna como Abaixo da Média (2 e 7) e dentre sete pais/padrastos, um teve essa prática considerada Abaixo da Média (4) na percepção das mães dos adolescentes.

No entanto, oito mães avaliaram a prática materna Acima da Média (1, 3, 6 e 9) ou Ótima (4, 5, 8 e 10). Em relação aos pais/padrastos, esta prática foi avaliada em seis casos como Acima da Média (1, 2, 3) ou Ótima (5, 7 e 10).

Em relação à avaliação das oito avós sobre como educaram suas filhas, observa-se nesta prática (DR) que três avós avaliaram Abaixo da Média (2 e 8) e Risco (7) e cinco avaliaram Acima da Média (3) e Ótima (4, 5, 6 e 10). Pode-se verificar também que cinco mães e suas genitoras tiveram resultados iguais (2, 3, 4, 5 e 10). Em relação aos resultados divergentes, uma avó se avaliou melhor que sua própria filha (6) e duas avós se avaliaram pior do que as filhas as avaliaram (7 e 8).

Na média das interpretações das respostas desta tabela verifica-se que, no geral, as mães avaliaram as avós para esta prática (DR) como Ótimo (76,6) e os avôs como Regular Acima da Média (69,1). As avós se avaliaram para a mesma prática (DR) em relação às mães como Regular Acima da Média (66,6).

Para a prática educativa **Monitoria Negativa** (MN) verifica-se que seis mães avaliaram a prática materna como Abaixo da Média (2) ou Risco (1, 3, 5, 7 e 8) e dentre sete pais/padrastos, quatro tiveram a prática considerada Risco (2, 3, 5 e 7) segundo as mães. No entanto, quatro mães avaliaram a prática materna Ótima (4, 6, 9 e 10). Em relação aos pais/padrastos, esta prática foi avaliada em três casos como Acima da Média (4) ou Ótima (1 e 10).

Em relação à avaliação das avós sobre como educaram suas filhas, observa-se nesta prática (MN) que quatro se avaliaram Abaixo da Média (5) e Risco (2, 7 e 8) e quatro Acima da Média (4) e Ótima (3, 6 e 10).

Pode-se verificar também que quatro mães e suas genitoras tiveram resultados iguais (6, 7, 8 e 10). Em relação aos resultados divergentes, duas avós se avaliaram melhor que suas próprias filhas (3 e 5), destaca-se que em uma dessas famílias (3) as percepções foram opostas (Risco x Ótimo), em que a avó se percebeu melhor do que a filha a avaliou. Duas avós se avaliaram pior do que as filhas as avaliaram (2 e 4).

Na média das interpretações das respostas desta tabela verifica-se que, no geral, as mães avaliaram as avós e os avôs para esta prática (MN) como Regular Abaixo da Média (48,5 e 42,7 respectivamente). As avós se avaliaram para a mesma prática (MN) em relação às mães como Regular Abaixo da Média (45,8).

Para a prática educativa **Abuso Físico** (AF) verifica-se que oito mães avaliaram a prática materna como Risco (1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 10) e dentre sete pais/padrastos, seis tiveram a prática considerada Risco (1, 2, 3, 5, 7 e 10). No entanto, duas mães avaliaram a prática materna Ótima (7 e 9). Em relação aos pais/padrastos, esta prática foi avaliada em um caso Ótima (4).

Em relação à avaliação das avós sobre como educaram suas filhas, observa-se nesta prática (AF) que todas as oito avós avaliaram Abaixo da Média (3 e 5) e Risco (2, 4, 6, 7, 8 e 10). Pode-se verificar também que cinco mães e suas genitoras tiveram resultados iguais, sendo todos esses casos avaliados como Risco (2, 4, 6, 8 e 10). Em relação aos resultados divergentes, duas avós se avaliaram melhor do que suas próprias filhas (3 e 5) e uma avó se avaliou pior que a filha (7), sendo que neste caso as avaliações foram opostas (Ótimo x Risco).

Na média das interpretações das respostas desta tabela verifica-se que, no geral, as mães avaliaram as avós e os avôs para esta prática (AF) como Risco (25,4 e 21,5 respectivamente). As avós se avaliaram para a mesma prática (AF) em relação às mães também como Risco (18,1).

No Quadro 21 podem-se verificar as práticas educativas negativas avaliadas pelo pai e padrasto em relação a seus genitores e das avós em relação a como educaram seus filhos quando estes eram adolescentes. Os dados são mostrados em termos de percentuais do IEP e de sua classificação.

Quadro 21 – Percepção do pai/padrasto em relação às práticas educativas negativas recebidas de seus genitores e a percepção das avós em relação à utilização destas práticas na educação de seus filhos quando estes eram adolescentes

Como o pai e padrasto percebem as práticas educativas negativas utilizadas por seus genitores				Média
		1	9	
Genitora	PI	99	45	72
		Ótimo	RabM	RacM
	N	99	99	99
		Ótimo	Ótimo	Ótimo
	DR	5	99	52
		Risco	Ótimo	RabM
MN		30	45	37,5
		RabM	RabM	RabM
	AF	99	20	59,5
		Ótimo	Risco	RacM
Genitor	PI	99	99	99
		Ótimo	Ótimo	Ótimo
	N	20	65	42,5
		Risco	RacM	RabM
	DR	80	50	65
		Ótimo	RabM	RacM
MN		20	95	57,5
		Risco	Ótimo	RacM
	AF	45	99	72
		RabM	Ótimo	RacM
Como as avós percebem a utilização de práticas educativas negativas na educação de seus filhos (pai/padrasto dos adolescentes)				
Genitora	PI	60	80	70
		RacM	Ótimo	RacM
	N	80	80	80
		Ótimo	Ótimo	Ótimo
	DR	85	99	92
		Ótimo	Ótimo	Ótimo
MN		99	90	94,5
		Ótimo	Ótimo	Ótimo
	AF	45	45	45
		RabM	RabM	RabM

Legenda: * não quis responder; -- não teve condições de responder pelo fato de não conviver ou não participou da pesquisa por outros motivos.

Na prática **Punição Inconsistente** (PI), o pai e o padrasto avaliaram a prática materna como Abaixo da Média (9) e Ótimo (1). Já a prática paterna foi avaliada por eles como Ótima (1 e 9). Na percepção das suas genitoras sobre como educaram seus filhos, uma se avaliou Acima da Média (1) e a outra como Ótima (9). Um filho avaliou sua própria mãe melhor do que ela mesma (9) e outro pior do que ela mesma se avaliou (1).

Na média das interpretações das respostas para este quadro verifica-se que o pai e o padrasto avaliaram, para esta prática (PI), as avós como Regular Acima da Média (72) e os avôs como Ótimo (99). As avós se avaliaram para a mesma prática (PI) em relação ao pai/padrasto como Regular Acima da Média (70).

Para a prática **Negligência** (N), tanto o pai quanto o padrasto avaliaram a prática materna como Ótima (1 e 9) e suas mães também. Já seus genitores foram avaliados por eles nesta prática como de Risco (1) ou Acima da Média (9).

Na média das respostas para este quadro verifica-se que o pai e o padrasto avaliaram, para esta prática (N), as avós como Ótimo (99) e os avôs como Regular Abaixo da Média (42,5). As avós se avaliaram para a mesma prática (N) em relação ao pai/padrasto como Ótimo (80).

Para a prática **Disciplina Relaxada** (DR), o pai e o padrasto avaliaram esta prática materna como de Risco (1) e Ótimo (9). Já os genitores foram avaliados por eles nesta prática Abaixo da Média (9) e Ótimo (1). Na percepção das suas genitoras, ambas se avaliaram como Ótimas (1 e 9), havendo uma divergência na Família 1 e uma congruência na Família 9.

Na média das respostas para este quadro verifica-se que o pai e o padrasto avaliaram, para esta prática (DR), as avós como Regular Abaixo da Média (52) e os avôs como Regular Acima da Média (65). As avós se avaliaram para a mesma prática (DR) em relação ao pai/padrasto como Ótimo (92).

Para a prática **Monitoria Negativa** (MN), ambos pai/padrasto avaliaram a prática materna como Abaixo da Média (1 e 9). Já os genitores foram avaliados por eles nesta prática Risco (1) e Ótimo (9). Na percepção das suas genitoras, ambas se avaliaram como Ótimo (1 e 9). Ambas as famílias tiveram percepções divergentes entre filhos e genitoras, sendo que as mães se avaliaram melhor do que os filhos o fizeram.

Na média das respostas para este quadro verifica-se que o pai e o padrasto avaliaram, para esta prática (MN), as avós como Regular Abaixo da Média (37,5) e os avôs como Regular Acima da Média (57,5). As avós se avaliaram para a mesma prática (DR) em relação ao pai/padrasto como Ótimo (94,5).

Para a prática **Abuso Físico** (AF), pai/padrasto avaliaram a prática materna como Risco (9) e Ótimo (1). Já os genitores foram avaliados como Abaixo da Média (1) e Ótimo

(9). Na percepção das suas genitoras sobre como educaram seus filhos em relação a esta prática, ambas se avaliaram Abaixo da Média (1 e 9), sendo que uma genitora se avaliou melhor do que o próprio filho (9) e uma pior (1).

Na média das respostas para este quadro verifica-se que o pai e o padrasto avaliaram para esta prática (AF), tanto as avós quanto os avôs, como Regular Acima da Média (59,5 e 72 respectivamente). As avós se avaliaram para a mesma prática (AF), em relação ao pai/padrasto, como Regular Abaixo da Média (45).

DISCUSSÃO

Com o apoio da literatura e obedecendo a ordem de apresentação dos resultados, na primeira parte deste capítulo discutem-se as características dos adolescentes em liberdade assistida e de suas famílias. A segunda parte trata das relações afetivas familiares, seja através dos tipos de apegos encontrados nas três gerações ou das ligações afetivas dos adolescentes em contextos como família, escola, amigos e outro de sua escolha. Em seguida se discute os dados a respeito das práticas educativas dos participantes, ou seja, a percepção dos participantes de como foram as práticas educativas de seus genitores e também como os adultos, genitores dos adolescentes e avós educaram seus filhos. Na última parte procura-se fazer uma interrelação entre os dados discutidos anteriormente.

Os adolescentes e suas famílias

Os adolescentes participantes deste estudo eram do gênero masculino, com idade entre 15 e 18 anos. Dados obtidos na literatura corroboram com a informação da prevalência de adolescentes masculinos que cometem atos infracionais (UNICEF, 2011; AREDES; MORAES, 2007; VARGAS; MARINHO, 2008) e da faixa etária dos participantes deste estudo (CRUZ-NETO; MOREIRA, 1998; GOMIDE, 2000).

Nenhum dos adolescentes havia concluído o ensino fundamental e seis se encontravam entre as cinco primeiras séries do ciclo, sendo que todos repetiram de ano e evadiram da escola, uma vez ou mais, tendo passado por diversas situações de conflito neste ambiente que ocasionaram a suspensão escolar e mesmo a expulsão. Todos esses são acontecimentos relevantes que vão ao encontro da literatura que pondera a fragilidade da vida escolar como um fator de risco para a conduta infracional dos jovens em conflito com a lei (GALLO; WILLIAMS, 2008; FULMER, 1995; SILVA; SALLES, 2011). Gallo e Williams (2008) alertam para a importância e para a dificuldade que as escolas enfrentam ao ter que lidar com adolescentes de comportamentos disruptivos. Eles alertam à necessidade de, em primeiro lugar, reconhecer essa dificuldade, seguida de mais recursos para as escolas que enfrentam esse problema e principalmente para a capacitação dos educadores que atuam com esses adolescentes. A escola como um todo, incluindo a direção, os docentes e funcionários, uma vez que estão despreparados para lidar com essas dificuldades, acaba adotando “medidas

disciplinares coercitivas, que por sua vez facilitam a evasão escolar” (p. 55). Essas medidas geram sérios problemas, uma vez que os alunos acabam sendo expulsos ou saindo da escola. Outros autores também apontam para a relevância da escola como fator de proteção aos adolescentes (VARGAS; MARINHO, 2008; PASSAMANI; ROSA, 2009; SCHENKER; MINAYO, 2005).

Dentre os genitores, as mães também apresentaram baixo nível de escolaridade, sendo que cinco não concluíram o Ensino Fundamental e uma era analfabeta. Já o pai e o padrasto participantes haviam concluído o Ensino Médio. Alguns estudiosos têm constatado o baixo nível de escolaridade dos genitores de adolescentes em conflito com a lei, entre eles Zane (2010) e Aredes e Moraes (2007). Esse ciclo de genitores e filhos com baixa escolaridade precisa ser quebrado. Esforços precisam ser realizados para que as crianças e adolescentes frequentem escolas e sejam bem-sucedidos. A escola tem que estar preparada também para lidar com os alunos com distúrbios de comportamento, uma vez que a evasão desses não vai contribuir para alterar o quadro de pobreza e degradação a que muitos são submetidos.

Os adolescentes participantes deste estudo tiveram como ato infracional mais presente o roubo/furto, seguido do tráfico de entorpecentes, receptação de objetos roubados, porte droga ou arma e briga. Dados semelhantes também foram citados por Vargas e Marinho (2008) em relação aos adolescentes em liberdade assistida da capital mineira.

As tipologias das famílias participantes foram bem diversificadas, apresentando seis configurações diferentes, indicando a tendência atual de maior variedade dos arranjos familiares. No entanto, neste estudo apenas uma das famílias era monoparental, dado diferente do obtido com adolescentes em liberdade assistida da capital mineira, onde 40% dos adolescentes tinham apenas a mãe como responsável (Vargas; Marinho, 2008). É importante destacar que quase um terço dos adolescentes vivia com as avós, tios/as, sobrinhos (mãe habita em outra casa, pai falecido ou separado), dado que contraria novamente a tarefa do ciclo de vida familiar com filhos adolescentes (CARTER; McGOLDRICK, 1995), uma vez que as avós deveriam, nessa etapa, estar sendo cuidadas, e não tendo a responsabilidade de educar seus netos. Oliveira (2007) reforça que os avós brasileiros são fontes de importante apoio familiar em diferentes áreas: emocional, financeiro e instrumental.

Em média, a renda *per capita* das famílias foi de 195 reais, sendo que os genitores exerciam atividades que exigiam, no geral, pouco estudo. As condições de moradia, no entanto, segundo as descrições das mães são, no geral, razoáveis ou adequadas, embora todos os participantes morem em bairros com alto índice de violência, o que caracteriza um ambiente social de risco, características que corroboram com a literatura (GALLO;

WILLIAMS, 2005; PASSAMANI; ROSA, 2009; SCHENKER; MINAYO, 2005).

Dentre as famílias participantes desta pesquisa observou-se que a maioria das mães frequenta atividades religiosas. No entanto, sete adolescentes não o fazem, um frequenta a igreja semanalmente e outros dois o fazem esporadicamente. Pratta e Santos (2007) destacam que a atividade religiosa, aliada a prática de esportes e atividades de lazer com a família, pode funcionar como fator de proteção.

A maioria das mães referiu que suas famílias participam de atividades sociais e de lazer como pesca, festa, jantar, circo, parques de diversão. No entanto, em três famílias as mães referiram que eles não têm atividade de lazer. Atividades culturais e de lazer são aspectos importantes de intervenções a serem realizadas em comunidades carentes, visando a prevenção de crimes e violência, destacam Assis e Constantino (2005).

As mães indicaram que no âmbito familiar ocorre uma grande participação das avós como fonte de apoio de quase a totalidade das mães, seguida de menor participação de alguns irmãos e cunhadas. Pode-se verificar mais uma vez a importância da participação das avós no contexto brasileiro (DESSEN; BRAZ, 2000; OLIVEIRA, 2007; 2011; ZANE, 2010) e das mulheres em geral (ZANE, 2010).

Nesta pesquisa notou-se a ausência do pai do adolescente como alguém com quem as mães reconhecem que possam contar em caso de necessidade, ou porque estão realmente ausentes da convivência familiar (BRASIL et al., 2006; BRITO, 2007; SARTI, 2003) ou porque não são pessoas envolvidas nos problemas domésticos cotidianos (WAGNER et al., 2005).

No contexto extrafamiliar, um pouco mais que a metade das mães recebe ajuda de vizinhas, amigos e do pastor da igreja. Já em relação ao apoio institucional, um pouco mais que a metade das mães referiram não receber nenhum tipo de ajuda, o que indica uma rede de apoio social muito pobre. Vários pesquisadores apontaram esse mesmo padrão em populações semelhantes (SIQUEIRA et al., 2009; SARTI, 2003; DESSEN; BRAZ, 2000; FULMER, 1995; VARGAS; MARINHO, 2008). A importância da rede de apoio social vem sendo muito destacada porque ela funciona como um importante fator protetivo e positivo para o desenvolvimento humano, uma vez que se refere às relações e vinculações estabelecidas e mantidas entre as pessoas, que se ajudam frente às situações de risco (COSTA, 2009).

Dentre as famílias pesquisadas a figura paterna é a que mais aparece como usuária de álcool e tabaco, seguida da mãe e do próprio adolescente. Apenas uma mãe se referiu a utilização de maconha por seu filho, o que leva a se pensar na dificuldade das mães em evidenciarem que um filho utilize drogas ilícitas. Vargas e Marinho (2008) destacaram

também a dificuldade de adolescentes em liberdade assistida assumirem que utilizam drogas. O consumo de drogas foi encontrado em diferentes estudos com população de adolescentes em conflito com a lei e/ou no ambiente que frequentam e é apontado como fator de risco para o comportamento infracional dos jovens (GALLO; WILLIAMS, 2005; SCHENKER; MINAYO, 2005; AREDES; MORAES, 2007; VARGAS; MARINHO, 2008; PASSAMANI; ROSA, 2009; ZANE, 2010; UNICEF, 2011).

Levantar dados acerca de eventos importantes na vida do adolescente e de sua família é relevante à medida que auxilia na compreensão da história de vida deles, o contexto em que estão inseridos e pondera-se o quanto esses fatores podem interferir na conduta do adolescente. Alguns acontecimentos relevantes na vida destes adolescentes foram o fato de terem sido vítimas de agressão intra ou extrafamiliar; a separação dos seus genitores e a morte de familiares, sendo que, em relação a este último item, pouco mais da metade das mães referiu como muito marcante para todos os membros da família porque as mortes foram de membros jovens, motivados por envolvimento com violência e drogas. A morte ou a doença grave de um membro da família rompe o equilíbrio familiar e, se a perda for de um membro mais jovem, esta é normalmente considerada como fora de sincronia, como um fato que encerrou uma vida ainda incompleta, ocasionando maior ruptura familiar (BROWN, 1995).

A violência intra ou extrafamiliar foi apontada por diferentes autores como fator presente em populações semelhantes à deste estudo (SCHENKER; MINAYO, 2005; GALLO; WILLIAMS, 2005, 2008; LIMA et al., 2006; SÁ et al., 2009; PASSAMANI; ROSA, 2009; UNICEF, 2011).

Concluindo, pode-se considerar que estes adolescentes convivem com vários fatores de risco que os predispõem a atos infracionais: baixa escolaridade associada com insucesso acadêmico; baixa escolaridade dos genitores e renda familiar pequena; convivência em bairro com alto índice de violência; pouca frequência em ambiente religioso; falta de atividade de lazer conjunto em algumas famílias; rede de apoio institucional empobrecida; mortes prematuras na família ou vizinhança; utilização de cigarro e álcool rotineira nas famílias.

Relações afetivas

Em relação aos tipos de apego constatou-se que, na maioria dos adolescentes, a ligação com as mães foi considerada Segura e, com os pais, metade Segura e metade Insegura, destacando o fato de dois adolescentes não responderem sobre seu pai ou padrasto, o que

poderia ser um indicador de um relacionamento com problemas ou ausente.

Entre as mães, um pouco mais da metade considerou que o vínculo com suas genitoras é de apego Inseguro e com o pai metade julgou como Seguro. A maioria das avós referiu apego Seguro em relação às suas genitoras e metade com apego Seguro em relação a seus genitores. Tanto os adolescentes, como seus pais e suas avós, avaliaram seus vínculos de apego com seu genitor de modo mais negativo, o que não ocorreu com as mães dos adolescentes. Não há, na literatura brasileira, estudos que evidenciam a incidência de tipos de apego na população, no entanto, Bowlby (2002) esclareceu que crianças seguramente apegadas aos genitores são mais confiantes e competentes. Aquelas que não têm apego Seguro com nenhum dos pais são menos confiantes e competentes e as crianças com relação Segura com um dos genitores, mas não com o outro, estão entre esses casos também.

Nesta amostra, quatro adolescentes julgaram que ambos os genitores sempre foram amorosos e presentes em sua vida, ajudando-os quando precisavam de apoio, e com uma relação boa no geral, caracterizando o apego Seguro; três escolheram a frase que caracterizava o apego Seguro com suas mães e Inseguro com seus pais e, outros dois, avaliaram a mãe como Inseguro ou Seguro, mas não quiseram avaliar o pai. Dos que avaliaram ambos os genitores, apenas um escolheu a frase que caracterizava ambas as relações como Inseguras.

Pesquisas correlacionam o vínculo de apego Seguro entre pais e filhos com mais comportamentos pró-sociais nos filhos (LAIBLE et al., 2004) e maior capacidade cognitiva, apresentando relações com a competência escolar (AVIEZER et al., 2002; MOSS; ST-LAURENT, 2001), entre outros fatores. No entanto, na amostra desta pesquisa, os dados contrariam os desses estudos, uma vez que são adolescentes em conflito com a lei e apresentam um desempenho escolar bem comprometido. O que pode explicar essa discrepância talvez seja o instrumento aqui utilizado para avaliar o tipo de apego, um instrumento muito simples, ao contrário dos utilizados nas pesquisas citadas. Outro aspecto que pode explicar esse comportamento é a idealização da figura materna, uma vez que ela é a figura de referência destes adolescentes que sempre esteve presente em suas vidas, apesar das dificuldades enfrentadas.

Outro tipo de investigação realizada com os adolescentes foi verificar quem eles amam, gostam ou não gostam em diferentes contextos. No contexto familiar, as mães foram citadas por oito adolescentes como uma das pessoas que eles “amam”, seguida dos pais (cinco adolescentes) e das avós (quatro adolescentes), além de outras citações como tias, irmãos e irmãs, em números menos expressivos. Na categoria das pessoas que “gostam”, eles incluíram principalmente irmãos/irmãs (quatro), avós (três), pai, tios, pai, primas e o novo companheiro

da mãe. Na categoria do “não gosto” eles incluíram avó, padrasto, primo e cunhado, com uma resposta cada um. Pode-se verificar mais uma vez que a maioria dos adolescentes desta amostra escolhe a mãe como a pessoa que ama do âmbito familiar, e os pais foram escolhidos por metade dos adolescentes, seguido das avós, o que mais uma vez enfatiza a importância dessa figura no envolvimento com os netos (OLIVEIRA, 2007, 2011).

Destaca-se que um adolescente desta amostra citou o pai como o único familiar na categoria “amo”, mas este adolescente se negou a responder os demais instrumentos da pesquisa em relação ao pai, pois praticamente não conviveu com ele. Considera-se que o pai possa ser uma figura idealizada para ele, que acaba ocultando uma carência dessa figura que está mais distante de sua vida rotineira e, portanto, o representa em primeiro lugar nesse campo afetivo. Este dado é corroborado por Wagner e Fêres-Carneiro (2000).

A literatura aponta que a interação pais-filhos tem um papel significativo no processo de socialização e no estabelecimento das relações afetivas dos filhos também em outros contextos diferentes da família (PENAGOS et al., 2006; BRASIL et al., 2006). O mesossistema dos adolescentes pesquisados envolve, entre outros, as interações entre ambientes imediatos frequentados pelo jovem (BRONFENBRENNER, 1996). No ambiente escolar, metade dos adolescentes referiram amar algumas pessoas, como serventes e professores, amigos da escola, outros meninos ou meninas, incluindo a namorada. Em relação ao “gostar”, seis adolescentes não forneceram respostas, os demais citaram amigos do gênero masculino e professores. Já em relação ao “não gostar”, seis adolescentes também não se referiram a ninguém, os demais citaram colegas, no plural ou singular, e a zeladora. Uma constante nessa tarefa foi metade ou mais dos adolescentes não citarem ninguém do ambiente escolar, nas três categorias: amo, gosto ou não gosto. Branco e Wagner (2009), pesquisando adolescentes internados, também relatam que estes tiveram dificuldade em preencher o campo das pessoas mais próximas ou distantes deles no âmbito escolar. A escola deve estar sendo vista por esses adolescentes mais como uma obrigação que deve ser cumprida perante a justiça. No entanto, na amostra desta pesquisa, também há adolescentes que indicaram pessoas que amam ou gostam neste ambiente, o que pode ser visto como um fator positivo e protetivo, uma vez que o estar cercado de pessoas que amam ou gostam pode auxiliar na readaptação e desempenho no ambiente escolar (BRANCO; WAGNER, 2009). Considerar algum professor ou servente da escola como sendo “pessoas muito queridas”, é um fato extremamente positivo, que vem indicar a possibilidade de uma maior mudança desse jovem tendo essas figuras de apoio. Hoffman (2006) enfatiza que o professor pode ser entendido como um substituto paterno, no sentido de ocupar um lugar de autoridade que influencia na

formação da criança ou adolescente.

No âmbito de amizades a maioria dos adolescentes referiu possuí-las, sendo que um referiu ter perdido o melhor amigo por motivo de violência. Sá et al. (2009) destacam que estar exposto diretamente a violência urbana com amigos tendo sido ferido nesse contexto corroboram para reforçar comportamentos antissociais nos adolescentes.

Dentre os outros contextos escolhidos pelos adolescentes, quatro escolheram atividades esportivas, dois escolheram a Igreja e os demais escolheram um ambiente cada um: outro bairro, o local de trabalho e o bar. Apenas um adolescente não escolheu outro contexto. Aqui merece destaque a citação de dois professores de atividades esportivas, indicando novamente um vínculo que pode atuar como fator de proteção uma vez que o esporte é indicado, por Pratta e Santos (2007), como um fator de proteção a adolescentes para o não envolvimento com a utilização de drogas.

Conclui-se em resumo que as relações com pessoas significativas aos adolescentes são permeadas pelas figuras materna, paterna e das avós, ainda que levante-se a hipótese de que possa haver idealização das figuras maternas e paternas, por parte de alguns jovens, uma vez que não tiveram uma história de vida permeada por cuidados, afeto e convivência com algumas dessas figuras. Destaca-se também o fato de que o instrumento para medir os tipos de apego é simples e pode ter contribuído para um viés. É relevante ressaltar a citação de alguns adolescentes de figuras de autoridade importantes como professores em atividades escolar ou esportiva, que podem funcionar como fator de proteção.

Práticas educativas parentais

As práticas parentais intergeracionais

Em relação a média dos valores dos índices de estilos parentais (*iep*) intergeracionais, observa-se prevalência de valores do *iep* negativos para todas as díades do ramo materno (adolescentes/mães; mães/adolescentes; mães/avós; mães/avôs; avós/mães). O oposto ocorre com todas as díades do ramo paterno, prevalecendo valores de *iep* positivos (adolescentes/pais ou padrastos; pai e padrasto/adolescentes; pai e padrasto/avós; pai e padrasto/avôs; avós/pai e padrasto). É importante destacar que, no caso dos pais ou padrastos dos adolescentes, só dois participaram desta pesquisa, havendo necessidade de se avaliar as práticas parentais intergeracionais em amostras maiores.

Olhando os dados dos adolescentes, suas mães e avós maternas, percebe-se que: os adolescentes avaliaram as práticas educativas maternas com prevalência na forma negativa e estas também o fizeram em relação aos adolescentes. As mães, por sua vez, receberam práticas educativas parentais também com prevalência negativa, com maior intensidade do que as que transmitiram aos filhos. Pode-se verificar que há indícios de transmissão do índice de estilo parental (*iep*) entre as gerações (avós, mães e adolescentes). , Constata-se linearidade no estilo parental ensinado pelas avós às suas filhas e por sua vez estas reproduziram este estilo na educação com os adolescentes. Este dado está concordante com Fonagy (1999) que destaca a tendência à reprodução de padrões comportamentais da infância materna em sua relação com seus filhos. Dados semelhantes também foram encontrados por Weber et al. (2006) que concluíram que os aspectos negativos das práticas parentais tendem a ser transmitidos entre avós, mães e netos.

Apesar de os pais/padrastos terem sido um pouco melhor avaliados que as mães pelos adolescentes, três jovens não quiseram responder o instrumento sobre eles, o que é significativo, pois demonstra uma provável dificuldade na interação com estas figuras, seja pela presença ou ausência. Dados semelhantes foram obtidos por Carvalho e Gomide (2005) ao avaliarem as práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei, embora no estudo dessas pesquisadoras, as médias dos *iep* foram negativas na percepção dos três membros da família.

As tríades compostas por adolescentes, pai/padrasto e avós paternas nesta pesquisa foram só duas. No total, sete adolescentes responderam este instrumento sobre seu pai ou padrasto. Os adolescentes avaliaram a prevalência das práticas educativas paternas como positivas. O pai e o padrasto avaliaram a prevalência das práticas educativas recebidas das avós como positivas e as dos avós também, embora menor e mais próxima do zero. As avós paternas também se avaliaram como utilizando uma prevalência de práticas educativas positivas em detrimento das negativas com seus filhos. Em relação aos pais e avós não é possível concluir se houve indícios dessa transmissão intergeracional de estilo parental (*iep*) na amostra como um todo, pois foram poucos participantes. No entanto, nos dois casos em que a tríade participou, o pai e o padrasto receberam uma educação materna melhor do que a que ofereceram aos adolescentes. No Brasil, é comum a educação dos filhos ficar mais a cargo das mães (BRASIL, et al., 2006; WAGNER et al., 2005), dificultando uma maior influência paterna na educação dos filhos.

Na investigação da transmissão intergeracional de estilos parentais, realizadas por Weber et al. (2006), concluem que alguns aspectos positivos como mais envolvimento, mais

afeto e uma maior comunicação entre mães e filhas não foram transmitidas, mas que esses aspectos melhoraram nas gerações mais novas. As autoras concluem que isso ocorreu provavelmente em função do suporte do companheiro e da procura por conhecimentos científicos e orientações de profissionais.

Nos participantes desta pesquisa, a realidade das famílias é diferente das pesquisadas por Weber et al. (2006) – baixa escolaridade, baixo nível socioeconômico, rede de apoio social enfraquecida, com pouco apoio do companheiro – fatores que não proporcionam uma maior participação dos pais na educação de seus filhos, nem o acesso a conhecimentos científicos ou mesmo receber orientações de profissionais da área da saúde ou da educação. Políticas públicas precisam ser implantadas para que propiciem às famílias um maior conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil e da importância das práticas educativas parentais, no sentido de vir a quebrar essa transmissão intergeracional negativa. Mesmo na pesquisa de Weber et al. (2006), as autoras concluíram que as práticas negativas tendem a ser transmitidas, indicando que isso ocorre em diferentes classes sociais e que esforços precisam ser feitos para esclarecer e ajudar a combater os aspectos negativos presentes nas práticas parentais.

A seguir discute-se cada uma das práticas educativas parentais das famílias, iniciando com as práticas educativas positivas (Monitoria Positiva – MP e Comportamento Moral – CM) seguidas das negativas (Punição Inconsistente – PI; Negligência – N; Disciplina Relaxada – DR; Monitoria Negativa – MN e Abuso Físico - AF).

Práticas parentais positivas

Monitoria Positiva (MP)

Considerando os valores médios dos IEPs obtidos nessa prática (MP) verifica-se que nas díades do ramo materno prevaleceram práticas de MP como Regular Abaixo da Média, embora tenha ocorrido uma avaliação Regular Acima da Média e uma de Risco. É possível perceber que as mães receberam melhores práticas de MP do que conseguiram repassar aos adolescentes. Os indícios são de que não houve transmissão intergeracional no ramo materno para a prática em questão (MP), parecendo haver piora na qualidade da prática entre as gerações.

Considerando os valores médios dos IEPs obtidos para a prática MP em relação às

díades do ramo paterno, verifica-se que há prevalência de Risco e Regular Abaixo da Média, sendo que apareceu uma avaliação Regular Acima da Média. Há indícios de que houve transmissão intergeracional no ramo paterno para a prática em questão (MP) preponderando práticas negativas. Nesse sentido, Paiva e Ronzani (2009) salientam a falta que faz para a formação dos adolescentes as práticas de Monitoria Positiva adequadas, uma vez que sua ausência pode se relacionar com a utilização de drogas.

Comportamento Moral (CM)

Considerando os valores médios dos IEPs obtidos nessa prática (CM), verifica-se que nas díades do ramo materno prevalecem práticas de CM como Regular Abaixo da Média, embora haja duas avaliações Regulares Acima da Média. É possível perceber que mães e adolescentes mantiveram a percepção de Regular Abaixo da Média quanto a orientação moral que receberam de suas genitoras, indicando indícios de transmissão intergeracional para a referida prática (CM).

Em relação às díades do ramo paterno, os valores médios dos IEPs obtidos para CM indicam que há prevalência de Regular Acima da Média, sendo que apareceu uma avaliação Regular Abaixo da Média e uma de Risco. Há indícios de que houve transmissão intergeracional no ramo paterno para a prática em questão (CM) preponderando uma melhora de Regular Abaixo da Média para Regular Acima da Média, mesmo que o pai tenha percebido a atuação do avô como de Risco. Nesse sentido, Prust e Gomide (2007) referem que a presença positiva da prática Comportamento Moral nos genitores eleva a presença da mesma no comportamento dos filhos e o oposto também é verdadeiro.

Em relação às duas práticas positivas, pode-se concluir que para Monitoria Positiva (MP) não há indícios de transmissão intergeracional no ramo materno e verifica-se piora no padrão de manifestação da geração mais antiga para a mais recente (das avós para os adolescentes). Quanto ao ramo paterno verificam-se indícios de transmissão intergeracional com padrão em Regular Abaixo da Média. Já em relação à prática Comportamento Moral (CM) há indícios de transmissão intergeracional para as tríades maternas e paternas, sendo que para a materna foi encontrado um padrão de Regular Abaixo da Média e para a paterna, Regular Acima da Média.

Práticas parentais negativas

Punição Inconsistente (PI)

Verifica-se que nas díades do ramo materno prevalecem práticas de Punição Inconsistente como Regular Acima da Média, embora haja uma avaliação Regular Abaixo da Média. Há indícios de transmissão intergeracional para PI, com a média dos valores em práticas Regulares Acima da Média, com aparente influência marcante das práticas dos avôs sob as mães, que os perceberam, na média, como Regular Acima da Média *versus* as avós que foram percebidas como Regular Abaixo da Média.

Quanto às díades do ramo paterno, verifica-se que há prevalência de Regular Acima da Média, sendo que apareceu uma avaliação Ótima. Há indícios de que houve transmissão intergeracional no ramo paterno para a prática em questão (PI), preponderando práticas Regulares Acima da Média.

Embora em ambos os ramos parentais (maternos e paternos) houve indícios de transmissão intergeracional para PI, com média das respostas em Regular Acima da Média. Há necessidade de aprimoramento quanto ao uso desta prática, uma vez que existe risco dos adolescentes estarem discriminando o humor dos genitores e não aprendendo sobre como se comportar, conforme a literatura aponta. Famílias com genitores com alto nível de estresse tendem a usar mais as práticas educativas negativas, entre elas a Punição Inconsistente, pois depende da oscilação do humor deles na interação com os filhos. Nestas situações, os filhos não apreendem ações educativas, mas sim a discriminar o humor dos pais (GOMIDE, 2003; 2004; GOMIDE et al., 2005).

Negligência (N)

Para as díades do ramo materno prevalecem práticas de Negligência como Regular Acima da Média, embora haja duas avaliações Regulares Abaixo da Média. Não há indícios de transmissão intergeracional para a referida prática (N), mesmo tendo havido três avaliações na média de práticas Regulares Acima da Média. O que se verifica é que houve uma melhora na manifestação da prática Negligência pelas mães em relação aos adolescentes, uma vez que elas receberam práticas piores de suas genitoras, na percepção média dos entrevistados.

Em relação às díades do ramo paterno, verifica-se que não há prevalência de respostas, tendo duas avaliações Ótimo, duas Regulares Acima da Média e uma Regular Abaixo da

Média. Não há indícios de transmissão intergeracional e verifica-se piora na manifestação geral desta prática para esta díade (pai-padrasto/adolescentes), com preponderância média de avaliação Regular Acima da Média.

Carvalho e Gomide (2005) destacam que a prática de Negligência, incluindo falta de cuidados básicos e de atenção por parte dos genitores, é fator prejudicial ao desenvolvimento dos filhos.

Disciplina Relaxada (DR)

Verifica-se que nas díades do ramo materno prevalecem práticas de Disciplina Relaxada avaliadas como Regular Acima da Média, embora haja uma avaliação Regular Abaixo da Média e uma Ótima. Verifica-se indícios de transmissão intergeracional para a referida prática (DR), com padrão de avaliação Regular Acima da Média.

Já em relação aos valores médios dos IEPs obtidos para esta prática (DR), em relação às díades do ramo paterno, verifica-se a prevalência de avaliação como Regular Acima da Média, embora houve uma resposta Regular Abaixo da Média e uma Ótima. Não há indícios de transmissão intergeracional e, nesse sentido, pode-se dizer que houve uma melhora na manifestação dessa prática entre as gerações.

A prática inadequada de Disciplina Relaxada é apontada por Assis e Constantino (2005) como um dos aspectos que influenciam o envolvimento de adolescentes em atos infracionais.

Monitoria Negativa (MN)

Verifica-se que, nas díades do ramo materno prevalecem práticas de Monitoria Negativa, avaliadas como Regular Abaixo da Média, embora haja uma avaliação como Risco. Verifica-se indícios de transmissão intergeracional para MN com padrão de avaliação Regular Abaixo da Média. As mães se avaliaram piores em relação à MN para com o adolescente, como Risco, ao passo que os adolescentes se avaliaram como Regulares Abaixo da Média.

Quanto às díades do ramo paterno, verifica-se que não houve prevalência de um padrão de avaliação para esta prática entre as gerações: ocorreram uma avaliação Ótima, uma Regular Acima da Média, duas Regulares Abaixo da Média e uma de Risco. Não há indícios de transmissão intergeracional desta prática (MN).

Autores destacam as consequências do excesso de fiscalização na vida dos filhos, com instruções de regras repetitivas, mas que não se concretizam, gerando um ambiente familiar estressante e hostil (GOMIDE, 2005). A literatura apresenta correlação entre modelos de monitoria estressante à tendência do jovem se unir a grupos antissociais, aumentando o risco de atos infracionais (PATTERSON et al., 1992).

Abuso Físico (AF)

Verifica-se que nas díades do ramo materno prevalecem práticas de Abuso Físico avaliadas como sendo de Risco, embora tenha ocorrido duas avaliações Regulares Abaixo da Média. Não há indícios de transmissão intergeracional para a prática AF; verifica-se melhora na qualidade da manifestação desta prática na díade mães/adolescentes pois as mães referiram receber práticas de Risco por parte de seus genitores, mas conseguiram se avaliar e ser avaliadas quanto aos filhos adolescentes como Regular Abaixo da Média.

Em relação às díades do ramo paterno, verifica-se prevalência de avaliação como Regular Acima da Média, embora tenha havido duas respostas Regulares Abaixo da Média. Verifica-se indícios de transmissão intergeracional da referida prática (AF), o pai e o padrasto perceberam as avós e os avôs como Regulares Acima da Média, e por sua vez os adolescentes avaliaram os pais-padrastos como Regulares Acima da Média, mantendo o padrão intergeracional para Abuso Físico.

Cecconello et al. (2003) destacam que a prática Abuso Físico, quando presente na educação dos filhos, é um fator de desequilíbrio nas relações parentais e na interação afetiva intrafamiliar.

O que os dados desta pesquisa revelam

Os adolescentes em liberdade assistida desta pesquisa são do gênero masculino, com idade entre 15 e 18 anos, baixa escolaridade, tendo apresentado vários problemas em sua história acadêmica, semelhante ao encontrado em outros estudos (UNICEF, 2011; AREDES; MORAES, 2007; VARGAS; MARINHO, 2008; CRUZ-NETO; MOREIRA, 1998; GOMIDE, 2000, entre outros). Os atos infracionais cometidos por eles também foram semelhantes aos

encontrados por Vargas e Marinho (2008): roubo/furto, tráfico de entorpecentes, receptação de objetos roubados, porte droga ou arma e briga.

Suas mães também apresentaram baixo nível de escolaridade e o pai e o padrasto participantes concluíram o Ensino Médio. Baixo nível de escolaridade dos genitores de adolescentes em conflito com a lei tem sido encontrado também por outros autores (ZANE, 2010; AREDES; MORAES, 2007). Foram encontradas, nesta amostra, várias configurações familiares diferentes, o que é uma tendência atual (PETZOLD, 1996). No entanto, apenas uma das famílias era monoparental, contrário aos dados de Vargas e Marinho (2008).

A renda *per capita* das famílias é baixa e os genitores, no geral, exerciam atividades que exigiam pouco estudo. As condições de moradia, embora geralmente descritas como razoáveis ou adequadas, estão localizados em ambientes sociais de risco, também semelhante aos de outros estudos com populações semelhantes (ZANE, 2010; VARGAS; MARINHO, 2008; PASSAMANI; ROSA, 2009; SCHENKER; MINAYO, 2005).

A atividade religiosa é indicada como sendo um fator de proteção (PRATTA; SANTOS, 2007) e, no caso das famílias pesquisadas, as mães são as que mais a frequentam, um adolescente frequenta também semanalmente e outros dois adolescentes esporadicamente, sendo que sete adolescentes não frequentam atividades religiosas em nenhum momento. Atividades de lazer são também indicadas como fatores de prevenção a crimes e violência em geral (ASSIS; CONSTANTINO, 2005) e, dentre as famílias pesquisadas, sete delas referem que vão pescar, vão a festas, jantares, circo e parque de diversões, mas três não realizam nenhum tipo de lazer.

Em relação à rede de apoio social referida pelas mães pesquisadas, as avós são tidas como a principal fonte de apoio no contexto familiar por quase todas as mães, dado que também é referido em outras pesquisas (DESSEN; BRAZ, 2000; OLIVEIRA, 2007; 2011; ZANE, 2010). Evidencia-se a ausência da citação do genitor do adolescente como fonte de apoio, segundo as mães, o que vai ao encontro de outros autores (BRASIL et al., 2006; BRITO, 2007; SARTI, 2003).

Referente ao contexto extrafamiliar, destaca-se que um pouco mais da metade das mães tem alguma ajuda de vizinhas, amigos e pastor da igreja. Em relação a apoio de instituições, um pouco mais da metade das mães pesquisadas referem não ter ajuda desse tipo, indicando rede social fragilizada, indo ao encontro de outras referências nesse tipo de população (SIQUEIRA et al., 2009; SARTI, 2003; DESSEN; BRAZ, 2000; FULMER, 1995; VARGAS; MARINHO, 2008). Esses dados sobre a rede de apoio social referida pelas mães demonstram debilidade de um importante fator de proteção para o desenvolvimento humano,

corroborando com Costa (2009).

O uso e abuso de substâncias psicoativas é apontado pela literatura como fator de risco para o comportamento infracional (GALLO; WILLIAMS, 2005; SCHENKER; MINAYO, 2005; AREDES; MORAES, 2007; VARGAS; MARINHO, 2008; PASSAMANI; ROSA, 2009; ZANE, 2010; UNICEF, 2011). Nas famílias pesquisadas, o pai é apontado pela mãe como quem mais faz uso desse tipo de substância, e algumas incluem a si próprias como usuárias, ou ainda o adolescente.

Os acontecimentos relevantes na vida das famílias pesquisadas, destacadas pelas mães, ajudam na compreensão da história de vida dos participantes. Um ponto importante é que alguns adolescentes foram vítimas de agressão intra e extrafamiliar, que é apontado por outros pesquisadores como fator presente entre populações semelhantes (LIMA et al., 2006; GALLO; WILLIAMS, 2005, 2008; SÁ et al., 2009; PASSAMANI; ROSA, 2009; SCHENKER; MINAYO, 2005; UNICEF, 2011). Outros pontos destacados foram: a separação conjugal dos genitores; a morte de membros familiares, muitos ainda jovens e vítimas de violência; e doença grave de membros familiares, indicando que esses pontos alteraram o equilíbrio familiar.

Os dados também indicam que a maioria dos adolescentes selecionou frases, indicando vínculo de apego Seguro com suas mães. Ao se olhar para as práticas educativas maternas, também julgadas por eles, percebe-se que os índices de estilo parentais calculados foram predominantemente negativos, havendo predominância de práticas negativas, o que é incompatível com o vínculo de apego Seguro, uma vez que essas mães provavelmente não foram “geralmente amorosas”; “capazes de reconhecer quando precisavam de apoio e quando deviam deixar que agissem sozinhos”; com uma “relação quase sempre boa”. Provavelmente as respostas deles foram no sentido de que a mãe é a figura mais constante na vida deles, embora nem sempre essa relação seja satisfatória. Provavelmente, ao terem que escolher apenas uma frase que caracterizasse essa vinculação, houve uma idealização da figura que está mais presente e que, de alguma forma, é com quem eles contam na maioria das necessidades, corroborando com achados de outros autores (WAGNER; FÈRES-CARNEIRO, 2000; ZANE, 2010).

Já em relação às figuras paternas, metade julgou como Segura e metade Insegura, e dois se recusaram a responder. No entanto, a média do *iep* foi positiva, embora três se recusaram a responder em relação a seus padrastos. O que essas recusas podem significar? Provavelmente os adolescentes se ressentem da ausência da figura paterna ou do relacionamento existente entre ambos. Outra possibilidade é de que não aceitam o padrasto

como figura paterna e, como o relacionamento com o pai biológico foi inexistente ou distante, eles preferiram se omitir.

Dentre as mães, mais da metade escolheu o vínculo Inseguro em relação às suas genitoras, e as práticas destas também foram negativas, havendo uma maior congruência dos dados, diferente do que ocorreu com os adolescentes. Com seus pais, as mães dos adolescentes julgaram que tiveram mais vínculos Seguros do que Inseguros, no entanto, a média do *iep* também foi negativa. Pode-se notar que nas díades mães-avôs, parece haver uma maior condescendência do que com suas genitoras, apesar de que são estas que estão auxiliando-as até hoje em suas vidas. Parece que aqui também há mães que idealizam a figura paterna, como no caso dos adolescentes.

Na investigação das pessoas que os adolescentes mais amavam ou não gostavam no contexto familiar, as mães foram as mais citadas, seguidas dos pais, das avós, além de outras citações como tias, irmãos e irmãs, em números menos expressivos. Na categoria das pessoas que “gostam”, eles incluíram principalmente irmãos/irmãs, avós, pai, tios, primas e o novo companheiro da mãe.

No contexto escolar metade referiu no campo amar colegas, namorada, servente da escola e professores. No campo gostar referiram amigos e professores e metade dos adolescentes responderam ninguém para esse campo. Observa-se como fator positivo a citação de professores como pessoas de referência que amam ou gostam, pois a escola é um fator de proteção, conforme salientado em vários estudos (GALLO; WILLIAMS, 2005; PASSAMANI; ROSA, 2009; SCHENKER; MINAYO, 2005). No contexto de amizades apareceram amigos, amigas e parentes como sentimento de amor por parte dos adolescentes, sendo que três referiram ninguém nesse campo. Pouco mais da metade referiu gostar de amigos e quanto a não gostar, pouco mais da metade referiu não ter ninguém de que não goste entre amigos. No quarto campo os adolescentes escolhiam um lugar e quatro referiram ao local em que praticam atividades esportivas, o que é positivo, pois a atividade física é apontada como um fator de proteção (ASSIS; CONSTANTINO, 2005; PRATTA; SANTOS, 2007); neste mesmo campo, há referência de amor a professores de educação física, o que reforça referência positiva aos adolescentes. No entanto, um adolescente nem quis referir um quarto espaço que frequenta, o que pode sugerir fragilidade em suas relações sociais e quatro adolescentes responderam não ter ninguém de quem gostam. Esses dados podem apontar para fatores de risco, de encontro com Boeckel e Sarriera (2006).

Houve indícios de transmissão intergeracional em pouco mais da metade das práticas educativas, tanto do ramo materno (Comportamento Moral, Monitoria Negativa, Punição

Inconsistente e Disciplina Relaxada), quanto do ramo paterno (Monitoria Positiva, Comportamento Moral, Abuso Físico e Punição Inconsistente), o que vai de encontro com outros pesquisadores da área que demonstram a tendência da repetição de padrões comportamentais entre gerações (KITAMURA et al., 2009; FONAGY, 1999; EBENÉZER et al., 2002; WEBER et al., 2006; BERLIN et al., 2011; MÜLLER et al., 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um olhar mais profundo sobre o ciclo de vida familiar implica observar a transposição de etapas pelas quais as pessoas deste grupo estão passando (CEVERNY; BERTHOUD, 1997), assim como se propôs o olhar desta pesquisa, uma investigação envolvendo três gerações de uma mesma família. Como transmissão intergeracional, Lisboa et al. (2007) entendem que é passagem de padrões de uma geração à outra, ainda que possa ter características de patologias ou perturbações. De acordo com Ruiz Correa (2000) a transmissão relaciona-se com a história e os laços que se estabeleceu entre as pessoas que configuram a família.

O presente estudo propôs uma pesquisa envolvendo adolescentes, genitores e avós, partindo com os objetivos de: 1. caracterizar as famílias dos adolescentes em liberdade assistida; 2. descrever o tipo de vínculo de apego estabelecido entre os participantes das três gerações (avós, mães/pais e adolescentes); 3. identificar as relações afetivas de adolescentes em liberdade assistida em diferentes contextos (família, escola, amigos e outros) e; 4. descrever as práticas educativas de três gerações (avós, genitores e adolescentes em liberdade assistida) considerando como foram educados e como educaram, no caso dos adultos.

Para atingir tais objetivos foi selecionada uma metodologia composta por quatro instrumentos e utilizou-se a abordagem bioecológica como fundamento teórico (BRONFENBRENNER, 1996; 2000). Esta abordagem, embora diluída, mas presente em todo o trabalho permitiu ampliar a visão a respeito dos adolescentes em conflito com a lei, ficando claro o quanto eles são vítimas de uma situação sócio-histórica e cultural.

Buscando uma compreensão sob a ótica desta teoria, dentro do constructo Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (PPCT), sinaliza-se a seguir pontos relevantes dentro de cada um deles que foram analisados neste estudo. No núcleo *Pessoa* foi focalizado o adolescente com suas características individuais, a maneira como vem reagindo ao ambiente, ou seja, seu histórico acadêmico e infracional.

Outro núcleo investigado foi o *Contexto*, composto por quatro subsistemas. No *Microsistema* procurou-se investigar as pessoas com quem os adolescentes convivem, as relações estabelecidas entre elas, os papéis que desempenham e também o espaço físico da residência e condições materiais.

No *Mesosistema*, em que se analisam as interrelações entre dois ou mais ambientes, foi investigada as relações do adolescente com pessoas de outros ambientes, dos quais ele participa como a escola, o ambiente religioso e o centro esportivo, para alguns. Já no *Exossistema* verificou-se a situação profissional dos genitores ou padrasto e a renda familiar, o que demonstrou dificuldades econômicas que afastam o adolescente de bens de consumo. Também se investigou as práticas educativas que os genitores receberam, o que tende a influenciar suas práticas parentais com os adolescentes, de acordo com a literatura (FONAGY, 1999; EBENÉZER et al., 2002; WEBER et al., 2006; GOMIDE, 2006; KITAMURA et al., 2009; BERLIN et al., 2011).

Em relação ao *Macrossistema*, que pode ser considerado como uma radiografia social para uma subcultura particular, identificou-se a pobreza e implicações sociais da mesma para todo o grupo familiar.

O núcleo *Processo* pode ser visto como um elo mediador entre o contexto e o indivíduo. O *Processo*, aqui, estaria representado pelas relações familiares, os vínculos afetivos e as práticas educativas e não podem ser considerados sem levar em conta os núcleos Contexto e Pessoa.

Já em relação ao *Tempo*, podem-se considerar aqui dois aspectos: a transmissão intergeracional de práticas educativas e as mudanças na lei em relação a forma de ver e trabalhar com adolescentes em conflito com a lei.

Essa análise bioecológica dos fatores que envolvem os adolescentes e seus familiares, neste estudo, vai ao encontro às colocações de Souza et al. (2011) que reforçam a importância de investimento em políticas públicas e sociais. Estas ações devem envolver todo o conjunto de estruturas concêntricas no qual se insere os adolescentes e seus familiares, que vivem em condição de vulnerabilidade social, promovendo transformações nos diversos sistemas que os adolescentes participam (família, escola, comunidade) a partir de mudanças de comportamento dos adolescentes que vivenciaram novos papéis em um novo microsistema proporcionado por intervenções sociais.

Analizando os aspectos que poderiam ser melhorados, neste estudo, destaca-se que o instrumento utilizado para avaliação dos vínculos de apego pode não ter sido eficiente para avaliar o que se propõe, e pode ter ocasionado viés nas respostas ao mesmo, sugerindo-se novas pesquisas com outro tipo de instrumento para aferir o apego. Outro aspecto que valorizaria os resultados e ampliaria sua importância é a respeito de uma amostra maior que permitisse uma análise estatística consistente para se verificar a transmissão intergeracional das práticas educativas. Outro ponto que poderia ser considerado é o enfoque em adolescentes

em conflito com a lei dos dois gêneros, apesar de que esta era a ideia inicial desta pesquisa e isso só não ocorreu pela dificuldade em encontrar adolescentes femininos e seus familiares que preenchessem os critérios de seleção definidos. Há necessidade também da inclusão de mais participantes da figura paterna, sejam pais biológicos ou padrastos, que tenham convivido com os adolescentes.

Já em relação a sugestão de projetos futuros, sugere-se estudos longitudinais que considerem a dimensão temporal destacada por Bronfenbrenner (1996, 2000) em suas duas vertentes: a) a passagem histórica, que foi parcialmente contemplado nesta pesquisa; b) o tempo como um processo microgenético de interação que ocorre entre o desenvolvimento individual e o daqueles ao redor do ambiente, isto é, o acompanhamento destes adolescentes e de seus familiares ao longo de um tempo.

Ao chegar ao final desse trabalho, considera-se que esse estudo tenha atingido os objetivos propostos, apresentando resultados que clarificam acerca das famílias pesquisadas e das relações intergeracionais próprias dos participantes. A presente pesquisa mostra sua relevância a medida que coloca atenção na relação entre três gerações (adolescentes, genitores e avós) podendo aprofundar o contexto familiar e avaliações particulares de cada membro das gerações sob diferentes enfoques, a partir de diferentes instrumentos adotados no método.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- AINSWORTH, M.D.S. et al. **Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1978.
- AINSWORTH, M.D.S. Object relationships, dependency, and attachment: a theoretical review of the infant-mother relationship. **Child Development**. v. 40, 969-1025, 1969.
- AINSWORTH, M.D.S. et al. Individual differences in strange situation behavior of one-year-olds. Em H.R. Schaffer (Org.) **The origins of human social relations**. p. 17-57, London: Academic Press, 1971.
- ALMEIDA, I.G. et al. A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos (PP. 119-172). In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Orgs.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (org.) **DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (D. Batista, trad., 4ªed.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARAÚJO, A. F. Percepção dos estilos educativos parentais e ajustamento psicológico do adulto – comparação entre indivíduos com e sem perturbações depressivas. **Paidéia**. v.12, n.24, p.215-227, 2003.
- AREDES, R. M. A. P.; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência e Saúde Coletiva**. 12 (5): 1185-1192, 2007.
- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. C. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p. 81-90, 2005.
- AVIEZER, O. et al. School competence in young adolescence: Links to early attachment relationships beyond concurrent self-perceived competence and representations of relationships. **International Journal of Behavioral Development**. v.26, p.397-409, 2002.
- BAUMRIND, D. **Authoritarian vs. Authoritative Parental Control**. Adolescence, v.3, n.11, 1968.
- BAUMRIND, D. Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. **Child Development**, v. 37, n.4, p.887-907, 1966.
- BERLIN, L.J. et al. Intergenerational Continuity in Child Maltreatment: Mediating Mechanisms and Implications for Prevention. **Child Development**. v.82, n.1, p. 162–176, Jan./Feb. 2011.

BOCK, A. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOECKEL, M. G. SARRIERA, J.C. Estilos parentais, estilos atribucionais e bem-estar psicológico em jovens universitários. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. v.16, n.3, p. 53-65, 2006.

BOSMA, H.; GERLSMA, C. From early attachment relations to the adolescent and adult organization of self. In: VALSINER, J.; CONNOLLY, K.J. (Orgs.). **Handbook of Developmental Psychology**. London: Sage; p. 450-489; 2003.

BOWLBY, J. **Apego - apego e perda**. v. 1 da trilogia Apego e Perda. 3ª edição (Edição original data de 1984) São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOWLBY, J. **Formação e Rompimento de Laços Afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997; 1976.

BOWLBY, J., **Separação - Angústia e Raiva**. v. 2 da trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRANCO, B.M.; WAGNER, A. Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. v.14, n.2, p.557-566, 2009.

BRANCO, B.M. et al. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 21, n.1, p.125-132, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988.

BRASIL, K.T.; et al. Fatores de risco na adolescência: discutindo dados do DF. **Paidéia**. v.16, n.35, p.377-384, 2006.

BRASIL. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - Ilanud. Coordenação Geral: Paula Miraglia (Org.). **Mapeamento Nacional sobre Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Relatório resumido**. 2007.

BRASIL. Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. **Dispõe sobre o Código Penal**. 1940.

BRASIL. Lei nº 3688, de 3 de outubro de 1941. **Dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais**. 1941.

BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lex**: Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. 1993.

BRASIL. Lei nº 16807, de 1 de maio de 2011. **Dispõe sobre o piso salarial no Estado do Paraná** e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000.

BRASIL. Lei nº 10826, de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm - define crimes e dá outras providências**, 2003.

BRASIL, Lei nº 11343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. 2011.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Índice de Homicídios na Adolescência no Brasil: IHA**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Índice de Homicídios na adolescência no Brasil: IHA**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. **Saúde de adolescentes e jovens**. Caderneta. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/saude/>> Acesso em: 28 fevereiro 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção Dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Org.). **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte**. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/ppcaam>>. Acesso em: 26 jan. 2012b.

BRITO, L. M. T. Liberdade assistida no horizonte da doutrina da proteção integral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.23, n.2, 133-138, 2007.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, n. 9, p. 115-125, 2000.

BROWN, F.H. O impacto da morte e da doença grave sobre o ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.393-414.

CALHEIROS, M.M.; MONTEIRO, M.B. Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência. **Análise Psicológica**.v.2, p.195-210, 2007.

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, M. C. N.; GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 22 (3), 263-275, julho – setembro, 2005.

CECCONELLO, A.M. et al. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 8, n. esp., p. 45-54, 2003.

CEVERNY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. e cols. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CIARALLO, C. R. C. A. e ALMEIDA, A. M. O. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. **Fractal: Revista de Psicologia**. 2009, v.21, n.3, p.613-630.

COLLINS N.L.; READ, S.J. Adult Attachment, Working Models, and Relationship Quality in Dating Couples. **Journal of Personality and Social Psychology**. v. 5, n. 5, 644-663, 1990.

COSTA, C.R.B.S.F.; ASSIS, G.A. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre. v.18, n.3, p. 368-385, set-dez., 2006.

COSTA, L.G. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas** (mestrado). UFRS, 2009.

CRUZ-NETO, O.; MOREIRA, M.R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cadernos de Saúde Pública**. v.14, n.2, p. 437-441, 1998.

DALBEM, J.X.; DELL'AGLIO, D.D. Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. In: **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 1, pp. 33-40, jan./mar. 2008.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DESSEN, M. A. Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 30, p. 202-219, 2010.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 16 n. 3, p. 221-231, set-dez 2000.

DESSEN, M. A. Questionário de caracterização do sistema familiar. In: WEBER, L.N.D. (org.) **Família e desenvolvimento humano**. Curitiba: Juruá, p. 29-42, 2009.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In: DESSEN, M. A. e COSTA Jr., A. L. (orgs.) **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

DUNN, J.; DEATER-DECKARD, K. **Children's Views of Their Changing Families**. Layerthorpe, Inglaterra: Joseph Rowntree Foundation, 2001.

EBENÉZER, A. O., et al. Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamento de externalização e internalização. **Psicologia: Reflexão e crítica**. Porto Alegre, v.15, n.1, p.1-11, 2002.

ESPÍNDULA, Daniel H. P., SANTOS, Maria de Fátima de S. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, 2004.

FONAGY, P. Persistencias transgeracionales del apego: una nueva teoría. **Revista Internacional de Psicoanálisis “Aperturas Psicoanalíticas”**. n. 3, 1999. Disponível em: <www.aperturas.org/3fonagy.html>, Acesso em 23/01/2012

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Secretaria Municipal de Assistência Social (Org.). **Programa de Liberdade Assistida: Relatório dos adolescentes**. Departamento de Proteção Social, Foz do Iguaçu, 03 dez. 2011.

FULMER, R. H. Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. In: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.468-496, 1995.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**. 7 (1): 81-95, 2005.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**. v.38, n.133, p.41-59, jan-abr., 2008.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, P. I. C. A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 26 (1), 25-34, janeiro – março, 2009.

GOMIDE, P. I. C. et al. Correlação entre práticas educativas parentais, depressão, estresse e habilidades sociais. **Psico-USF**, v.10, n.2, p.169-178, jul./dez. 2005.

GOMIDE, P. I. C. et al. Estilos parentais e comportamento anti-social. Em A. Del Prette e Z. Del Prette (Orgs.). **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção**. Campinas: Alínea. 2003

GOMIDE, P. I. C. **Manual do inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação**. Vozes: Petrópolis, 2006.

GOMIDE, P. I. C. **Pais presentes, pais ausentes**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOMIDE, P.I.C. **Menor Infrator: A caminho de um novo tempo**. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2000.

GOSSELIN, C. **La fonction des comportements de soin parental: une reconceptualisation de la sensibilité maternelle**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2, 103-111, 2000.

GRPCOM (Grupo Paranaense de Comunicação) (org.). **Campanha Paz sem Voz é Medo. Disponível em:** <www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo> Acesso em: 01 fevereiro 2012.

HAZAN, C.; SHAVER, P. **Parental caregiving style questionnaire**. Unpublished questionnaire. 1986.

HOFFMAN, C. A autoridade e a questão do pai. **Ágora**. Rio de Janeiro, v. IX, n. 2, p.169-176, jul/dez, 2006.

JACOBINA, O. M. P.; COSTA, L. F. “Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v. 10, n. 2, p. 95-110, 2007.

JORDÃO, A. B.; RAMIRES, V. R. R. Adolescência e organização de personalidade borderline: caracterização dos vínculos afetivos. **Paidéia**. v. 20, n. 47, p. 421-430, set-dez., 2010.

KITAMURA, T. et al. Intergenerational Transmission of Parenting Style and Personality: Direct Influence or Mediation? **Journal of Child and Family Studies**. v.18, p. 541–556, 2009.

KREPPNER, K. Social relations and affective development in the first two years in family context. In: VALSINER, J.; CONNOLLY, K.J. (Orgs.). **Handbook of Developmental Psychology**. London: Sage. p.194-216, 2003.

LAIBLE, D.J. et al. Pathways to self-esteem in late adolescence: The role of parent and peer attachment, empathy, and social behaviours. **Journal of Adolescence**. v.27, p.703-716, 2004.

LIMA, I.M.S.O. et al. Experiências de violência intrafamiliar entre adolescentes em conflito com a lei. In: **Rev.Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano**. v.16, n.2, p.16-24, 2006.

LISBOA, A. V. et al. Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 12, n. 1, p. 51-59, jan./abr. 2007.

MELCHIORI, L. E.; DESSEN, M. A. A teoria do apego: contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano. In: CAPELLINI, V. L. F.; MANZONI, R. M.(org.) **Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem**. Bauru: UNESP/FC: Cultura Acadêmica, 2008.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOSS, E.; ST- LAURENT, D. Attachment at school age and academic performance. **Developmental Psychology**. v.37, p.863-874, 2001.

MÜLLER, R. T. et al. The intergenerational transmission of corporal punishment: a comparison of social learning and temperament models. **Child Abuse & Neglect**. v. 19, n. II, p. 1323-1335, 1995.

OLIVEIRA, M. R. **Nascimento de filhos: rede social de apoio e envolvimento de pais e avós.** 147 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, 2007.

OLIVEIRA, M. R. As relações intergeracionais e a participação dos avós na família dos filhos. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Problemas de La salud de La adolescencia. Informe de um comitê de expertos de la O. M. S. (Informe técnico nº 308). Ginebra, 1965.

PACHECO, J. et al. Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n.1, p. 55-61, 2005.

PAIVA, F. S.; RONZANI, T. M. Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 14, n. 1, p. 177-183, jan./mar. 2009.

PASSAMANI, M. E.; ROSA, E. M. Conhecendo um Programa de Liberdade Assistida pela percepção de seus operantes. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 29, n. 2, p330-345, 2009.

PATTERSON, G. R. et al. **Antisocial boys**. USA: Castalia Publishing Company, 1992.

PENAGOS, A. et al. Apego, relaciones románticas y autoconcepto en adolescentes bogotanos. **Univ. Psychol. Bogotá** (Colombia), 5 (1): 21-36, enero-abril, 2006.

PETZOLD, M. The psychological definition of the family . Em M. Cusinato (Org.) **Research on family: Resources and needs across the world** (pp. 25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie, 1996.

POLÍCIA MILITAR – PR. **Ofício nº 324/2012 – P3** em resposta à solicitação de dados referentes a tipos de crimes em Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 2012.

PRATTA, E. M.; SANTOS, M. A. Lazer e uso de substâncias psicoativas na adolescência: possíveis relações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 23, n. 1, p. 43-52, jan-mar, 2007.

PRETO, N. G. Transformação do sistema familiar na adolescência. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.223-247, 1995.

PRUST, L. W.; GOMIDE, P. I. C. Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.24, n.1, p. 232-247, jan-mar, 2007.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**. v.16, n.1, 2006.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF**. v. 16, n. 2, p. 215-225, mai./ago. 2011.

RIOS, K. S. A.; WILLIAMS, L. C. A. Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.13, n.4, p.799-806, out./dez. 2008.

RODRIGUES, O. M. P. R.; MELCHIORI, L. E. **Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de bebês**. No prelo, 2012.

RUIZ CORREA, O. B. O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

SÁ, D. G. F. et al. Exposição à violência como risco para o surgimento ou a continuidade de comportamento antissocial em adolescentes da região metropolitana de São Paulo. In: **Psicologia: Teoria e Prática**. v. 11, n. 1, p.179-188, 2009.

SARTI, C. A. **A família como um espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 707-717, jul./set., 2005.

SCHOEN-FERREIRA, T.H. et al. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 26, n. 2, p. 227-234, abr-jun, 2010.

SILVA, E. R. A; GUERESI, S. **Adolescente em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília: IPEA/Ministério da Justiça, 2003.

SILVA, I. R. O.; SALLES, L. M. F. Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 28, n. 3, p.353-362, julho – setembro, 2011.

SILVA, A. P. S. **O jovem em conflito com a lei na cidade de Ribeirão Preto – SP, 1986-1996** (mestrado). Ribeirão Preto, SP: Universidade de São Paulo; 1999.

SILVA, M. S.; MURTA, S. G. Treinamentos de habilidades sociais para adolescentes: uma experiência no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). **Psicologia: reflexão e crítica**. v. 22, n. 1, p. 136-143, 2009.

SIQUEIRA, A. C. et al. Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizado. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. v. 61, n. 1, 2009.

SOUZA, A. P. L. et al. Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. **Paidéia**. v. 21, n. 49, p. 273-278, mai-ago 2011.

TOMANIK, Eduardo Augusto. **O Olhar no Espelho – Conversas sobre a pesquisa em Ciências Sociais**. Maringá: Eduem, 2004.

TRICKETT, P.K. et al. Child maltreatment and adolescent development. **Journal of Research on Adolescence**. v. 21, n. 1, p. 3-20, 2011.

UNICEF - Fundo Das Nações Unidas Para A Infância (Org.). **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Situação da Adolescência Brasileira 2011. Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

VARGAS, J. D.; MARINHO, F. C. O programa liberdade assistida em Belo Horizonte. **Educação & Realidade**. v. 33, n. 2, 2008.

WAGNER, A. et al. Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. mai-ago 2005, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

WAGNER, A.; FÈRES-CARNEIRO, T. O recasamento e a representação gráfica da família. In: **Temas em Psicologia**. SBP, v. 8, n. 1, p. 11-19, 2000.

WEBER, L. N. D. et al. Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional de estilos parentais. In: **Paidéia**. São Paulo, v.16, n.35, p. 407-414, 2006.

WEBER, L. N. D. et al. Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 17, n. 3, p. 323-331; 2004.

WINNICOTT, D. W. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZANE, V. C. **Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Adolescente

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Adolescente

Eu, _____, RG no _____, fui convidado a participar da pesquisa: “O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós: vinculação e práticas parentais” com o objetivo de avaliar ligações afetivas familiares e extra-familiares e práticas educativas utilizadas. Antes de assinar este termo, e de livre vontade, aceitei o convite, tendo sido esclarecido sobre os seguintes aspectos:

- 1 – Esta pesquisa tem orientação da psicóloga e professora do departamento da pós-graduação do curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Dr^a Ligia Ebner Melchiori; e como pesquisadora Viviane Terres Ribeiro, aluna do referente curso;
- 2 – A coleta de dados será realizada através da aplicação de quatro instrumentos, em encontros com os adolescentes, seus genitores e seus avós maternos e/ou paternos em data adversa agendadas previamente e de comum acordo;
- 3 – Os participantes podem recusar-se a participar da pesquisa ou interromper sua participação sem que isto se constitua em qualquer prejuízo para ele.

Tendo lido e sido devidamente esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, e por aceitar que os resultados deste estudo possam ser utilizados com finalidades científicas, sem identificar os participantes individualmente, concordo em participar.

Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar desta pesquisa.

Assinatura do participante

Data: ____/____/____

Responsável pelo esclarecimento: _____

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável

Termo do Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável

Eu, _____, RG no _____, fui convidado a participar da pesquisa: “O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós: vinculação e práticas parentais” com o objetivo de avaliar ligações afetivas familiares e extra-familiares e práticas educativas utilizadas. Antes de assinar este termo, e de livre vontade, aceitei o convite, e autorizo a participação do meu filho ou filha _____

tendo sido esclarecida sobre os seguintes aspectos:

- 1 – Esta pesquisa tem orientação da psicóloga e professora do departamento da pós-graduação do curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Dr^a Ligia Ebner Melchiori; e como pesquisadora Viviane Terres Ribeiro, aluna do referente curso;
- 2 – A coleta de dados será realizada através da aplicação de quatro instrumentos, em encontros com os adolescentes, seus genitores e seus avós maternos e/ou paternos em data adversa agendadas previamente e de comum acordo;
- 3 – Os participantes podem recusar-se a participar da pesquisa ou interromper sua participação sem que isto se constitua em qualquer prejuízo para ele.

Tendo lido e sido devidamente esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, e por aceitar que os resultados deste estudo possam ser utilizados com finalidades científicas, sem identificar os participantes individualmente, concordo em participar.

Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar desta pesquisa.

Assinatura do Responsável

Data: ____/____/____

Responsável pelo esclarecimento: _____

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das avós

Termo do Consentimento Livre e Esclarecido da (o) avó (ô)

Eu, _____, RG no _____, fui convidado a participar da pesquisa: “O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós: vinculação e práticas parentais” com o objetivo de avaliar ligações afetivas familiares e extra-familiares e práticas educativas utilizadas. Antes de assinar este termo, e de livre vontade, aceitei o convite, tendo sido esclarecida sobre os seguintes aspectos:

1 – Esta pesquisa tem orientação da psicóloga e professora do departamento da pós-graduação do curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Dr^a Ligia Ebner Melchiori; e como pesquisadora Viviane Terres Ribeiro, aluna do referente curso;

2 – A coleta de dados será realizada através da aplicação de quatro instrumentos, em encontros com os adolescentes, seus genitores e seus avós maternos e/ou paternos em data adversa agendadas previamente e de comum acordo;

3 – Os participantes podem recusar-se a participar da pesquisa ou interromper sua participação sem que isto se constitua em qualquer prejuízo para ele.

Tendo lido e sido devidamente esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, e por aceitar que os resultados deste estudo possam ser utilizados com finalidades científicas, sem identificar os participantes individualmente, concordo em participar.

Minha assinatura demonstra que concordei livremente em participar desta pesquisa.

Assinatura do participante

Data: ____/____/____

Responsável pelo esclarecimento: _____

ANEXOS

Anexo A – Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) adaptado (aplicado nas avós do adolescente) – Auto-aplicação

Inventário de Estilos Parentais (IEP)⁶ Práticas educativas maternas e paternas Auto-aplicação (aplicado nas avós dos adolescentes)

O objetivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação de meus filhos. Não existem respostas certas ou erradas. Responda cada questão com sinceridade e tranquilidade. Suas informações serão sigilosas. Escolha, entre as alternativas a seguir, aquelas que mais refletem a forma **como você educou** seu filho (a). Pense em quando ele (a) era **adolescente**.

Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Sexo: () m () f

Nome do filho (a): _____

Responda a tabela a seguir fazendo um X no quadrinho que melhor indicar a frequência com que **MEU FILHO (A)** agia nas situações relacionadas; mesmo que a situação descrita nunca tenha ocorrido, responda considerando o meu possível comportamento naquelas circunstâncias.

Utilize a legenda de acordo com o seguinte critério:

NUNCA: se, considerando 10 episódios, ele (a) agiu daquela forma entre 0 e 2 vezes.

ÀS VEZES: se, considerando 10 episódios, ele (a) agiu daquela forma entre 3 e 7 vezes.

SEMPRE: se, considerando 10 episódios, ele (a) agiu daquela forma entre 8 e 10 vezes.

1. Quando meu filho (a) saía, ele (a) contava espontaneamente onde ia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
2. Ensinava meu filho (a) a devolver objetos ou dinheiro que não pertenciam a ele (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
3. Quando meu filho (a) fazia algo errado, a punição que eu aplicava era mais severa dependendo do meu humor
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
4. Meu trabalho atrapalhava na atenção que eu dava para meu filho (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
5. Ameaçava que ia bater ou castigar meu filho (a) e depois eu não fazia nada
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
6. Eu criticava qualquer coisa que meu filho (a) fizesse, como o quarto estar desarrumado ou meu filho (a) estar com os cabelos despenteados
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
7. Eu batia em meu filho (a) com cinta ou outros objetos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
8. Eu perguntava a meu filho (a) como havia sido seu dia na escola e ouvia-o atentamente
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
9. Se meu filho (a) colasse na prova, eu explicava que era melhor tirar nota baixa do que enganar a professora ou ele (a) mesmo (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
10. Quando eu estava alegre, não me importava com as coisas erradas que meu filho (a) fizesse
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
11. Meu filho (a) sentia dificuldade em contar seus problemas para mim, porque eu vivia ocupado (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
12. Quando eu castigava meu filho (a) e ele (a) pedia para sair do castigo, após um pouco de insistência, eu deixava ele (a) sair
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
13. Quando meu filho (a) saía, eu muitas vezes telefonava o procurando por ele ou ia procurá-lo
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
14. Meu filho (a) tinha muito medo de apanhar de mim
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

⁶ Adaptado de Gomide (2006)

15. Quando meu filho (a) estava triste ou aborrecido(a), eu me interessava em ajudar ele (a) a resolver o problema
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
16. Se meu filho (a) estragava alguma coisa de alguém, eu o te ensinava a contar o que fez e pedir desculpas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
17. Eu o castigava quando estava nervoso; assim que passava a raiva, eu pedia desculpas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
18. Meu filho (a) ficava sozinho em casa a maior parte do tempo
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
19. Durante uma briga, meu filho (a) xingava ou gritava comigo e, então, eu o (a) deixava em paz
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
20. Eu controlava com quem meu filho (a) falava ou saía
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
21. Meu filho (a) ficava machucado (a) quando eu batia nele (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
22. Mesmo quando eu estava ocupado (a) ou viajando, eu telefonava para saber como meu filho (a) estava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
23. Eu aconselhava meu filho (a) a ler livros, revistas ou ver programas de TV que mostrassem os efeitos negativos do uso de drogas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
24. Quando eu estava nervoso, acabava descontando em meu filho (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
25. Percebia que meu filho (a) sentia que eu não dava atenção para ele (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
26. Quando eu mandava meu filho (a) estudar, arrumar o quarto ou voltar pra casa, e ele (a) não obedecia, eu “deixava pra lá”
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
27. Especialmente na hora das refeições, eu ficava dando “broncas”
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
28. Meu filho (a) sentia ódio de mim quando eu batia nele (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
29. Após uma festa, eu queria saber se meu filho (a) se divertiu
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
30. Eu conversava com meu filho (a) sobre o que era certo ou errado no comportamento dos personagens dos filmes e dos programas de TV
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
31. Eu era mal-humorado
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
32. Eu não sabia dizer do que meu filho (a) gostava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
33. Eu avisava que não ia dar um presente a meu filho (a) caso não estudasse, mas, na hora “H”, ficava com pena e dava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
34. Se meu filho (a) fosse a uma festa, eu somente queria saber se havia bebido, fumado ou se estava com aquele (a) grupo de maus elementos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
35. Eu era agressivo (a) com meu filho (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
36. Eu estabelecia regras (o que podia e o que não podia ser feito) e explicava suas razões sem brigar
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
37. Eu conversava sobre meu futuro trabalho mostrando os pontos positivos ou negativos da escolha de meu filho (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
38. Quando eu estava mal-humorado (a), não deixava que meu filho (a) saísse com os amigos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
39. Eu ignorava os problemas do meu filho (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
40. Quando meu filho (a) ficava muito nervoso (a) em uma discussão ou briga, ele (a) percebia que isto me amedrontava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
41. Se meu filho (a) estivesse aborrecido(a), eu ficava insistindo para ele (a) contar o que tinha acontecido, mesmo que ele (a) não quisesse
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
42. Eu era violento com meu filho (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

Anexo B – Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) adaptado (aplicado na mãe e pai/padrasto do adolescente) – Práticas parentais maternas

**Inventário de Estilos Parentais (IEP)⁷
Práticas parentais *maternas*
(aplicado na mãe e pai/padrasto do adolescente)**

O objetivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação de seus filhos. Não existem respostas certas ou erradas. Responda cada questão com sinceridade e tranquilidade. Suas informações serão sigilosas. Escolha, entre as alternativas a seguir, aquelas que mais refletem a forma **como sua mãe** o (a) educou. Pense em quando você era **adolescente**.

Identificação

Nome: _____ Idade: _____
Escolaridade: _____ Sexo: () m () f

Responda a tabela a seguir fazendo um X no quadrinho que melhor indicar a frequência com que sua **MÃE** ou responsável agia nas situações relacionadas; mesmo que a situação descrita nunca tenha ocorrido, responda considerando o possível comportamento de sua mãe naquelas circunstâncias.

Utilize a legenda de acordo com o seguinte critério:

NUNCA: se, considerando 10 episódios, ela agiu daquela forma entre 0 e 2 vezes.

ÀS VEZES: se, considerando 10 episódios, ela agiu daquela forma entre 3 e 7 vezes.

SEMPRE: se, considerando 10 episódios, ela agiu daquela forma entre 8 e 10 vezes.

1. Quando você saía, contava a ela espontaneamente onde ia.
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
2. Ela lhe ensinava a devolver objetos ou dinheiro que não te pertenciam.
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
3. Quando fazia algo errado, a punição de minha mãe era mais severa dependendo do seu humor
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
4. O trabalho da sua mãe atrapalhava a atenção dela para com você
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
5. Ela ameaçava que ia bater ou castigar você e depois nada acontecia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
6. Ela criticava qualquer coisa que você fizesse, como o quarto estar desarrumado ou você estar com os cabelos despenteados
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
7. Ela batia em você com cinta ou outros objetos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
8. Ela perguntava a você como foi seu dia na escola e ouvia-o atentamente
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
9. Se você colasse na prova, ela explicava que era melhor tirar nota baixa do que enganar a professora ou a você mesmo (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
10. Quando ela estava alegre, não se importava com as coisas erradas que você fizesse
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
11. Você sentia dificuldade em contar seus problemas a ela, porque ela vivia ocupada
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
12. Quando ela te castigava, você pedia para sair do castigo, e, após uma pouco de insistência, ela deixava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
13. Quando você saía, ela muitas vezes telefonava te procurando ou ia procurá-lo(a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
14. Você tinha muito medo de apanhar dela
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

⁷ Adaptado de Gomide (2006)

15. Quando você estava triste ou aborrecido(a), ela se interessava em te ajudar a resolver o problema
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
16. Quando você estragava alguma coisa de alguém, ela te ensinava a contar o que fez e pedir desculpas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
17. Ela te castigava quando estava nervoso; assim que passava a raiva, ela pedia desculpas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
18. Você ficava sozinho em casa a maior parte do tempo
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
19. Durante uma briga, você xingava ou gritava com ela e, então, ela o deixava em paz
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
20. Ela controlava com quem você falava ou saía
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
21. Você ficava machucado(a) quando ela te batia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
22. Mesmo quando sua mãe estava ocupada ou viajando, ela telefonava para saber como você estava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
23. Ela te aconselhava a ler livros, revistas ou ver programas de TV que mostrassem os efeitos negativos do uso de drogas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
24. Quando ela estava nervosa, acabava descontando em você
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
25. Você sentia que ela não te dava atenção
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
26. Quando ela te mandava estudar, arrumar o quarto ou voltar pra casa, e você não obedecia, ela “deixava pra lá”
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
27. Especialmente na hora das refeições, ela ficava dando “brincas”
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
28. Você sentia ódio de sua mãe quando ela te batia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
29. Após uma festa, ela queria saber se você se divertiu
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
30. Ela conversava com você sobre o que era certo ou errado no comportamento dos personagens dos filmes e dos programas de TV
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
31. Ela era mal-humorada
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
32. Ela ignorava o que você gostava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
33. Ela avisava que não ia te dar um presente caso não estudasse, mas na hora “H”, ela ficava com pena e dava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
34. Se você fosse a uma festa, ela somente queria saber se havia bebido, fumado ou se estava com aquele grupo de maus elementos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
35. Ela era agressiva com você
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
36. Ela estabelecia regras (o que podia e o que não podia ser feito) e explicava suas razões sem brigar
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
37. Ela conversava sobre seu futuro trabalho mostrando os pontos positivos ou negativos da sua escolha
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
38. O mau humor dela impedia que você saísse com os amigos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
39. Ela ignorava seus problemas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
40. Quando você ficava muito nervoso(a) em uma discussão ou briga, percebia que isto amedrontava sua mãe
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
41. Quando você estava aborrecido(a), ela ficava insistindo para contar o que tinha acontecido, mesmo que não quisesse
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
42. Ela era violenta
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

Anexo C – Inventário de Estilos Parentais (GOMIDE, 2006) adaptado (aplicado na mãe e pai/padrasto do adolescente) – Práticas parentais paternas

**Inventário de Estilos Parentais (IEP)⁸
Práticas parentais *paternas*
(aplicado na mãe ou pai/padrasto do adolescente)**

O objetivo deste instrumento é estudar a maneira utilizada pelos pais na educação de seus filhos. Não existem respostas certas ou erradas. Responda cada questão com sinceridade e tranquilidade. Suas informações serão sigilosas. Escolha, entre as alternativas a seguir, aquelas que mais refletem a forma **como seu pai** o (a) educou. Pense em quando você era **adolescente**.

Identificação

Nome: _____ Idade: _____
Escolaridade: _____ Sexo: () m () f

Responda a tabela a seguir fazendo um X no quadrinho que melhor indicar a frequência com que seu **PAI** ou responsável agia nas situações relacionadas; mesmo que a situação descrita nunca tenha ocorrido, responda considerando o possível comportamento de seu pai naquelas circunstâncias.

Utilize a legenda de acordo com o seguinte critério:

NUNCA: se, considerando 10 episódios, ele agiu daquela forma entre 0 e 2 vezes.

ÀS VEZES: se, considerando 10 episódios, ele agiu daquela forma entre 3 e 7 vezes.

SEMPRE: se, considerando 10 episódios, ele agiu daquela forma entre 8 e 10 vezes.

1. Quando você saía, contava a ele espontaneamente onde ia.
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
2. Ele lhe ensinava a devolver objetos ou dinheiro que não te pertenciam.
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
3. Quando fazia algo errado, a punição de meu pai era mais severa dependendo do seu humor
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
4. O trabalho do seu pai atrapalhava a atenção dele para com você
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
5. Ele ameaçava que ia bater ou castigar você e depois nada acontecia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
6. Ele criticava qualquer coisa que você fizesse, como o quarto estar desarrumado ou você estar com os cabelos despenteados
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
7. Ele batia em você com cinta ou outros objetos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
8. Ele perguntava a você como foi seu dia na escola e ouvia-o atentamente
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
9. Se você colasse na prova, ele explicava que era melhor tirar nota baixa do que enganar a professora ou a você mesmo (a)
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
10. Quando ele estava alegre, não se importava com as coisas erradas que você fizesse
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
11. Você sentia dificuldade em contar seus problemas a ele, porque ele vivia ocupado
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
12. Quando ele te castigava, você pedia para sair do castigo, e, após um pouco de insistência, ele deixava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
13. Quando você saía, ele muitas vezes telefonava te procurando ou ia procurá-lo
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
14. Você tinha muito medo de apanhar dele
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

⁸ Adaptado de Gomide (2006)

15. Quando você estava triste ou aborrecido(a), ele se interessava em te ajudar a resolver o problema
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
16. Quando você estragava alguma coisa de alguém, ele te ensinava a contar o que fez e pedir desculpas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
17. Ele te castigava quando estava nervoso; assim que passava a raiva, ele pedia desculpas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
18. Você ficava sozinho em casa a maior parte do tempo
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
19. Durante uma briga, você xingava ou gritava com ele e, então, ele o deixava em paz
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
20. Ele controlava com quem você falava ou saía
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
21. Você ficava machucado (a) quando ele te batia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
22. Mesmo quando seu pai estava ocupado ou viajando, ele telefonava para saber como você estava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
23. Ele te aconselhava a ler livros, revistas ou ver programas de TV que mostrassem os efeitos negativos do uso de drogas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
24. Quando ele estava nervoso, acabava descontando em você
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
25. Você sentia que ele não te dava atenção
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
26. Quando ele te mandava estudar, arrumar o quarto ou voltar pra casa, e você não obedecia, ele “deixava pra lá”
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
27. Especialmente na hora das refeições, ele ficava dando “brincas”
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
28. Você sentia ódio de seu pai quando ele te batia
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
29. Após uma festa, ele queria saber se você se divertiu
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
30. Ele conversava com você sobre o que era certo ou errado no comportamento dos personagens dos filmes e dos programas de TV
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
31. Ele era mal-humorado
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
32. Ele ignorava o que você gostava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
33. Ele avisava que não ia te dar um presente caso não estudasse, mas na hora “H”, ele ficava com pena e dava
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
34. Se você fosse a uma festa, ele somente queria saber se havia bebido, fumado ou se estava com aquele grupo de maus elementos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
35. Ele era agressivo com você
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
36. Ele estabelecia regras (o que podia e o que não podia ser feito) e explicava suas razões sem brigar
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
37. Ele conversava sobre seu futuro trabalho mostrando os pontos positivos ou negativos da sua escolha
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
38. O mau humor dele impedia que você saísse com os amigos
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
39. Ele ignorava seus problemas
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
40. Quando você ficava muito nervoso(a) em uma discussão ou briga, percebia que isto amedrontava seu pai
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
41. Quando você estava aborrecido(a), ele ficava insistindo para contar o que tinha acontecido, mesmo que não quisesse
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
42. Ele era violento
☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

Anexo D – Questionário de Caracterização do Sistema Familiar adaptado de Dessen (2009)

Questionário de caracterização do sistema familiar versão – pais ou responsável

Adaptação de Dessen (2009)

I IDENTIFICAÇÃO

1. Adolescente: _____ Família: nº _____
2. Data de nascimento (do adolescente): ____ / ____ / ____
3. Residência: Área urbana () bairro nobre () periferia ou Área rural (especificar) _____
Há quanto tempo reside nesta localidade? _____
4. Questionário respondido por: () genitora () genitor () responsável
5. Aplicador: _____
6. Data: ____ / ____ / ____
7. Início: ____ h ____ min / Término: ____ h ____ min

II DADOS DEMOGRÁFICOS

8. Nome da mãe: _____ Pai: _____
Padrasto _____
 9. Idade (anos, meses):
Mãe biológica: _____ Madrasta: _____ Responsável: _____
Pai biológico: _____ Padrasto: _____
 10. Religião
 - a) Qual a religião predominante em sua família?
☐ Católica ☐ Evangélica ☐ Espírita ☐ Outras
 - b) Quem frequenta?
☐ Casal e filhos ☐ somente o casal ☐ somente os filhos ☐ Outras _____
Observações: _____
 - c) Frequência a cultos:
☐ semanalmente ☐ quinzenalmente ☐ mensalmente
☐ esporadicamente (pelo menos uma vez por ano) ☐ não frequentam
 11. Moradia:
 - 11.1. Condições de moradia:
 - a) Móveis (listar os móveis disponíveis):
 - a.1. Cozinha: ☐ armário ☐ mesa ☐ cadeiras
☐ bancos ☐ outros: especificar no verso
 - a.2. Sala: ☐ sofá ☐ mesa ☐ estante ☐ outros: especificar no verso
 - a.3. Quarto(s): ☐ cama ☐ guarda-roupa ☐ outros: especificar no verso
 - b) Aparelhos Domésticos/Eletrônicos:
☐ geladeira ☐ fogão ☐ TV ☐ som ☐ vídeo
☐ computador ☐ outros: _____
 - c) Infra-estrutura básica do local
(apenas no caso de projetos com coleta de dados em periferia)
 - c.1. Água: ☐ encanada ☐ cisterna
 - c.2. Esgoto: ☐ sim ☐ não
 - c.3. Banheiro: ☐ casinha fora de casa ☐ vaso sanitário
 - c.4. Observações: _____
 - d) Avaliação qualitativa das condições de moradia (se necessário)
☐ excelente ☐ muito boas ☐ boas ☐ razoáveis ☐ precárias
- Obs.: este item pode ser preenchido tanto pelo aplicador quanto pelo respondente.
- e) Há algum filho morando com parentes ou amigos? (especificar motivo) _____

III CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FAMILIAR

12. Quanto às atividades de lazer da família:

12.1. Tipo de atividades?

ATIVIDADES SOCIAIS	FREQUÊNCIA				
	Nunca	Menos que uma vez por mês	1 a 3 vezes ao mês	1 vez por semana	Diariamente
Religiosas					
Grupos de estudo / assistência à comunidade					
Missas / cultos em geral					
Eventos sociais / festas					
Encontros sociais com familiares / amigos					
Visitas					
Comemorações em geral					
Encontros em locais públicos / alimentação					
Culturais					
Festas típicas					
Cinema, teatro					
Visitas a centros culturais					
Não participa de atividades de lazer					

12.2. Com quem a família compartilha as atividades de lazer?

- ☐ Todos os membros da família
☐ Toda família com avós (que residem no mesmo local)
☐ Apenas mãe e filhos ☐ Toda família com parentes em geral
☐ Apenas pai e filhos ☐ Toda família com amigos

12.3. Quando as atividades de lazer são realizadas?

- ☐ Durante os Finais de Semana ☐ Durante a Semana

12.4. Qual a importância das atividades de lazer para a sua família? _____

13. Rotina da família:

13.1. Divisão de tarefas domésticas: Atribuições. Que pessoas fazem as atividades abaixo:

13.1.2. Cuidados dispensados com os afazeres domésticos:

	Mãe	Pai	Irmãos	Avós	Empregada	Vizinhos	Outros
a) Limpar a casa	☐	☐	☐	☐	☐	☐	___
b) Cozinhar	☐	☐	☐	☐	☐	☐	___
c) Lavar/passar roupas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	___
d) Comprar comida	☐	☐	☐	☐	☐	☐	___
e) Orientar a empregada nas tarefas domésticas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	___
f) Outras (especificar)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	___

14. Apenas no caso de a família contar com a ajuda de empregada doméstica

- a) Há quanto tempo tem empregada doméstica? _____
 b) Período de trabalho: ☐ tempo integral ☐ parcial ☐ diarista
 c) Qual o envolvimento da empregada doméstica na vida da família? _____

14.1. Características da rede social de apoio da família – Com que a mãe conta em caso de necessidade:

Obs.: Colocar a ordem de importância nos quadradinhos correspondentes e responder a questão sobre o tipo de participação e envolvimento na vida familiar, caso seja de interesse da pesquisa.

☐ MEMBROS FAMILIARES

☐ genitor ☐ filho adolescente ☐ marido ☐ padrasto ☐ 1º filho ☐ 2º filho ☐ 3º filho ☐ + 4 _____

Por parte da mãe: ☐ avô ☐ avó ☐ tio ☐ tia ☐ outros _____

Por parte do pai: ☐ avô ☐ avó ☐ tio ☐ tia ☐ outros _____

Qual a participação de cada uma das pessoas listadas na vida da família? _____

☐ REDE SOCIAL NÃO-FAMILIAR

☐ amigos ☐ vizinhos ☐ empregada ☐ outros _____

Qual a participação de cada uma das pessoas listadas na vida da família? _____

☐ INSTITUIÇÕES ☐ PROFISSIONAIS

☐ berçário/creche ☐ cuidador

☐ pré-escolar (criança de 2 a 6 anos) ☐ médico

☐ escola de ensino fundamental ☐ professor

☐ centro de saúde ☐ outros _____

☐ CREAS II

☐ outros _____

Qual a participação de cada uma das instituições listadas na vida da família? _____

Qual a participação de cada um dos profissionais listados na vida da família? _____

15. Dados de saúde da família:

15.1. Doenças na família:

DOENÇAS	MEMBROS DA FAMÍLIA						
	Avô/Avó	Mãe	Pai	Filhos(as)	Tios/tias Sobrinhos(as)	Padrasto	Outros (especificar)
Cardiovascular							
Transtornos mentais e de comportamento							
Respiratórias							
Osteo-musculares							
Gástricas							
Alergias							
Endócrina/ hormonal							
Deficiências/síndromes							
Outras _____							

15.2. Tipo de atendimento às famílias:

TIPOS DE ATENDIMENTO	Avô/Avó	Mãe	Pai	Filhos(as)	Tios/tias Sobrinhos(as)	Padrasto	Outros (especificar)
Médico							
Psicológico / Psiquiátrico							
Outros _____							

15.3. Uso de substâncias na família:

TIPO DE SUBSTÂNCIA	Avô/Avó	Mãe	Pai	Filhos (as)	Tios/tias Sobrinhos(as)	Padrasto	Outros (especificar)
Cigarro							
Álcool							
Drogas _____							

16. Sobre os principais eventos ocorridos com o adolescente e com a família:

16.1. Diretamente relacionados ao adolescente-alvo:

EVENTO	Nos últimos 6 meses	De 6 a 12 meses	Há mais de um ano (especifique)	Nunca aconteceu
--------	------------------------	--------------------	---------------------------------------	-----------------

Mudança de escola				
Repetência na escola				
Suspensão da escola				
Voltou a estudar				
Nascimento de um irmão				
Foi pego em ato infracional				
Agressão por parte de: a) mãe ou pai b) madrasta ou padrasto c) irmão ou irmã d) avós e) crianças da vizinhança f) professores da pré-escola g) outros _____				
Outras experiências que tiveram impacto na vida do adolescente? Liste-as: a) _____ b) _____ e assim por diante.				

16.2. Eventos relacionados ao grupo familiar:

EVENTO	Nos últimos 6 meses	De 6 a 12 meses	Há mais de um ano (especifique)	Nunca aconteceu
Mudança de cidade				
A mãe começou a trabalhar fora de casa				
Perda de emprego de um dos genitores (especificar).				
Problemas financeiros				
Hospitalização ou enfermidade na família: a) adolescente b) pais c) irmãos d) outros _____				
Morte na família: a) companheiro b) pai c) padrasto d) irmão ou irmãs e) avós f) amigos íntimos g) outros (especifique) _____				
Separação ou divórcio dos pais. Motivo: _____				
Conflitos/Brigas entre os pais a) sem agressões físicas b) com agressões físicas				
Problemas de saúde a) do pai: ☐ físico ☐ mental b) da mãe: ☐ físico ☐ mental				
Consumo de álcool Quem? _____				
Consumo de drogas ilegais Quem? _____				
Violação de leis (além do adolescente): a) Quem? _____ b) Quais? _____				
Outras experiências que tiveram impacto na vida da família? Liste-as: a) _____ b) _____ e assim por diante.				

**Anexo E – Autorização do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Unesp
(processo nº 1123/46/01/10)**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em sua 60ª Reunião Ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2010, no Prédio do STI da Faculdade de Ciências – UNESP, Campus de Bauru, às 09h00, após análise do parecer emitido pelo relator **APROVA** o projeto "O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós: vinculação e práticas parentais", Processo nº 1123/46/01/10, sob responsabilidade da Professora Doutora Lígia Ebner Melchiori.

Bauru (SP), 17 de dezembro de 2010

PROF. DR. ARI FERNANDO MAIA
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa